

Portobello Grupo

Resultado Trimestral

4T | 2025



PBG S.A. e empresas controladas

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Relatório da Administração	9
Balanços patrimoniais	34
Demonstrações do resultado	35
Demonstrações do resultado abrangente	36
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	37
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	38
Demonstração do Valor adicionado	39
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	40



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da PBG S.A.

Tijucas – Santa Catarina

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PBG S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBG S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PBG S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Veja as Notas explicativas 3.22, 4.c e 13.d das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ativos diferidos sobre prejuízos fiscais no montante de R\$ 62.864 mil e R\$ 73.633 mil, respectivamente. Esses valores devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais estes possam ser utilizados, conforme requerido pelo CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o lucro. A estimativa do lucro tributável futuro está fundamentada no estudo técnico elaborado pela administração e envolve a determinação de certas premissas significativas, tais como: crescimento da receita, redução de gastos operacionais e financeiros. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria porque as incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar a geração de lucros tributáveis futuros possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Obtivemos o entendimento sobre os controles internos para determinação, avaliação e reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos; – Efetuamos a análise do memorando elaborado pela Administração que suporta o reconhecimento contábil do imposto de renda e da contribuição diferidos; – Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos: (i) se as principais premissas de crescimento de receita, redução de gastos operacionais e financeiros utilizadas pela Companhia para estimar os lucros tributáveis futuros são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos são razoáveis; (ii) se os cálculos matemáticos do estudo técnico estão corretos e não apresentam erro; e (iii) se os resultados do estudo técnico preparado pela Companhia estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. – Avaliamos se o orçamento utilizado para fins de projeção são aqueles aprovados pela Administração; e – Se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram as informações relevantes. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que impactariam o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos. Tais ajustes foram registrados pela Companhia por serem considerados materiais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 30 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Yukie de Andrade Kato
Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE



Release de Resultados

4T25 | 2025

Portobello

Portobello
shon

POINTER

Portobello
America

Tijucas, 30 de março de 2026. A **PBG S.A. (B3: PTBL3)** (“PBG” ou “Companhia”), uma das principais Companhias do segmento de revestimentos cerâmicos, divulga os resultados referentes ao quarto trimestre de 2025.

As informações apresentadas neste documento têm como base as Demonstrações Financeiras Trimestrais Consolidadas da Companhia, elaboradas em conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). As comparações referem-se aos mesmos períodos de 2024 e/ou a trimestres anteriores, conforme indicado.

Principais Destaques de 2025 e 4T25



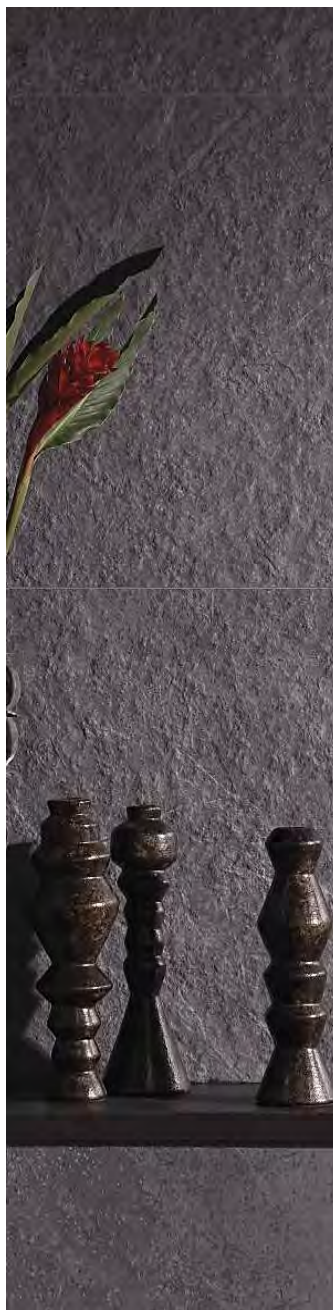
Receita Líquida: Alcançou R\$ 2,6 bilhões em 2025, com alta de 8,2% frente a 2024, sustentada principalmente pelo mercado externo. No 4T25, somou R\$ 642,4 milhões, com crescimento de 1,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA: Totalizou R\$ 321,2 milhões em 2025, com acréscimo de 2,4% em relação ao ano anterior e com margem de 12,3%. No 4T25, foi de R\$ 52,8 milhões, com margem de 8,2%, refletindo a dinâmica operacional do trimestre.

Geração de Caixa: Acumulada no ano de R\$ 316 milhões e R\$ 48,4 no trimestre, reflexo do resultado operacional e iniciativas de gestão do capital de giro e preservação da liquidez.

Endividamento e Liquidez: A Dívida Líquida encerrou 2025 em R\$ 995,8 milhões, com alavancagem de 3,09x EBITDA, enquanto no ano anterior este índice foi 3,27x.

Eventos Subsequentes:

- Obtenção de R\$ 160 milhões junto ao BNDES Exim (linha que apoia exportações brasileiras) no 1T26, contribuindo para o fortalecimento da liquidez e o alongamento do perfil da dívida.
 - A Companhia concluiu operação de *Sale-Leaseback* do imóvel localizado no Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas, com sua alienação no valor de R\$ 102,5 milhões e subsequente locação, mantendo a continuidade das operações no ativo.
- 

Relações com Investidores

dri@portobello.com.br

Videoconferência de Resultados

A apresentação dos resultados do **4º trimestre de 2025** será realizada em formato de **videoconferência**, com transmissão ao vivo no dia:

- Quarta-feira, 01 de abril de 2026
- 14h00 (Brasília) | 13h00 (Nova York)
- **Link Acesso:** [Conferência 4T25](#)

A transmissão contará com **tradução simultânea para o inglês**.

A apresentação e os materiais de apoio estarão disponíveis no **site de Relações com Investidores do Portobello Grupo**.

Site RI: ri.portobello.com.br

Caio Gonçalves de Moraes

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Josiane Soares Tamanini

Gerente de Relações com Investidores

Suelen Toniane Hames

Coordenadora de Relações com Investidores

Tayni Batista das Neves

Analista de Relações com Investidores

Mensagem da Administração

O ano de 2025, assim como seu quarto trimestre, refletiu um ambiente mais adverso para o setor, marcado por menor dinamismo da demanda doméstica, intensificação da competição e efeitos do cenário político e econômico global. Nesse contexto, o Portobello Grupo continuou a demonstrar a solidez de seus negócios e a assertividade das escolhas estratégicas apresentando resultado resiliente de crescimento e ganhos de *market share*, sustentado por ajustes operacionais e disciplina na gestão, em um período que exigiu maior foco na preservação de caixa e na adequação da estrutura ao nível de atividade.

No acumulado de 2025, a receita líquida avançou 8,2%, refletindo a sólida performance no mercado externo e a estratégia de diversificação geográfica. O desempenho operacional permanece consistente, mesmo diante de desafios ao longo do trimestre. Em um cenário marcado por maior pressão de preços e ambiente competitivo mais intenso, a Companhia demonstrou solidez e capacidade de execução, sustentando seu resultado operacional. Esse desempenho reforça seu posicionamento diferenciado, com trajetória de crescimento alinhada à dinâmica do mercado, aliada a uma gestão disciplinada e foco na geração de valor.

A Unidade Portobello America manteve trajetória de crescimento ao longo do ano, mesmo diante de um ambiente mais desafiador nos Estados Unidos, impactado por medidas do Tarifaço. O desempenho reflete a consolidação gradual da operação e o fortalecimento da presença comercial, passando a representar cerca de 15% da receita total do grupo. No trimestre, o desempenho em moeda local permaneceu estável, com crescimento de 7,1% em relação ao 4T24, sendo a variação reportada impactada pelo efeito cambial.

A Portobello Shop reforçou seu papel como canal direto com o consumidor final, avançando na expansão e qualificação da rede. Em conjunto com a Unidade Ceramica Portobello, contribuiu para a geração de caixa do Grupo ao longo do exercício, apoiada por disciplina operacional e eficiência comercial, ainda que em um ambiente de maior competitividade.

Ao longo do período, a Companhia operou com elevado nível de utilização de sua capacidade produtiva, refletindo a estabilidade da demanda e a eficiência operacional das unidades industriais.

Sob a ótica financeira, o trimestre foi marcado por esforços voltados à recomposição de caixa, em um contexto de maior consumo financeiro e custo de capital elevado. Na geração operacional de caixa observou-se uma evolução muito favorável [a melhor geração de caixa dos últimos anos]. O saldo final apresentou evolução na comparação anual, refletindo o foco da Companhia na preservação de caixa e no reforço da liquidez, com ênfase em disciplina financeira e maior eficiência na alocação de capital.

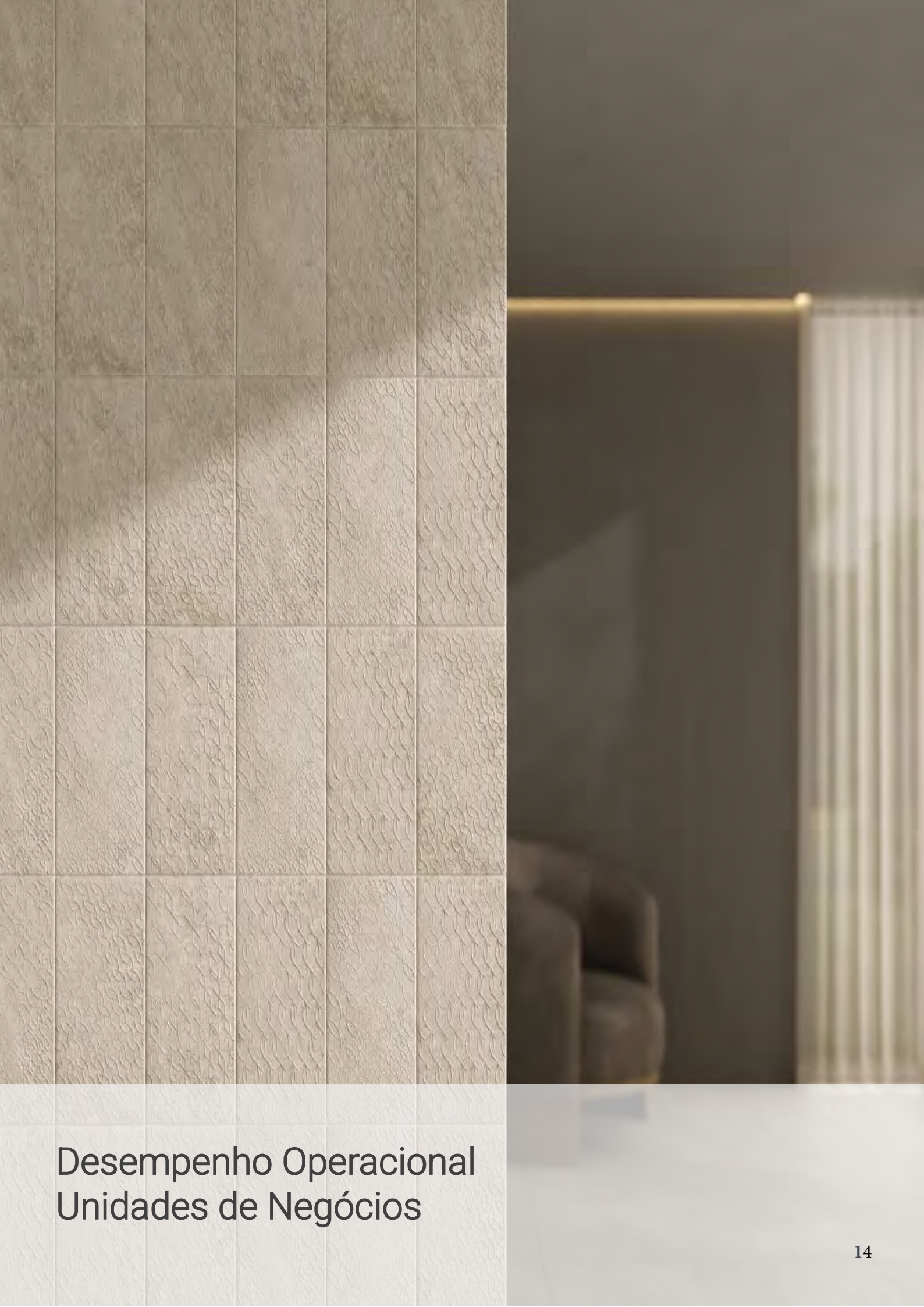
A estrutura de capital passou por ajustes ao longo do exercício, com reequilíbrio no perfil de endividamento e menor concentração de vencimentos. Ainda assim, com o nível de alavancagem e as despesas financeiras continuam em patamares elevados, a melhoria da estrutura de capital do Grupo permanecerá como prioridade.

Encerramos 2025 em um ambiente desafiador, porém com fundamentos preservados e resultados operacionais consistentes, embora sob pressão mais intensa em margens e despesas financeiras.

A Companhia mantém sua estratégia de longo prazo, adotando postura mais cautelosa diante de um cenário competitivo e de juros elevados, com prioridade para disciplina operacional, gestão prudente de caixa e avanços na estrutura de capital.

Desempenho Econômico e Financeiro Consolidado

	R\$ Milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
Desempenho	Receita Líquida	642,4	631,7	1,7%	10,8	2.606,1	2.407,8	8,2%	198,3
	Lucro Bruto Ajustado e Recorrente	202,4	229,2	-11,7%	(26,8)	931,9	893,6	4,3%	38,3
	Margem Bruta Ajustado e Recorrente	31,5%	36,3%	-4,8 p.p.		35,8%	37,1%	-1,4 p.p.	
	Lucro Bruto	202,4	200,9	0,7%	1,5	931,9	865,4	7,7%	66,5
	Margem Bruta	31,5%	31,8%	-0,3 p.p.		35,8%	35,9%	-0,2 p.p.	
	EBIT Ajustado e Recorrente	(16,0)	33,6	< -100%	(49,6)	108,2	153,8	-29,6%	(45,6)
	Margem EBIT Ajustado e Recorrente	-2,5%	5,3%	-7,8 p.p.		4,2%	6,4%	-2,2 p.p.	
	EBIT	(3,2)	(11,5)	-72,2%	8,3	114,5	130,0	-12,0%	(15,6)
	Margem EBIT	-0,5%	-1,8%	1,3 p.p.		4,4%	5,4%	-1 p.p.	
	Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado e Recorrente	(186,5)	(27,3)	> 100%	(159,2)	(298,0)	(64,0)	> 100%	(233,9)
	Margem Líquida Ajustado e Recorrente	-29,0%	-4,3%	-24,7 p.p.		-11,4%	-2,7%	-8,8 p.p.	
	Lucro (Prejuízo)	(173,7)	(72,4)	> 100%	(101,3)	(291,7)	(102,0)	> 100%	(189,7)
	Margem Líquida	-27,0%	-11,5%	-15,6 p.p.		-11,2%	-4,2%	-7 p.p.	
	Lucro (Prejuízo) Líquido Proforma	(173,7)	(27,3)	> 100%	(146,4)	(257,2)	(64,0)	> 100%	(193,2)
	Margem Líquida Proforma	-27,0%	-4,3%	-22,7 p.p.		-9,9%	-2,7%	-7,2 p.p.	
Indicadores	EBITDA Ajustado e Recorrente	40,0	82,5	-51,5%	(42,5)	315,0	337,2	-6,6%	(22,2)
	Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	6,2%	13,1%	-6,8 p.p.		12,1%	14,0%	-1,9 p.p.	
	EBITDA	52,8	37,4	41,1%	15,4	321,2	313,5	2,5%	7,7
	Margem EBITDA	8,2%	5,9%	2,3 p.p.		12,3%	13,0%	-0,7 p.p.	
	Capital de Giro (R\$)	87,0	199,0	-56,3%	(111,9)				
PTBL3	Ciclo de Conversão de Caixa (dias)	12	29	-58,1%	(17)				
	Dívida Líquida	995,8	1.028,1	-3,1%	(32)				
	Dívida Líquida/EBITDA	3,09x	3,27x	-5,5%	(0,2)				
	Cotação Fechamento	3,15	3,66	-13,9%	(0,5)				
	Valor de Mercado	444,1	516,0	-13,9%	(71,9)				
PTBL3	Volume Médio Mensal de Negociação (12 Meses)	24,6	64,8	-62,0%	(40)				
	Volume Médio Diário de Negociação (ADTV)	0,6	1,4	-57,8%	(0,8)				



Desempenho Operacional Unidades de Negócios

Ceramica Portobello

R\$ milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
Receita líquida	261,3	248,9	5,0%	12,4	1.057,1	1.002,3	5,5%	54,8
(-) CPV	162,0	147,1	10,1%	14,9	642,1	611,2	5,1%	30,9
Lucro Bruto	99,3	101,8	-2,4%	(2,5)	415,0	391,2	6,1%	23,8
Margem Bruta	38,0%	40,9%	-2,9 p.p.		39,3%	39,0%	0,2 p.p.	

A Unidade Ceramica Portobello encerrou 2025 com receita líquida de R\$ 1,05 bilhão, crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, superando o desempenho do mercado brasileiro de revestimentos cerâmicos em via úmida, que registrou retração de 1,1% em volume, segundo a ANFACER. O resultado evidencia ganho de participação de mercado ao longo do exercício.

No 4T25, a Unidade totalizou R\$ 261,3 milhões em receita líquida, avanço de 5,0% frente ao 4T24, refletindo a consistência da estratégia comercial e a competitividade do portfólio, mesmo em um ambiente setorial mais desafiador.

No acumulado do ano, o lucro bruto cresceu 6,1%, alcançando R\$ 415,0 milhões, com margem de 39,3%, praticamente estável mesmo em um ambiente inflacionário (IPCA de 4,26% em 2025), maior concorrência e cenário deflacionário no setor de via úmida, em linha com a menor ocupação do mercado e com a manutenção de níveis elevados da taxa Selic. A resiliência da rentabilidade reflete, entre outros fatores, os efeitos positivos da adesão ao Mercado Livre de Gás, que contribuiu para mitigar pressões de custos energéticos e de outros insumos.

No trimestre, o lucro bruto totalizou R\$ 99,3 milhões, retração de 2,4% na comparação anual, com margem de 38,0% (-2,9 p.p.), refletindo decisões comerciais voltadas ao aumento do ritmo de vendas e à aceleração do giro de estoques, com foco na geração de caixa no período.

No 4T25, a parada pontual de fornos para controle de estoques impactou temporariamente a absorção de custos fixos, em linha com a gestão do capital de giro. A medida também refletiu o contexto de mercado, marcado pelas tarifas nos Estados Unidos e pelo baixo poder de reação da oferta. Ainda assim, a Ceramica Portobello manteve sua relevância na geração de caixa do Grupo, em linha com o papel estratégico da Unidade na estrutura de capital da Companhia.

Ao longo de 2025, a Unidade manteve elevada utilização de sua capacidade produtiva, operando com capacidade plena. Enquanto a média do setor permaneceu próxima de 69% na via úmida, conforme dados da ANFACER, a Unidade operou de forma consistente em patamar significativamente superior ao observado na indústria, evidenciando elevada eficiência operacional e forte alinhamento entre produção e demanda.

O desempenho foi sustentado pelo avanço das exportações, com presença em mais de 70 países, que se destacaram tanto no acumulado do ano quanto no trimestre, contribuindo para um desempenho superior à dinâmica observada no mercado doméstico.

No período, a Unidade também recebeu o Certificado de Responsabilidade Social, Destaque SC, concedido pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), em reconhecimento às práticas ESG incorporadas às suas operações industriais.

Portobello Shop

R\$ milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
Receita líquida	253,3	258,1	-1,9%	(4,8)	1.042,3	996,2	4,6%	46,1
(-) CPV	145,4	130,4	11,5%	15,0	583,8	514,3	13,5%	69,6
Lucro Bruto	107,8	127,7	-15,5%	(19,8)	458,4	481,9	-4,9%	(23,4)
Margem Bruta	42,6%	49,5%	-6,9 p.p.		44,0%	48,4%	-4,4 p.p.	

A Portobello Shop encerrou 2025 com crescimento de 4,6% na receita líquida, alcançando R\$ 1,04 bilhão, consolidando o varejo como um dos principais vetores de geração de valor do Portobello Grupo. O desempenho reflete a escala atingida pela rede, com presença nacional por meio de lojas próprias e franqueadas, além do fortalecimento do canal, do mix premium e do relacionamento direto com consumidores e especificadores, reforçando o posicionamento estratégico da marca no varejo especializado.

No 4T25, a Unidade registrou receita líquida de R\$ 253,3 milhões, variação de -1,9% em relação ao 4T24. O período foi marcado por iniciativas comerciais direcionadas à ampliação de volumes no canal direto B2B, aumento de visibilidade da marca e consolidação em praças estratégicas, o que contribuiu para ganho de participação de mercado, ainda que com impacto sobre o mix de preços. Destaca-se, no trimestre, a realização da maior campanha de *Black Friday* da história da Unidade em termos de *sell-out*, consolidando-se como referência no varejo de materiais de construção.

No acumulado do período, o lucro bruto totalizou R\$ 458,4 milhões, com retração de 4,9% na comparação anual e margem de 44,0%. No 4T25, o lucro bruto somou R\$ 107,8 milhões, queda de 15,5% em relação ao 4T24, com margem bruta de 42,6% (-6,9 p.p.).

O desempenho do trimestre refletiu maior participação de iniciativas comerciais voltadas à aceleração do *sell-out*, com impactos sobre o mix e a dinâmica de preços no período. Como consequência, observou-se retração de margens no trimestre, em linha com a estratégia de priorização de volumes e fortalecimento do posicionamento comercial, com potencial de sustentação de receita e captura de alavancagem operacional ao longo do ciclo, contribuindo também para uma melhor geração de caixa para o grupo.

Ao longo do trimestre, a Portobello Shop deu continuidade à expansão da rede, com a abertura de uma loja franqueada em Natal (RN) e o início da operação de uma Unidade própria em Ribeirão Preto (SP). O modelo que combina lojas próprias e franquias sustenta o crescimento da rede, ao mesmo tempo em que preserva o controle sobre a marca, o portfólio e a experiência do cliente.

A expansão da rede foi acompanhada por indicadores consistentes de qualidade operacional e experiência do cliente. No período, a Portobello Shop registrou NPS de 86,6 e foi reconhecida no Prêmio Reclame Aqui 2025, na categoria Revestimentos, Pisos e Cerâmica, refletindo a aderência do modelo de varejo à proposta de valor da companhia e a eficiência na execução em escala.

Pointer

R\$ milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
Receita líquida	68,8	73,8	-6,8%	(5,0)	258,2	248,7	3,8%	9,5
(-) CPV	63,7	65,5	-2,8%	(1,8)	233,1	218,6	6,7%	14,5
Lucro Bruto	5,1	8,3	-38,7%	(3,2)	25,1	30,1	-16,7%	(5,0)
Margem Bruta	7,4%	11,3%	-3,9 p.p.		9,7%	12,1%	-2,4 p.p.	

A Pointer encerrou 2025 com receita líquida de R\$ 258,2 milhões, registrando crescimento de 3,8% em relação a 2024. No mesmo período, o mercado brasileiro de revestimentos cerâmicos em via seca avançou 2,1% em volume, segundo a ANFACER, em um ambiente competitivo mais pressionado ao longo do exercício. A variação de volume da Unidade ficou acima da média do setor no acumulado do ano.

No trimestre, a receita líquida totalizou R\$ 68,8 milhões, retração de 6,8% na comparação anual. Em volume de vendas, a Pointer apresentou leve crescimento no trimestre; contudo, o desempenho ficou abaixo da média do setor, que registrou alta de 3,2% no período, segundo a ANFACER. O resultado refletiu maior intensidade competitiva, com realinhamentos de preços, além da continuidade da estratégia de racionalização de estoques e priorização da conversão operacional em caixa.

No acumulado de 2025, o lucro bruto somou R\$ 25,1 milhões, queda de 16,7% frente a 2024, com margem bruta de 9,7% (-2,4 p.p.). No 4T25, o lucro bruto atingiu R\$ 5,1 milhões, retração de 38,7% na comparação anual, e margem de 7,4% (-3,9 p.p.). O desempenho refletiu pressão adicional sobre preços e efeitos de mix, em um contexto setorial mais desafiador. No trimestre, a parada programada de uma semana na Unidade fabril gerou impactos temporários sobre produtividade e absorção de custos fixos.

Sob a ótica operacional, a Pointer manteve disciplina industrial, ajustando o ritmo produtivo e a gestão de estoques para preservar o alinhamento entre produção e demanda. Enquanto a utilização média da capacidade do setor permaneceu em patamar moderado, conforme dados da ANFACER, a Unidade operou próxima da capacidade plena no trimestre.

Portobello America

R\$ milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
Receita líquida	88,9	83,0	7,1%	5,9	379,1	298,1	27,2%	81,0
(-) CPV	95,0	82,3	15,5%	12,8	341,1	300,2	13,6%	40,9
Lucro Bruto	(6,1)	0,7	< -100%	(6,9)	38,0	(2,2)	< -100%	40,1
Margem Bruta	-6,9%	0,9%	-7,8 p.p.		10,0%	-0,7%	10,7 p.p.	

A Portobello America registrou crescimento de 27,2% na receita líquida em 2025, alcançando R\$ 379,1 milhões. Em dólares, a expansão foi de 14,4%, evidenciando a solidez da operação mesmo em um ambiente mais desafiador no mercado norte-americano, marcado por pressões tarifárias e maior complexidade competitiva ao longo do período.

O desempenho reflete a evolução estrutural da operação nos Estados Unidos, com ampliação gradual da base de clientes, fortalecimento da presença comercial e maior participação de lançamentos no mix de vendas. Com isso, a operação passou a representar cerca de 15% da receita consolidada do grupo.

No 4T25, a receita líquida alcançou R\$ 88,9 milhões, com crescimento de 7,1% em relação ao 4T24. O desempenho reflete a estabilidade do nível de atividade no período, com variação positivamente influenciada pela dinâmica cambial. Adicionalmente, o trimestre ainda apresentou efeitos residuais de ajustes de estoques por parte de clientes, em decorrência de movimentos anteriores relacionados ao impacto do Tarifaço.

A margem bruta apresentou evolução em relação a 2024, alcançando 10,0% no acumulado de 2025, refletindo a consolidação da estrutura operacional, maior diluição de custos fixos e captura gradual de eficiência na operação local. No trimestre, a margem foi impactada por uma estratégia comercial voltada à escoamento de estoques e geração de caixa. Adicionalmente, a parada programada de forno reduziu temporariamente o nível de alavancagem operacional, elevando o peso relativo dos custos fixos sobre a receita e pressionando a margem no período. Esse efeito teve caráter pontual e, desconsiderando esse fator, a margem teria se situado em aproximadamente 5,5%.

A Unidade fortaleceu sua presença nos Estados Unidos ao ampliar gradualmente sua base de clientes e participar de eventos importantes do setor, como a *Miami Art Week* e a *Art Basel Miami Beach*. Também reforçou o relacionamento com distribuidores, arquitetos e especificadores por meio do *Technical Office* na Flórida, criado para apoiar projetos locais e consolidar seu posicionamento estratégico no mercado norte-americano.



Desempenho Consolidado

Receita Líquida

R\$ Milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
Receita Líquida	642,4	631,7	1,7%	10,8	2.606,1	2.407,8	8,2%	198,3
Mercado Interno (BR)	479,4	485,4	-1,2%	(6,0)	1.931,1	1.871,8	3,2%	59,3
Mercado Externo	163,0	146,3	11,4%	16,7	675,0	536,0	25,9%	139,0

De acordo com a ANFACER, o mercado externo de revestimentos cerâmicos registrou crescimento de 4,7% em 2025, refletindo uma dinâmica mais favorável ao longo do período. No mercado interno, o desempenho foi heterogêneo, com retração de 1,1% na via úmida e crescimento de 2,1% na via seca. No consolidado, o mercado brasileiro apresentou expansão moderada de 1,1% no volume total em relação a 2024, sinalizando uma recuperação gradual ao longo do exercício.

No quarto trimestre, as exportações apresentaram avanço de 9,0%, reforçando a crescente relevância do mercado externo para a dinâmica do setor. No mercado interno, o desempenho foi positivo, com crescimento de 3,2%, sendo baixa de 1,2% na via úmida e de 5,2% na via seca.

Em um contexto de mercado mais pressionado, com maior intensidade competitiva e pressão sobre preços, a receita líquida consolidada do Portobello Grupo atingiu R\$ 2,6 bilhões em 2025, representando crescimento de 8,2% em relação a 2024. A performance operacional mostrou-se sólida, com evolução consistente ao longo do período.

No 4T25, a receita líquida consolidada cresceu 1,7% em relação ao 4T24, apesar da retração de 1,2% no mercado interno. No Brasil, o cenário permaneceu mais pressionado, com retração nas unidades domésticas, à exceção da Unidade Ceramica Portobello, que apresentou desempenho resiliente no período, em linha com a sazonalidade dos segmentos em que o Grupo atua.

O desempenho foi sustentado pela evolução do mercado externo, cuja participação na receita consolidada passou de 22% para 25,9%. No trimestre, o mercado externo foi o destaque, com crescimento de 11,4%, impulsionado tanto pela evolução do canal de exportação da Unidade Ceramica Portobello quanto pela performance da Unidade Portobello America, reforçando a relevância da diversificação geográfica para a sustentação do resultado consolidado.

Lucro Bruto e Margem Bruta consolidado

R\$ Milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
Receita Operacional Líquida	642,4	631,7	1,7%	10,8	2.606,1	2.407,8	8,2%	198,3
Custo Produto Vendido (CPV)	(440,0)	(430,7)	2,2%	(9,3)	(1.674,3)	(1.542,4)	8,5%	(131,9)
Lucro Operacional Bruto	202,4	200,9	0,7%	1,5	931,9	865,4	7,7%	66,5
Margem Bruta	31,5%	31,8%	-0,3 p.p.		35,8%	35,9%	-0,2 p.p.	

No acumulado de 2025, o lucro bruto consolidado totalizou R\$ 931,9 milhões, crescimento de 7,7% em relação a 2024, em linha com a evolução da receita no período. A margem bruta encerrou o exercício em 35,8%, mantendo-se estável na comparação anual e em patamar consistente no consolidado do ano.

No 4T25, o lucro bruto consolidado atingiu R\$ 202,4 milhões, com crescimento de 0,7% frente ao 4T24, e margem bruta de 31,5%, retração de 0,3 p.p. na comparação anual.

O trimestre refletiu um ambiente mais competitivo, onde o cenário setorial foi marcado por retração da demanda e intensificação da competição comercial, resultando em ajustes de preços.

Nesse contexto, as operações adotaram estratégias voltadas ao incremento do ritmo de vendas e à maior eficiência no giro de estoques, influenciando a composição do mix e a dinâmica de rentabilidade no período.

As paradas planejadas dos fornos nas unidades diminuíram temporariamente a absorção dos custos fixos, resultando em compressão de rentabilidade no período.

Concluindo, no 4T25 a Companhia priorizou a preservação de caixa e a adequação de estoques, trazendo compressão de margem no período.

Despesas Operacionais

R\$ Milhões	4T25	%RL	4T24	%RL	▲ %	▲ Abs	2025	%RL	2024	%RL	▲ %	▲ Abs
Despesas Operacionais												
Vendas	(164,3)	25,6%	(160,5)	25,4%	2,4%	(3,8)	(633,7)	24,3%	(616,3)	25,6%	2,8%	(17,4)
Gerais e Administrativas	(26,6)	4,1%	(26,0)	4,1%	2,3%	(0,6)	(90,7)	3,5%	(88,4)	3,7%	2,6%	(2,3)
Outras Receitas (Despesas)	(14,7)	2,3%	(26,0)	4,1%	-43,5%	11,3	(93,0)	3,6%	(30,7)	1,3%	> 100%	(62,3)
Despesas Operacionais	(205,6)	32,0%	(212,5)	33,6%	-3,2%	6,9	(817,4)	31,4%	(735,3)	30,5%	11,2%	(82,0)
Despesas / Receitas Não-Recorrentes	27,2	-4,2%	16,9	-2,7%	60,9%	10,3	99,0	-3,8%	(4,5)	0,2%	< -100%	103,4
Despesas Operacionais Ajustado e Recorrente	(178,5)	27,8%	(195,6)	31,0%	-8,8%	17,1	(718,4)	27,6%	(739,8)	30,7%	-2,9%	21,4

As despesas operacionais ajustadas e recorrentes totalizaram R\$ 718,4 milhões em 2025, representando retração de 2,9% em relação a 2024. No 4T25, as despesas somaram R\$ 178,5 milhões, queda de 8,8% na comparação anual, refletindo, em parte, efeitos positivos não recorrentes, incluindo o reconhecimento de crédito-prêmio de IPI e a reversão de contingências.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 633,7 milhões em 2025, alta de 2,8% na comparação anual. No 4T25, somaram R\$ 164,3 milhões, crescimento de 2,4%, mantendo-se estáveis como percentual da receita líquida e refletindo disciplina comercial.

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 90,7 milhões em 2025, equivalentes a 3,5% da receita líquida, alta de 2,6% em relação ao exercício anterior. No 4T25, a linha totalizou R\$ 26,6 milhões, correspondentes a 4,1% da receita líquida.

A linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais apresentou impacto negativo de R\$ 93,0 milhões em 2025, influenciada principalmente por eventos não recorrentes, como perdas de estoques decorrentes de chuvas, despesas judiciais e efeitos relacionados ao ambiente tarifário. No 4T25, totalizou R\$ 14,7 milhões, com melhora de 43,5% na comparação anual, refletindo efeitos positivos pontuais, como crédito-prêmio de IPI e reversão de contingências.

Em 2024, a rubrica apresentou resultado negativo de R\$ 30,7 milhões, influenciado por efeitos não recorrentes, como otimizações tributárias e reversões de despesas judiciais.

A linha de receitas e despesas não recorrentes registrou resultado positivo de R\$ 99,0 milhões em 2025 (R\$ 27,2 milhões no 4T25), impulsionada pelo crédito-prêmio de IPI, parcialmente compensado por efeitos de chuvas e provisões judiciais. Em 2024, apresentou impacto negativo no ano e resultado positivo no 4T24, influenciado por otimizações tributárias.

EBITDA

R\$ Milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
Resultado Líquido	(173,7)	(72,4)	> 100%	(101,3)	(291,7)	(102,0)	> 100%	(189,7)
EBITDA Ajustado e Recorrente	40,0	82,5	-51,5%	(42,5)	315,0	337,2	-6,6%	(22,2)
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	6,2%	13,1%	-6,8 p.p.		12,1%	14,0%	-1,9 p.p.	
Eventos Não Recorrentes:	12,8	45,1	-71,6%	(32,3)	6,2	23,7	-73,7%	(17,5)
Otimização Tributária	3,9	-			4,0	(7,1)		
Reconhecimento e Atualizações Processos Judiciais	(5,7)	-			(12,4)	(14,2)		
Otimização Operacional	-	45,1			-	45,1		
Crédito Prêmio IPI - Fase 3	14,6	-			14,6	-		
EBITDA	52,8	37,4	41,1%	15,4	321,2	313,5	2,4%	7,7
Margem EBITDA	8,2%	5,9%	2,3 p.p.		12,3%	13,0%	-0,7 p.p.	

No acumulado de 2025, o EBITDA do Portobello Grupo totalizou R\$ 321,2 milhões, avanço de 2,4% em relação a 2024. No trimestre, o indicador somou R\$ 52,8 milhões, com margem de 8,2%, aumento de 2,3 p.p. na comparação trimestral. O resultado refletiu a compressão de preços no mercado doméstico, a recomposição do mix entre unidades e canais e um ambiente de maior pressão competitiva.

O saldo no trimestre também esteve associado à menor alavancagem operacional, em um contexto de maior peso relativo dos custos, movimento que acompanhou a redução do lucro bruto e resultou em compressão da rentabilidade no período.

Adicionalmente, o desempenho do exercício foi influenciado por eventos não recorrentes, incluindo contingências judiciais, efeitos do ambiente tarifário e impactos de chuvas no início de 2025, além do reconhecimento de crédito-prêmio de IPI e reversão de provisões no 4T25.

Resultado Líquido

R\$ Milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
EBITDA	52,8	37,4	41,1%	15,4	321,2	313,5	2,4%	7,7
(-) Despesas Financeiras	(122,2)	(73,7)	65,7%	-48,4	(353,4)	(239,6)	47,5%	-113,8
(-) Depreciação e Amortização	(56,0)	(48,9)	14,4%	-7,1	(206,7)	(183,5)	12,7%	-23,3
(-) Tributos Sobre Lucro	(48,4)	12,9	< -100%	-61,2	(52,8)	7,6	< -100%	-60,4
Resultado Líquido	(173,7)	(72,4)	> 100%	-101,3	(291,7)	(102,0)	> 100%	-189,7
Margem Líquida	-27,0%	-11,5%	-15,6 p.p.		-11,2%	-4,2%	-7 p.p.	
Eventos Não Recorrentes	(12,8)	(45,1)	-71,6%	32,3	(6,2)	(23,7)	-73,7%	17,5
Reconhecimento e Atual. Processos Judiciais	5,7	-			12,4	14,2		
Otimização Tributária	(3,9)	-			(4,0)	7,1		
Otimização Operacional	-	(45,1)			-	(45,1)		
Crédito Prêmio IPI - Fase 3	(14,6)	-			(14,6)	-		
Resultado Líquido Ajustado e Recorrente	(186,5)	(27,3)	> 100%	-159,2	(298,0)	(78,3)	> 100%	-219,7
Margem Líquida Ajustado e Recorrente	-29,0%	-4,3%	-24,7 p.p.		-11,4%	-3,3%	-8,2 p.p.	
Eventos One-Off	-	45,1	-100,0%	(45,1)	34,5	38,0	-9,1%	(3,5)
Efeitos da Chuva	-	-			28,9	-		
Otimização Tributária	-	-			-	(7,1)		
Tarifaço	-	-			5,6	-		
Otimização Operacional	-	45,1			-	45,1		
Resultado Líquido Proforma	(173,7)	(27,3)	> 100%	-146,4	(257,2)	(64,0)	> 100%	-193,2
Margem Líquida Proforma	-27,0%	-4,3%	-22,7 p.p.		-9,9%	-2,7%	-7,2 p.p.	

Em um ambiente desafiador, o Grupo apresentou maior consumo de liquidez e intensificou o uso de instrumentos financeiros, resultando em aumento relevante das despesas financeiras (+47,5% no ano e +65,7% no trimestre), refletindo maior custo do endividamento e maior utilização de crédito. No Brasil, o IPCA encerrou 2025 em 4,26%, com a Selic mantida em 15,0% a.a., indicando um cenário de juros elevados por período prolongado.

O resultado também foi impactado pelo aumento das despesas com depreciação, que cresceram 11,7% no ano e 14,4% no trimestre, elevando os encargos fixos no período.

No 4T25, o lucro líquido foi impactado pelo reconhecimento de IR sobre resultados não realizados e pela revisão conservadora de ativos fiscais diferidos, em um cenário macroeconômico mais desafiador. Trata-se de efeito contábil, não recorrente e sem impacto no caixa ou na geração operacional da Companhia.

Do ponto de vista operacional, o período refletiu um ambiente mais adverso, com foco na preservação de caixa e liquidez, implicando concessões comerciais e pressão sobre margens. Apesar do maior volume de negócios, houve compressão de rentabilidade no trimestre.

Fluxo de Caixa Gerencial

R\$ Milhões	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	2025	2024	▲ %	▲ Abs
Atividades								
Operacionais	86,3	33,8	> 100%	52,5	432,9	185,5	> 100%	247,5
Investimento	(37,9)	(21,3)	78,3%	(16,7)	(117,0)	(139,8)	-16,3%	22,8
Fluxo de Caixa Livre	48,4	12,5	> 100%	35,9	316,0	45,7	> 100%	270,3
Financiamento	(124,2)	(114,1)	8,9%	(10,2)	(224,1)	(452,7)	-50,5%	228,6
Variação no Caixa	(75,8)	(101,5)	-25,3%	25,7	91,9	(407,0)	< -100%	498,8
Saldo Inicial	247,1	181,0	36,5%	66,1	79,4	486,4	-83,7%	(407,0)
Saldo Final	171,3	79,4	> 100%	91,9	171,3	79,4	> 100%	91,9

No acumulado de 2025, o fluxo de caixa operacional totalizou R\$ 432,9 milhões, aumento de R\$ 247,4 milhões em relação a 2024, refletindo iniciativas estruturadas de gestão de capital de giro ao longo do exercício. O desempenho se destaca como um dos principais marcos do período, evidenciando a efetiva execução das prioridades financeiras estabelecidas pela Companhia e a consistência na entrega dos compromissos assumidos ao mercado.

Com investimentos de R\$ 117,0 milhões (-16,3%), o fluxo de caixa livre atingiu R\$ 316,0 milhões no ano, refletindo o menor nível de CAPEX e iniciativas de preservação de caixa, em um contexto de maior pressão sobre a rentabilidade e a estrutura de capital.

No fluxo de financiamentos, o consumo de caixa em 2025 totalizou R\$ 224,1 milhões, ainda em patamar mais pressionado, embora inferior ao observado em 2024. No quarto trimestre, o consumo somou R\$ 124,2 milhões, refletindo o elevado volume de desembolsos com juros e amortizações no contexto atual.

A posição final de caixa atingiu R\$ 171,3 milhões, frente a R\$ 79,4 milhões no ano anterior, resultado influenciado por medidas de gestão financeira ao longo do exercício, em um cenário que segue demandando disciplina na alocação de recursos e controle do endividamento.

Capital de Giro

	4T25	4T24	▲ %	▲ Abs	3T25	▲ %	▲ Abs
R\$ milhões							
Contas a Receber	77,2	135,7	-43,1%	(58,5)	157,5	< -100%	(80,3)
Estoques	598,1	553,9	8,0%	44,2	593,8	-92,6%	4,3
Fornecedores	(588,3)	(490,6)	19,9%	(97,7)	(619,6)	-84,2%	31,3
Capital de Giro	87,0	199,0	-56,3%	(111,9)	131,8	< -100%	(44,8)
Dias							
Contas a Receber	10	15	-35,2%	5	16	-67,2%	7
Estoques	(125)	116	< -100%	241	(130)	< -100%	5
Fornecedores	127	(103)	< -100%	229	124	84,6%	2
Ciclo de Conversão de Caixa (CCC)	12	29	-58,1%	17	11	50,2%	5

O capital de giro consolidado do Grupo encerrou 2025 em R\$ 87,0 milhões, ante R\$ 199,0 milhões em 2024, refletindo redução no período. Esse movimento foi influenciado pela redução das contas a receber, que contribuiu para a entrada líquida de caixa no período. A dinâmica refletiu a utilização de instrumentos de gestão de recebíveis, contribuindo para a posição financeira da companhia, porém com reflexos nas despesas financeiras ao longo do exercício.

O saldo de fornecedores refletiu ajustes nas condições comerciais, resultando em alongamento do prazo médio e contribuindo para a recomposição da posição de caixa.

Os estoques cresceram em valor no trimestre, acompanhando o nível de atividade em um ambiente de demanda mais seletiva. Embora não tenha havido deterioração dos indicadores operacionais, a dinâmica do capital de giro refletiu os efeitos do cenário mais desafiador e das iniciativas de gestão financeira e operacional adotadas ao longo do exercício.

Assim, o ciclo de conversão de caixa (CCC) foi reduzido para 12 dias no 4T25, frente a 29 dias em 2024.

Endividamento e Estrutura de Capital ¹

R\$ Milhões	4T25	3T25	2T25	1T25	4T24
Dívida Bancária Bruta	1.289,4	1.288,3	1.286,4	1.422,9	1.165,5
Disponibilidades	(293,6)	(344,1)	(395,6)	(494,8)	(137,4)
Endividamento Líquido	995,8	944,1	890,8	928,2	1.028,1
EBITDA (Últimos 12 meses)	322,0	305,8	311,4	307,8	313,5
Dívida Líquida / EBITDA	3,09x	3,09x	2,86x	3,02x	3,27x

No que se refere à estrutura de capital, a dívida bancária bruta encerrou o 4T25 em R\$ 1,29 bilhão, enquanto as disponibilidades totalizaram R\$ 293,6 milhões, resultando em dívida líquida de R\$ 995,8 milhões.

O perfil da dívida é majoritariamente de longo prazo, representando cerca de 83% do total, enquanto o curto prazo corresponde a aproximadamente 17%, contribuindo para menor pressão de liquidez no curto prazo.

Ao longo do período, a Companhia avançou na gestão do passivo, com maior diversificação e substituição por linhas de crédito de fomento, destacando-se a contratação de R\$ 35 milhões junto ao BRDE no 3T25. Adicionalmente, como evento subsequente, em março de 2026, foi obtido financiamento de R\$ 160 milhões junto ao BNDES Exim, linha voltada ao apoio às exportações brasileiras reforçando a liquidez e contribuindo para a otimização da estrutura de capital.

A estrutura da dívida segue demandando gestão financeira cuidadosa dos vencimentos, enquanto o atual nível de alavancagem continua requerendo atenção no contexto de mercado, especialmente diante do ambiente de custos financeiros mais elevados.

Considerando o EBITDA dos últimos 12 meses, de R\$ 322,0 milhões, a alavancagem reportada atingiu 3,09x, em redução em relação aos 3,27x registrados no 4T24 e em linha com o nível observado no 3T25, mesmo em um contexto macroeconômico mais desafiador.

¹ A visão gerencial inclui os arrendamentos de veículos.

Auditoria Independente

Essa política está embasada nos princípios de que o auditor não deve revisar trabalhos de sua própria autoria, exercer funções administrativas na entidade auditada ou atuar em defesa dos interesses do cliente.





Demonstrativos Financeiro

Balanço Patrimonial

Ativo	4T25	AV %	4T24	AV %	Var%
Circulante	1.122,3	32,2%	1.016,4	30,4%	10,4%
Disponibilidades	171,3	4,9%	79,4	2,4%	> 100%
Contas a receber	238,4	6,8%	282,1	8,4%	-15,5%
Estoques	597,2	17,1%	559,6	16,7%	6,7%
Adiantamentos a fornecedores	2,5	0,1%	5,5	0,2%	-54,8%
Outros	112,9	3,2%	89,7	2,7%	25,9%
Não circulante	2.361,2	67,8%	2.330,4	69,6%	1,3%
Realizável a Longo Prazo	380,0	10,9%	362,3	10,8%	4,9%
Depósitos judiciais	5,2	0,1%	5,5	0,2%	-5,4%
Ativos judiciais	147,0	4,2%	118,5	3,5%	24,1%
Depósito em garantia	16,6	0,5%	16,1	0,5%	3,1%
Aplicações financeiras vinculadas	39,1	1,1%	34,9	1,0%	12,2%
Tributos a recuperar correntes e diferidos	76,1	2,2%	122,3	3,7%	-37,8%
Títulos e valores mobiliários	69,1	2,0%	26,1	0,8%	> 100%
Outros	26,9	0,8%	39,0	1,2%	-31,0%
Ativos fixos	1.981,2	56,9%	1.968,0	58,8%	0,7%
Ativo Intangível, Imobilizado e Investimentos	1.171,7	33,6%	1.242,1	37,1%	-5,7%
Ativo de arrendamento	809,5	23,2%	725,9	21,7%	11,5%
Total do ativo	3.483,5	100,0%	3.346,8	100,0%	4,1%
Passivo	4T25	AV %	4T24	AV %	Var%
Circulante	1.307,5	37,5%	1.359,1	40,6%	-3,8%
Empréstimos e debêntures	219,3	6,3%	406,0	12,1%	-46,0%
Fornecedores e cessão de crédito	595,3	17,1%	496,2	14,8%	20,0%
Contas a pagar de imobilizado	74,4	2,1%	22,5	0,7%	> 100%
Obrigações de arrendamento	46,8	1,3%	71,5	2,1%	-34,6%
Obrigações tributárias	95,3	2,7%	51,3	1,5%	85,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	76,3	2,2%	78,3	2,3%	-2,5%
Adiantamento de clientes	161,2	4,6%	146,4	4,4%	10,1%
Outros	39,0	1,1%	86,9	2,6%	-55,1%
Não circulante	2.149,5	61,7%	1.616,547	48,3%	33,0%
Empréstimos e debêntures	1.068,0	30,7%	757,7	22,6%	41,0%
Contas a pagar de imobilizado	91,0	2,6%	182,7	5,5%	-50,2%
Dívidas com pessoas ligadas	56,3	1,6%	56,3	1,7%	0,0%
Provisões	67,0	1,9%	57,6	1,7%	16,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5,0	0,1%	2,7	0,1%	84,4%
Obrigações de arrendamento	685,3	19,7%	503,9	15,1%	36,0%
Outros	176,8	5,1%	55,5	1,7%	> 100%
Patrimônio líquido	26,5	0,8%	371,1	11,1%	-92,9%
Capital social	250,0	7,2%	250,0	7,5%	0,0%
Reservas de lucros	(199,6)	-5,7%	91,0	2,7%	< -100%
Ajuste de avaliação patrimonial	(24,0)	-0,7%	30,1	0,9%	< -100%
Total do passivo	3.483,5	100,0%	3.346,8	100,0%	4,1%

Demonstração do Resultado

R\$ Milhões	2025	2024
Receita Líquida de Vendas	2.606,1	2.407,8
Custo dos Produtos Vendidos (CPV)	(1.674,3)	(1.542,4)
Lucro Operacional Bruto (LOB)	931,9	865,4
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(817,3)	(735,3)
Vendas	(688,4)	(661,7)
Gerais e Administrativas	(136,1)	(140,1)
Outras Receitas Operacionais	54,1	88,7
Outras Despesas Operacionais	(48,3)	(17,2)
Redução ao Valor Recuperável do Contas a Receber	1,3	(5,0)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	114,5	130,1
Resultado Financeiro	(353,4)	(239,6)
Receitas Financeiras	34,2	22,6
Despesas Financeiras	(398,2)	(235,5)
Variação Cambial Líquida	10,6	(26,7)
Resultado Antes dos Tributos Sobre os Lucros	(238,9)	(109,6)
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS)	(52,8)	7,6
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(291,7)	(102,0)

Fluxo de Caixa

R\$ Milhões	4T25	4T24
Caixa Líquido Atividades Operacionais	202,5	94,8
Caixa Gerado nas Operações	130,8	330,3
Variações nos Ativos e Passivos	257,2	(34,2)
Juros e Tributos sobre o Lucro Pagos	(185,4)	(201,3)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(134,6)	(183,9)
Aquisição Ativo Imobilizado (Líquido C. Pagar)	(88,8)	(103,8)
Aquisição do Ativo Intangível	(44,3)	(39,9)
Aquisição Ativo de Arrendamento - Fundo	38,5	(17,0)
Cotas FIDC	(40,0)	(23,1)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	26,0	(320,4)
Captação de Empréstimos e Financiamentos	754,0	304,8
Pagamento de Empréstimos, Financ. e Debêntures	(603,4)	(518,5)
Pagamento de Arrendamentos	(85,2)	(80,2)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	(18,1)	(2,0)
Aplicações Financeiras Vinculadas	(21,4)	(24,6)
Aumento redução Caixa e Equivalentes de Caixa	93,9	(409,5)
Efeito Variação Cambial - Caixa e Equivalentes	(2,0)	2,5
Saldo Inicial	79,4	486,5
Saldo Final	171,3	79,4

*Fluxo de Caixa Indireto considera abertura conforme visão societária.



PBG S.A. e empresas controladas**Balanços Patrimoniais***Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	76.400	30.598	171.306	79.440
Contas a receber de clientes	8	162.775	195.175	238.412	282.050
Estoques	9	299.895	305.538	597.210	559.645
Adiantamentos a fornecedores		1.894	3.346	2.497	5.526
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13a	1.438	3.349	7.991	5.131
Demais tributos a recuperar	10	13.916	11.112	47.630	30.543
Despesas antecipadas		5.344	13.365	28.691	39.011
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	3.787	-	3.867
Dividendos a receber		10.965	25.707	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	17.114	-	17.114	-
Outras contas a receber		9.730	7.241	11.489	11.167
Total do ativo circulante		599.471	599.218	1.122.340	1.016.380
Não circulante					
Créditos com controladas	36	76.314	88.894	-	-
Depósitos judiciais	11	4.784	5.077	5.159	5.451
Depósitos em garantia	12	16.568	16.076	16.568	16.076
Tributos a recuperar	10	13.179	15.675	13.310	16.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	46.924	84.372	62.782	105.447
Ativos judiciais	14	147.001	118.460	147.001	118.460
Ativo atuarial	28	13.737	25.790	13.737	25.790
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	39.143	34.875	39.143	34.875
Títulos e valores mobiliários	15	69.086	26.104	69.086	26.104
Outras contas a receber e instrumentos financeiros		13.199	13.182	13.199	13.256
		439.935	428.505	379.985	362.342
Participações em controladas	16	603.643	693.770	-	-
Imobilizado	17	506.963	531.057	1.058.232	1.137.363
Intangível	18	38.656	38.644	113.435	104.738
Ativo de arrendamento e direito de uso	19a	13.867	31.254	809.534	725.947
		1.163.129	1.294.725	1.981.201	1.968.048
Total do ativo não circulante		1.603.064	1.723.230	2.361.186	2.330.390
Total do ativo		2.202.535	2.322.448	3.483.526	3.346.770

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Circulante					
Fornecedores	20	304.038	265.457	409.959	375.775
Cessão de crédito com fornecedores	20a	138.719	105.180	185.332	120.375
Contas a pagar de imobilizado	20b	8.668	13.562	74.385	22.546
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	218.671	403.320	219.270	406.014
Parcelamento de obrigações tributárias	22	45.396	10.943	61.839	10.943
Impostos, taxas e contribuições	23	25.695	23.847	33.464	38.958
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13a	-	-	-	1.439
Dividendos a pagar		638	638	704	700
Adiantamentos de clientes		29.629	33.452	161.183	146.362
Obrigações sociais e trabalhistas		54.108	52.628	76.299	78.295
Débitos com controladas e pessoas ligadas	36	20.239	21.920	-	-
Obrigações de arrendamento	19b	9.767	26.306	46.759	71.528
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.292	40.270	3.292	40.270
Outras contas a pagar	24	23.206	29.416	35.010	45.899
Total do passivo circulante		882.066	1.026.939	1.307.496	1.359.104
Não circulante					
Fornecedores	20	28	-	28	-
Contas a pagar de imobilizado	20b	5.688	-	90.955	182.743
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	1.043.285	743.189	1.068.046	757.689
Parcelamento de obrigações tributárias	22	99.174	38.003	161.566	38.003
Obrigações de arrendamento	19b	5.049	8.173	685.337	503.929
Débitos com controladas e pessoas ligadas	36	88.824	92.788	56.330	56.330
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.565	-	1.565	-
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	25	45.416	38.444	66.997	57.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	-	-	5.029	2.727
Outras contas a pagar	24	4.965	3.809	13.675	17.495
Total do passivo não circulante		1.293.994	924.406	2.149.528	1.616.547
Patrimônio líquido					
Capital social	27.1	250.000	250.000	250.000	250.000
Reservas de lucros	27.2	-	90.965	-	90.965
Prejuízos acumulados		(199.554)	-	(199.554)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	27.3	(23.971)	30.138	(23.971)	30.138
Total do patrimônio líquido		26.475	371.103	26.475	371.103
Participação dos não controladores			27		16
		26.475	371.103	26.502	371.119
Total do passivo e patrimônio líquido		2.202.535	2.322.448	3.483.526	3.346.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A. e empresas controladas**Demonstrações do Resultado do Exercício***Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de venda de produtos e prestação de serviços	29	1.689.685	1.697.504	2.606.148	2.407.806
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	(1.265.812)	(1.262.829)	(1.674.284)	(1.542.434)
Lucro operacional bruto		423.873	434.675	931.864	865.372
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	30	(252.593)	(284.610)	(688.432)	(661.703)
Gerais e administrativas	30	(55.862)	(64.971)	(136.060)	(140.112)
Outras receitas operacionais	31	46.196	52.228	54.094	88.693
Outras despesas operacionais	31	(34.330)	(11.578)	(48.270)	(17.223)
Reversão (perdas) de crédito esperadas	8	2.404	(1.910)	1.326	(4.975)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(153.781)	(69.306)	-	-
		(447.966)	(380.147)	(817.342)	(735.320)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(24.093)	54.528	114.522	130.052
Resultado financeiro	32				
Receitas financeiras		28.431	16.460	34.165	22.634
Despesas financeiras		(287.086)	(174.578)	(398.211)	(235.521)
Variação cambial líquida		20.370	(26.605)	10.609	(26.737)
		(238.285)	(184.723)	(353.437)	(239.624)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(262.378)	(130.195)	(238.915)	(109.572)
Imposto de renda e contribuição social	13c				
Corrente		-	1.147	(16.644)	(30.454)
Diferido		(29.360)	27.010	(36.163)	38.009
		(29.360)	28.157	(52.807)	7.555
Prejuízo do exercício		(291.738)	(102.038)	(291.722)	(102.017)
Resultado líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia		(291.738)	(102.038)	(291.738)	(102.038)
Participação dos não controladores - resultado				16	21
Quantidade por lote de mil ações em circulação no período				140.987	140.987
Prejuízo básico e diluído do período por ação	33			(2,06926)	(0,72374)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A. e empresas controladas**Demonstrações do Resultado Abrangente**

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício		(291.738)	(102.038)	(291.722)	(102.017)
<i>Outros resultados abrangentes</i>					
- <i>Itens que não serão reclassificados para o resultado</i>					
Perda atuarial	27.3 e 28	(12.054)	(788)	(12.054)	(788)
IR/CS diferidos sobre perda atuarial		4.098	268	4.098	268
		(7.956)	(520)	(7.956)	(520)
- <i>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</i>					
Variação cambial de controladas localizadas no exterior	16	(68.590)	121.271	(68.590)	121.271
Operações de <i>Hedge Accounting</i>	7	35.844	(50.823)	35.844	(50.823)
IR/CS diferidos sobre <i>Hedge accounting</i>	7 e 13b	(12.188)	17.280	(12.188)	17.280
Total do resultado abrangente do exercício		(344.628)	(14.830)	(344.612)	(14.809)
Resultado abrangente do exercício atribuível a					
Acionistas da Companhia		(344.628)	(14.830)	(344.628)	(14.830)
Participação dos não controladores		-	-	16	21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A. e empresas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	Nota	Capital social	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			Prejuízos acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a distribuir	Reserva de Incentivos	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes				
Em 31 de dezembro de 2023		250.000	50.000	16.163	35.633	123.899	30.049	(84.036)	(1.864)	(33.911)	385.933	55	385.988
Perda atuarial		-	-	-	-	-	-	-	(788)	-	(788)	-	(788)
IR/CS diferidos sobre perda atuarial		-	-	-	-	-	-	-	268	-	268	-	268
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55)	(55)
Realização da reserva de reavaliação	27.3	-	-	-	-	-	(1.219)	-	-	1.219	-	-	-
Operações de <i>Hedge accounting</i>	27.3	-	-	-	-	-	-	-	(50.823)	-	(50.823)	-	(50.823)
IR/CS diferidos sobre <i>Hedge accounting</i>	27.3	-	-	-	-	-	-	-	17.280	-	17.280	-	17.280
Variação cambial de controlada localizada no exterior	16	-	-	-	-	-	-	121.271	-	-	121.271	-	121.271
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(102.038)	(102.038)	16	(102.022)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(16.163)	-	-	-	-	-	16.163	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024		250.000	50.000	-	35.633	123.899	28.830	37.235	(35.927)	(118.567)	371.103	16	371.119
Perda atuarial	27.3	-	-	-	-	-	-	-	(12.054)	-	(12.054)	-	(12.054)
IR/CS diferidos sobre perda atuarial	27.3	-	-	-	-	-	-	-	4.098	-	4.098	-	4.098
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	(1.219)	-	-	1.219	-	-	-
Operações de <i>Hedge accounting</i>	27.3	-	-	-	-	-	-	-	35.844	-	35.844	-	35.844
IR/CS diferidos sobre <i>Hedge accounting</i>	27.3	-	-	-	-	-	-	-	(12.188)	-	(12.188)	-	(12.188)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	16	-	-	-	-	-	-	(68.590)	-	-	(68.590)	-	(68.590)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(291.738)	(291.738)	16	(291.722)
Em 31 de dezembro de 2025		250.000	50.000	-	35.633	123.899	27.611	(31.355)	(20.227)	(409.086)	26.475	27	26.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A. e empresas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa líquido das atividades operacionais		64.987	49.189	202.544	94.813
Caixa gerado nas operações		113.707	239.758	130.755	330.316
Resultado do período antes dos tributos		(262.378)	(130.195)	(238.915)	(109.572)
Depreciação e amortização		83.855	81.733	206.717	183.453
Equivalência patrimonial	16	153.781	69.306	-	-
Variação cambial de empréstimos e financiamentos		(36.230)	53.618	(38.155)	53.714
Provisão de estoque	9	6.080	(1.616)	(3.000)	17.690
(Reversão) Perdas de crédito esperadas	8	(2.404)	1.910	(1.326)	3.081
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	25	14.692	(1.052)	11.918	(18.443)
Atualização de ativos judiciais	14	(28.541)	(3.319)	(28.541)	(3.319)
Juros provisionados de empréstimos e debêntures	21	171.285	136.586	178.127	136.684
Juros de arrendamentos	19	2.556	4.791	38.173	36.446
Rescisões de arrendamentos	19	(748)	-	(6.527)	-
Ativo atuarial		-	(4.215)	-	(4.215)
Instrumentos financeiros derivativos		14.741	32.183	15.252	32.102
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(2.982)	-	(2.982)	-
Baixas de ativo imobilizado e intangível	17/18	-	28	14	2.695
Variações nos ativos e passivos		117.523	(18.484)	257.163	(34.201)
Contas a receber		34.804	22.101	38.577	(3.163)
Estoque		(437)	70.248	(57.966)	(43.615)
Depósitos judiciais		293	2.013	179	1.647
Adiantamentos a fornecedores		1.452	1.433	2.882	6.158
Tributos a recuperar		1.603	10.752	(16.374)	(4.569)
Ativos judiciais e depósitos em garantia		(492)	3.811	(492)	3.811
Outros ativos		5.515	(5.583)	8.534	(24.225)
Contas a pagar		72.148	(28.257)	104.177	27.143
Adiantamentos de clientes		(3.823)	11.430	14.821	29.666
Parcelamentos de obrigações tributárias		95.624	(71)	174.459	(71)
Impostos, taxas e contribuições		1.848	(166)	(5.450)	8.613
Obrigações sociais e trabalhistas		1.480	(3.367)	(1.808)	795
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias		(7.720)	(3.732)	(2.552)	(3.897)
Instrumentos financeiros derivativos - Hedge accounting		7.106	(31.770)	7.105	(31.770)
Transações comerciais com controladas e pessoas ligadas		(86.821)	(73.417)	-	(9.624)
Outras contas a pagar		(5.057)	6.091	(8.929)	8.900
Outros		(166.243)	(172.085)	(185.374)	(201.302)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	21	(166.243)	(172.085)	(167.291)	(172.085)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(18.083)	(29.217)
Caixa líquido das atividades de investimento		(96.303)	(118.244)	(134.634)	(183.903)
Aquisição do ativo imobilizado	17	(26.042)	(26.548)	(88.836)	(103.826)
Aquisição do ativo intangível	18	(11.818)	(7.698)	(44.263)	(39.937)
Aquisição de fundo de comércio (liquida de contas a pagar)		-	-	-	(17.036)
Reembolso de ativo de arrendamento		-	-	38.465	-
Dividendos recebidos		46.709	156.542	-	-
Constituição FIDC Suppliers - cotas juniores	15	(40.000)	-	(40.000)	-
Constituição FIDC Clientes - cotas mezanino		-	(23.104)	-	(23.104)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	16	(65.152)	(217.436)	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		77.118	(276.713)	25.959	(320.414)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	21	729.370	287.834	753.992	304.834
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21	(588.038)	(518.480)	(603.414)	(518.480)
Instrumentos financeiros derivativos - Swap		(17.629)	(2.026)	(18.060)	(2.026)
Pagamento de arrendamentos	19	(25.203)	(25.245)	(85.177)	(80.164)
Aplicação financeira vinculada		(21.382)	(24.578)	(21.382)	(24.578)
Transações com controladas		-	5.782	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		45.802	(345.768)	93.869	(409.504)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		-	-	(2.003)	2.472
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	30.598	376.366	79.440	486.472
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	76.400	30.598	171.306	79.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A. e empresas controladas
Demonstração do Valor adicionado
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas		2.116.613	2.163.565	3.223.868	3.036.955
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		2.067.835	2.112.554	3.172.919	2.976.769
Outras receitas		46.374	52.921	49.623	65.161
Reversão (Perdas) de crédito esperadas		2.404	(1.910)	1.326	(4.975)
Insumos adquiridos de terceiros		(1.051.907)	(1.065.009)	(1.685.665)	(1.483.497)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos		(889.589)	(909.891)	(1.217.803)	(1.118.293)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(147.968)	(172.366)	(453.003)	(383.580)
Perda/Recuperação de Valores Ativos		(14.350)	17.248	(14.859)	18.376
Valor adicionado bruto		1.064.706	1.098.556	1.538.203	1.553.458
Retenções		(83.855)	(81.733)	(206.717)	(183.453)
Depreciação e amortização	17b ,18b e 19	(83.855)	(81.733)	(206.717)	(183.453)
Valor adicionado líquido produzido		980.851	1.016.823	1.331.486	1.370.005
Valor adicionado recebido em transferência		(102.446)	(24.306)	58.695	51.177
Resultado de equivalência patrimonial	16	(153.781)	(69.306)	-	-
Receitas financeiras		51.335	45.000	58.311	50.235
Outros (dividendos, aluguéis, royalties)		-	-	384	942
Valor adicionado total a distribuir		878.405	992.517	1.390.181	1.421.182
Distribuição do valor adicionado		878.405	992.517	1.390.181	1.421.182
Pessoal		372.663	379.351	524.739	549.682
Remuneração direta		305.927	313.905	438.369	464.141
Benefícios		45.089	41.114	57.832	52.689
FGTS		21.647	24.332	28.538	32.852
Impostos, taxas e contribuições		476.886	451.921	710.554	648.737
Federais		222.908	172.519	438.445	351.498
Estaduais		252.867	278.087	270.789	295.794
Municipais		1.111	1.315	1.320	1.445
Remuneração de capitais de terceiros		320.594	263.283	446.610	324.780
Juros		289.620	229.723	407.342	288.167
Aluguéis		30.974	33.560	39.268	36.613
Remuneração de capitais próprios		(291.738)	(102.038)	(291.722)	(102.017)
Lucros (prejuízos) retidos		(291.738)	(102.038)	(291.738)	(102.038)
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	16	21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A PBG S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores no Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011 e editado em 05 de agosto de 2021, que detém, em 31 de dezembro de 2025, 68,2% das ações da Companhia (67,7% em 31 de dezembro de 2024). O saldo remanescente das ações é composto por 31,8% em circulação (*free float*).

A Companhia, com sede em Tijucas, Santa Catarina, e suas controladas diretas e indiretas, têm como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior. No Brasil, a Companhia possui uma fábrica na cidade de Tijucas - SC e outra em Marechal Deodoro - AL, além de 2 (dois) centros de distribuição no Nordeste. Nos EUA, a controlada Portobello America Manufacturing LLC possui uma fábrica na cidade de Baxter, no Tennessee.

A Companhia tem participação societária nas seguintes controladas (em conjunto, denominadas “Portobello Grupo” ou “Grupo”): (i) Portobello Shop S.A. (“PBShop”), franqueadora que administra a rede de 131 (cento e trinta e uma) (134 em 31 de dezembro de 2024) franquias de lojas Portobello Shop, especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) Pbtech Comercio E Serviços De Revestimentos Cerâmicos Ltda. (“PBTech”), que é responsável pela gestão de 30 (trinta) lojas próprias Portobello Shop; (iii) Mineração Portobello Ltda. (“Mineração”), que é responsável pelo fornecimento de parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica S.A. (“CBC”), que desde o segundo trimestre de 2018 opera a fábrica de cortes especiais, produzindo produtos com a marca Officina Portobello e opera 5 (cinco) centros de distribuições, que até o primeiro semestre de 2024 faziam parte de sua controladora e (v) *Portobello America Inc* (“PBA”), possui 2 (dois) centros de distribuição nos quais distribui os produtos Portobello no mercado norte-americano. Através de sua subsidiária *Portobello America Manufacturing LLC* (“PBM”), concluiu a obra da fábrica nos EUA e desde outubro de 2023 produz seu portfólio de comercialização. A fábrica nos EUA faz parte da estratégia de internacionalização e consolidação do Grupo no mercado norte-americano. O parque fabril tem capacidade de produção anual de 3,6 milhões de m2 nesta primeira etapa e conta com área construída de 90 mil m2.

1.1. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras apresentaram capital circulante líquido negativo (“CCL – ativos circulantes menos passivos circulantes”) nos montantes de R\$ 282.595 e R\$ 185.156 (R\$ 427.721 e R\$ 342.724 em 31 de dezembro de 2024), na controladora e consolidado, respectivamente, decorrentes principalmente do prazo de vencimento de contratos de empréstimos de curto prazo e investimentos realizados. A Companhia monitora constantemente o capital circulante líquido, bem como as projeções de geração de fluxo de caixa para suportar a viabilidade do seu plano de negócios, tendo apresentado melhora no CCL comparado ao ano anterior. O Portobello Grupo continua o processo de negociação e reperfilamento de operações com instituições financeiras.

No 1º trimestre de 2025, foi realizada captação de empréstimos na modalidade de Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) no montante de US\$ 54.000 (cinquenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos) junto ao Banco XP S.A, com carência de 2 (anos), conforme divulgado na nota explicativa 21.

Em 07 de abril de 2025, foi realizada a negociação de aquisição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória, da 4ª emissão da Companhia. O montante total adquirido foi de R\$ 40.000.

Em 24 de abril de 2025, como parte da renegociação do contrato de *Build to suit* “BTS” firmada pela PBA (nota explicativa nº 19), que recebeu reembolso no montante de US\$ 6.900, tendo renegociado os prazos e taxa de juros do referido contrato.

Em 26 de junho de 2025, foram subscritas 300.000 (trezentas mil) debêntures, sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 300.000, correspondente a 6ª emissão de debêntures da Companhia. Com a referida captação, a Companhia realizou o resgate antecipado total das debêntures da 4ª emissão, no valor de R\$ 110.000, e realizou resgate antecipado parcial de R\$ 112.000, referente a 5ª emissão. A Companhia também realizou a liquidação de empréstimos bilaterais com o Banco do Brasil no montante aproximado R\$ 83.000.

Em agosto de 2025, a PBM captou recursos para capital de giro com o Banco do Brasil NY, no montante de US\$ 4.500, com prazo para pagamento de 3 anos e carência de 17 meses.

Em setembro de 2025, a Companhia captou recursos com o BRDE para aquisição de insumos e materiais abrangidos pela linha FINAME materiais, no montante de R\$ 35.000, com prazo para pagamento de 7 anos e carência de 24 meses.

Conforme divulgado na nota explicativa de eventos subsequentes, em março de 2026 foi assinado o contrato de *sale and leaseback* na alienação de um imóvel industrial da Companhia localizado em Marechal Deodoro/AL, onde situa-se a operação da unidade Pointer, pelo valor de R\$ 102.500 que será recebido integralmente em curto prazo. A Companhia manterá a posse direta e a operação integral de sua unidade fabril por meio do referido contrato de locação, com prazo de vigência de 15 anos. O aluguel mensal pactuado é de R\$ 1.225, sujeito a reajuste anual pelo IPCA.

Em fevereiro de 2026, a Companhia captou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o montante de R\$159.584 (equivalente a US\$ 30.600). A amortização do principal ocorrerá em parcela única em 15 de janeiro de 2033 e a operação é garantida por carta de fiança bancária.

A Administração está conduzindo negociações para alternativas de capitalização, cujos detalhes serão divulgados após a conclusão dos respectivos acordos, pois dependem da evolução das negociações com terceiros. Essas iniciativas têm potencial para ampliar o acesso a linhas de crédito com custos significativamente inferiores, a exemplo da captação realizada junto ao BNDES, contribuindo para a redução do custo médio da dívida e das despesas financeiras, além de reduzir o endividamento de curto prazo da Companhia.

A Administração realizou análise de continuidade para os 15 (quinze) meses subsequentes a 31 de dezembro de 2025 e considerou que a geração de caixa prevista seja suficiente para equalizar o capital circulante líquido. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade.

1.2. Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estavam pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”) que ainda não foram completamente efetivadas.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a LC 214/25, que regulamenta os novos tributos. Adicionalmente, ao longo de 2025, foram publicadas diversas notas técnicas e guias práticos e, em janeiro de 2026, foi publicada a LC 227. Todas essas normas trazem novas determinações que farão parte da implementação da Reforma Tributária.

Ressaltamos que a fase de testes da Reforma Tributária, com a inclusão dos novos campos de IBS e CBS nas notas fiscais a partir de janeiro de 2026, foi implantada, e a Administração tem acompanhado todas as normas publicadas, bem como promovido as adequações necessárias em seus processos, a fim de garantir que todos os aspectos sejam contemplados nas operações durante a fase de transição.

Dessa forma, destacamos que não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e não consideradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro, uma vez que consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas informações financeiras da controladora.

As demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2026.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Consolidações

3.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

a. Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercidos ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação da Companhia nas empresas controladas é:

	País de constituição	Participação direta	Participação Indireta
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
Portobello America Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,99%	0,00%
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das empresas controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b. Transações e participações dos não controladores

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações em não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2. Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldos dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido dos dividendos propostos pelas controladas. Desta forma, não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2. Apresentações de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócio são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela Diretoria Executiva, que é responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos de negócio e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

a. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme apresentado na nota explicativa de resultado financeiro, exceto quando diferidas no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificados.

b. Empresas controladas no exterior

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos e Euro) registrados por controlada, sediada no exterior, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no

patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. A moeda funcional das empresas controladas no exterior é o Dólar dos Estados Unidos.

3.4. Ativos financeiros

a. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes, dividendos a receber, títulos e valores mobiliários, crédito com controladas, depósitos judiciais em garantia e instrumentos financeiros derivativos.

b. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

- (i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

Representam ativos e passivos com realização no curto e longo prazos, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.
- (ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.
- (iii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.
- (iv) Desreconhecimento de ativos financeiros*

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebram acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

(v) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas adotam o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados, pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de doze meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.5. Passivos financeiros

(i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Os passivos financeiros incluem Fornecedores, cessão de crédito a fornecedores, contas a pagar por aquisição de ativo imobilizado, empréstimos e financiamentos, debêntures, dividendos a pagar, obrigações de arrendamento e dívidas com pessoas ligadas.

(ii) *Mensuração subsequente*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e

reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utilizam instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de *swaps* de juros e contrato a termo de moeda sem a entrega física “*Non-Deliverable Forward*” para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*, de acordo com as normas IFRS 9/CPC 48. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, é apresentado de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

(vi) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou a aplicação de *hedge accounting* a partir de 29 de julho de 2021, os instrumentos eleitos para designação foram as vendas em dólar que foram classificadas como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido na rubrica de Ajuste de avaliação patrimonial, e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de receita líquida de vendas, de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge* (nota explicativa nº 7).

3.6. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7. Tributos a recuperar

Abrange créditos fiscais alocados no ativo circulante e no não circulante, conforme a expectativa de realização apurada pela Administração, nos casos em que a origem do crédito tributário envolve processo judicial, o registro do ativo é suportado pelo trânsito em julgado favorável ao

Portobello Grupo, que considera praticamente certa a realização de tais créditos, conforme disposto na respectiva nota explicativa.

3.8. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas correspondem a gastos incorridos antes do cumprimento da obrigação de desempenho pelo fornecedor e são apropriadas ao resultado a medida que tais obrigações são cumpridas. Referem-se, principalmente, a gastos com seguros, licenças, entre outros, sendo apropriadas mensalmente ao resultado.

3.9. Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa das instituições financeiras em que foram realizados e estão apresentados nos ativos não circulantes.

3.10. Depósitos em garantia

Trata-se de ressarcimento pela aquisição de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S.A. que foram utilizados pela Companhia na liquidação de tributos federais e posteriormente acabaram não sendo validados por parte da Fazenda Nacional. A Administração optou por efetuar o registro no ativo não circulante, pois não há uma data definida para sua realização.

3.11. Ativos judiciais

Os ativos judiciais referem-se a créditos tributários, para os quais existem processos judiciais cuja entrada de benefícios econômicos é considerada praticamente certa.

3.12. Investimentos

Os investimentos nas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional conforme o resultado apurado. No caso do ajuste de conversão de investimento na controlada PBA, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente do ajuste de conversão de balanço e resultado do período pela diferença de câmbio, são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos nas controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda).

3.13. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável os benefícios econômicos futuros e o custo puder ser mensurado com segurança. O valor contábil residual de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados para resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado.

3.14. Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas adquiridas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios e gastos de desenvolvimento de novos produtos. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente, deduzidos da amortização ou exaustão acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização ou exaustão, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento de novos produtos é reconhecido se, e somente se, demonstradas:

- a) A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- b) A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- c) A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- d) Evidências de que o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- f) A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. A amortização é iniciada após a conclusão dos projetos, momento em que se obtém ou pode obter os benefícios econômicos oriundos da sua utilização e/ou comercialização.

3.15. Arrendamentos

A IFRS 16/ CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador

permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16, por meio do CPC 06 (R2), substituiu as normas de arrendamento anteriores, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Dos contratos que abrangem o escopo da norma, a Administração considerou como componente do arrendamento, veículos, aluguel de centros de distribuição, aluguel de lojas próprias, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- a) Pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- b) Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependam de índice ou de taxa;
- c) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- d) O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e
- e) Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no contrato. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- c) Quaisquer custos diretos iniciais; e
- d) A estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário para desmontar e remover o ativo subjacente, restaurar o local no qual está localizado ou restaurar o ativo subjacente

à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, a menos que tais custos sejam incorridos para produzir estoques.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do Arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de tecnologia da informação e pequenos itens de mobiliário de escritório.

3.16. Impairment de ativos não financeiros (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.17. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. A Companhia e suas controladas classificam os fornecedores como operacionais e investimento para aquisição de ativo imobilizado.

3.18. Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia e suas controladas realizam operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros a antecipação dos valores devidos, visando a manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

3.19. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*).

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após o fim do exercício.

3.20. Adiantamento de clientes

Ocorre quando a Companhia ou suas controladas recebem adiantamento de cliente por conta do fornecimento futuro de bens e serviços, antes mesmo da entrega do produto ou serviço solicitado pelo cliente e da geração da nota fiscal. O maior saldo encontra-se no consolidado e provém das lojas próprias, devido às características da operação.

3.21. Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais do Grupo que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os riscos fiscais classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em seu montante nas demonstrações financeiras, bem como os classificados como perdas remotas não são provisionados, nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.22. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os tributos diferidos são consumidos à medida em que as diferenças temporárias ativas e passivas sejam realizadas e também pela compensação do prejuízo fiscal, conforme respectiva nota explicativa.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas.

O registro dos créditos fundamentou-se pela expectativa futura de geração de lucros tributáveis, com base em estimativas preparadas a partir de projeções efetuadas pela Administração, considerando cenários econômicos, taxas de desconto e demais variáveis que podem não se realizar.

A Administração revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro e a contribuição social, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

3.23. Benefícios à empregados

a. Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Já um plano de benefício definido, em geral, estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia. O ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do profissional no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definidos, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b. Plano de participação nos resultados

O reconhecimento dessa participação é realizado pró-rata no passivo circulante, sob a rubrica “Outros”. O cálculo tem, como ponto de partida, a existência de lucro no exercício.

3.24. Capital Social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias, as quais estão classificadas no patrimônio líquido conforme respectiva nota explicativa.

3.25. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado do exercício.

3.26. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega, os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional.

a. Venda de produtos - atacado

A Companhia e suas controladas produzem e vendem uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando ocorre a transferência do controle, ou seja, é realizada a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou existam evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (*Home Centers*, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b. Receita de franquias

A receita provém da cobrança de royalties pela administração das redes de franquias de lojas Portobello Shop, rede de varejo especializada em revestimentos cerâmicos da marca Portobello e complementos.

A receita de *royalties* é reconhecida quando as obrigações de performances forem concluídas. A receita de venda de mercadorias aos franqueados é reconhecida quando a obrigação de performance é cumprida que compreende a transferência da mercadoria ao franqueado. Adicionalmente, no momento em que a obrigação de performance da venda é cumprida há, também, o reconhecimento da receita de royalties, conforme percentuais definidos em contrato.

c. Receita de produtos e serviços – Oficina Portobello

A receita de vendas de produtos e serviços que contemplam revestimentos cerâmicos com louças, metais e soluções na arte de porcelanataria, para os quais as transferências de controle acontecem quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos clientes.

d. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.27. Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.28. Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais referem-se a benefícios tributários que são reconhecidos no resultado ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Os incentivos fiscais relacionados aos tributos sobre as vendas referentes ao exercício corrente são reconhecidos na receita líquida na demonstração do resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem incentivos fiscais de ICMS, sendo o principal benefício o Prodesin na fábrica de Alagoas.

3.29. Provisão para garantia

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para reclamações de garantia estimadas em relação a produtos vendidos que ainda estão sob garantia no final do exercício. Espera-se que tais reclamações sejam liquidadas em curto prazo. O Grupo geralmente oferece 1 (um) ano de garantia para seus produtos comercializados. A Administração estima a provisão relacionada para futuras reclamações de garantia com base em informações históricas sobre reclamações de garantia, bem como tendências recentes que podem sugerir que informações de custos passados podem diferir de reclamações futuras. As premissas feitas em relação ao período atual são consistentes com as do ano anterior.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de

seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b. Provisões para perdas nos estoques

A provisão para potenciais perdas de estoque é constituída quando, com base no histórico e troca de coleções, itens são definidos como descontinuados, possuírem baixo giro ou quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa do ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

d. Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia e suas controladas mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Administração, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

e. Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na respectiva nota explicativa.

f. Receita de vendas - rebates

Nas vendas de produtos por atacado, nos grandes *Home Centers* existe a espécie de abatimento comercial ou *rebate* que surgiu como um desconto especial atrelado ao atingimento de volume de vendas por um certo período de tempo; é a concessão de descontos sempre após a compra, ou seja, de modo retroativo, equivalente a um pagamento feito pelo vendedor ao comprador e não a um abatimento, propriamente dito, no valor final da compra.

g. Provisão para garantias

A Companhia e suas controladas registram provisão para garantia de seus produtos com base em dados históricos de gastos com garantia e assistência técnica.

h. Taxas de desconto de arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicam taxas implícitas dos contratos, quando disponível, ou as taxas incrementais sobre empréstimos para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamento. As taxas incrementais são estimadas a partir das taxas médias de juros de financiamento do Grupo, no país cujo respectivo ativo é operado. Os valores presentes dos passivos de arrendamentos são determinados com base nas taxas incrementais estimadas na data de início de cada arrendamento. Portanto, mesmo nos casos em que contratos de arrendamento possuam características semelhantes, seus fluxos de caixas podem ser descontados por taxas incrementais significativamente diferentes em função das condições da taxa de captação na data de início de cada arrendamento.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela gerência responsável, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Vice Presidência de finanças e a Tesouraria identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado	Operações comerciais futuras	Previsões de fluxos de caixa	Política de Hedge
Risco de câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Swaps cambial
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de curto e longo prazos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Monitoramento do mercado de crédito com rodadas de renegociações estratégicas
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes.	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras e análises internas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Acompanhamento de liquidez e monitoramento dos ratings/limites de crédito disponíveis

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições à algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, ao Euro e ao Renminbi. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

O Grupo mantém a política de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações.

(ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros e inflação

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa, conforme respectiva nota explicativa. Os empréstimos adquiridos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. No que diz respeito às aplicações financeiras, são realizadas em CDB bancários, conforme respectiva nota explicativa.

O risco inflacionário é coberto por cláusulas de ajuste de preço vinculadas aos índices de mercado presentes nos contratos com clientes e por atualizações periódicas de tabelas de preço baseadas nos mesmos índices.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

A Companhia e suas controladas mantêm rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes e ajustam os limites de crédito sempre que é detectada qualquer alteração material no nível de risco percebido. A Companhia não possui concentração significativa em cliente específico, em relação ao total da carteira.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Vice-presidência de finanças e Tesouraria. O Grupo vem diligenciando na gestão de caixa de acordo com suas políticas de investimento e financiamento.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Controladora e Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais.

PBG S.A. e empresas controladas
Notas explicativas da administração

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				
	31.12.2025				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações de arrendamento	9.767	5.049	-	-	14.816
Fornecedores	304.038	28	-	-	304.066
Cessão de crédito com fornecedores	138.719	-	-	-	138.719
Contas a pagar de imobilizado	8.668	-	5.688	-	14.356
Parcelamento de obrigações tributárias	45.396	34.929	64.245	-	144.570
Empréstimos, financiamentos e debêntures	218.671	386.005	623.749	33.531	1.261.956
Impostos, taxas e contribuições	25.695	-	-	-	25.695
Obrigações sociais e trabalhistas	54.108	-	-	-	54.108
	805.062	426.011	693.682	33.531	1.958.286

	Controladora				
	31.12.2024				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações de arrendamento	26.306	5.381	2.792	-	34.479
Fornecedores	265.457	-	-	-	265.457
Cessão de crédito com fornecedores	105.180	-	-	-	105.180
Contas a pagar de imobilizado	13.562	-	-	-	13.562
Parcelamento de obrigações tributárias	10.943	8.188	29.815	-	48.946
Empréstimos, financiamentos e debêntures	403.320	356.309	350.327	36.553	1.146.509
Impostos, taxas e contribuições	23.847	-	-	-	23.847
Obrigações sociais e trabalhistas	52.628	-	-	-	52.628
	901.243	369.878	382.934	36.553	1.690.608

	Consolidado				
	31.12.2025				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações de arrendamento	46.759	97.387	65.421	522.529	732.096
Fornecedores	409.959	28	-	-	409.987
Cessão de crédito com fornecedores	185.332	-	-	-	185.332
Contas a pagar de imobilizado	74.385	54.463	36.492	-	165.340
Parcelamento de obrigações tributárias	61.839	50.767	110.799	-	223.405
Empréstimos, financiamentos e debêntures	219.270	398.086	636.429	33.531	1.287.316
Impostos, taxas e contribuições	33.464	-	-	-	33.464
Obrigações sociais e trabalhistas	76.299	-	-	-	76.299
	1.107.307	600.731	849.141	556.060	3.113.239

	Consolidado				
	31.12.2024				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações de arrendamento	71.528	33.582	55.535	414.812	575.457
Fornecedores	375.775	-	-	-	375.775
Cessão de crédito com fornecedores	120.375	-	-	-	120.375
Contas a pagar de imobilizado	22.546	94.864	87.879	-	205.289
Parcelamento de obrigações tributárias	10.943	8.188	29.815	-	48.946
Empréstimos, financiamentos e debêntures	406.014	370.809	350.327	36.553	1.163.703
Impostos, taxas e contribuições	38.958	-	-	-	38.958
Obrigações sociais e trabalhistas	78.295	-	-	-	78.295
	1.124.434	507.443	523.556	451.365	2.606.798

d. Análise de sensibilidade e exposição

(i) Análise de sensibilidade e exposição às variações nas taxas de juros

A Administração efetua estudo de potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os instrumentos financeiros passivos. O estudo tem como base as curvas futuras de juros disponibilizadas por instituições como B3 e Banco Central do Brasil. A Companhia adota as taxas futuras divulgadas por estas instituições como taxas prováveis. A periodicidade adotada é de 12 meses a partir da data base deste relatório. Tais variações tem potencial para afetar o resultado e consequentemente o patrimônio líquido da Companhia.

	Controladora					
	31.12.2025	Risco	Índice na data base	Cenário provável ao final de 12 meses	Impacto provável no resultado	
					Variação	Impacto
Aplicações financeiras			%	%		
US treasury YIELD	6.509	Queda	4,15	3,13	(1,03pp)	(67)
CDI	67.070	Queda	14,90	13,52	(1,38pp)	(925)
Aplicações financeiras vinculadas						
CDI	41.420	Queda	14,90	13,52	(1,38pp)	(571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
TJLP	(143.786)	Alta	8,66	7,86	(0,80pp)	1.153
CDI	(1.031.129)	Alta	14,90	13,52	(1,38pp)	14.219
SELIC	(35.484)	Alta	15,00	12,25	(2,75pp)	976
Parcelamento de obrigações tributárias						
SELIC	(144.570)	Alta	15,00	12,25	(2,75pp)	3.976
						18.761
Impacto provável no resultado em virtude da exposição às taxas de juros						
Exposição líquida em SELIC	(180.054)		15,00	12,25	(2,75pp)	4.952
Exposição líquida em CDI	(922.639)		14,90	13,52	(1,38pp)	12.723
Exposição líquida em TJLP	(143.786)		8,66	7,86	(0,80pp)	1.153
Exposição líquida em US YIELD	6.509		4,15	3,13	(1,03pp)	(67)

	Consolidado					
	31.12.2025	Risco	Índice na data base	Cenário provável ao final de 12 meses	Impacto provável no resultado	
					Variação	Impacto
Aplicações financeiras			%	%		
US treasury YIELD	16.865	Queda	4,15	3,13	(1,03pp)	(173)
CDI	141.503	Queda	14,90	13,52	(1,38pp)	(1.951)
Aplicações financeiras vinculadas						
CDI	41.420		14,90	13,52		(571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
TJLP	(143.786)	Alta	8,66	7,86	(0,80pp)	1.153
CDI	(1.031.129)	Alta	14,90	13,52	(2,40pp)	14.219
SELIC	(35.484)		15,00	12,25	(2,75pp)	976
Parcelamento de obrigações tributárias						
SELIC	(223.405)	Alta	15,00	12,25	(2,75pp)	6.144
						19.797
Impacto provável no resultado em virtude da exposição às taxas de juros						
Exposição líquida em SELIC	(258.889)		15,00	12,25	(2,75pp)	7.120
Exposição líquida em CDI	(848.206)		14,90	13,52	(1,38pp)	11.697
Exposição líquida em TJLP	(143.786)		8,66	7,86	(0,80pp)	1.153
Exposição líquida em US YIELD	16.865		4,15	3,13	(1,03pp)	(173)

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira para os quais, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente na data base, divulgadas por instituições como B3 e Banco Central do Brasil.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro para os valores em moeda estrangeira:

	Controladora						
	Moeda original	Reais mil	Risco	Câmbio na data base	Câmbio provável ao final de 12 meses	Impacto provável no resultado	
	31.12.25	31.12.25				Variação	Impacto
Caixa e equivalentes de caixa							
Dólar	1	5	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	-
Aplicações financeiras							
Dólar	1.183	6.509	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(121)
Aplicações financeiras vinculadas							
Dólar	2.696	14.837	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(276)
Contas a receber de clientes							
Dólar	10.003	55.041	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(1.024)
Euro	1.240	7.977	Queda	6,4338	6,3141	0,1197	(148)
Renminbi	6	5	Queda	0,7833	0,7865	0,0032	-
Fornecedores							
Dólar	1.789	9.843	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	(183)
Euro	374	2.409	Alta	6,4338	6,3141	0,1197	(45)
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos de Swap							
Dólar	(86.743)	(477.297)	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	8.883
Contas a pagar de imobilizado							
Euro	(909)	(5.848)	Alta	6,4338	6,3141	0,1197	109
Impacto provável no resultado em virtude da exposição ao câmbio							7.195
Exposição líquida ao Dólar	(71.071)	(391.062)					
Exposição líquida ao Euro	705	4.538					
Exposição líquida ao Renminbi	6	5					

	Consolidado						
	Moeda original	Reais mil	Risco	Câmbio na data base	Câmbio provável ao final de 12 meses	Impacto provável no resultado	
	31.12.25	31.12.25				Variação	Impacto
Caixa e equivalentes de caixa							
Dólar	1.541	8.477	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(158)
Aplicações financeiras							
Dólar	3.065	16.865	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(314)
Aplicações financeiras vinculadas							
Dólar	2.696	14.837	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(276)
Contas a receber de clientes							
Dólar	16.094	88.556	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(1.648)
Euro	1.240	7.977	Queda	6,4338	6,3141	0,1197	(148)
Renminbi	6	5	Queda	0,7471	0,7726	0,0032	-
Fornecedores							
Dólar	(9.734)	(53.559)	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	997
Euro	374	2.409	Alta	6,4338	6,3141	0,1197	(45)
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos de Swap							
Dólar	(91.352)	(502.657)	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	9.354
Contas a pagar de imobilizado							
Euro	(977)	(6.287)	Alta	6,4338	6,3141	0,1197	117
Dólar	(15.056)	(82.843)	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	1542
Impacto provável no resultado em virtude da exposição ao câmbio							9.421
Exposição líquida ao Dólar	(92.746)	(510.324)					
Exposição líquida ao Euro	637	4.099					
Exposição líquida ao Renminbi	6	5					

Adicionalmente, o Grupo possui instrumentos financeiros para a proteção da receita de exportação e empréstimos, conforme nota explicativa nº 7.

5.2. Gestão de capital

A Administração busca otimizar sua estrutura de capital, visando o menor custo de captação de recursos por meio da melhor combinação entre capital próprio e de terceiros e controle rígido de caixa, com o objetivo de preservar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas.

O capital é monitorado com base na alavancagem financeira. A dívida líquida bancária, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, passivo de arrendamento com opção de compra, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários.

O endividamento líquido pode ser assim resumido:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida Bancária Bruta*	1.291.584	1.165.517
Caixa e equivalentes de caixa	(171.306)	(79.440)
Aplicações financeiras vinculadas	(56.257)	(34.875)
Endividamento líquido	1.064.021	1.051.202
Total do patrimônio líquido	26.475	371.103

* Inclui arrendamentos com opção de compra, conforme nota explicativa de Arrendamentos.

5.3. Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora		Consolidado	
	Valor justo	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Ativos avaliados a valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes					
Derivativos - hedge accounting	Nível 2	-	-	-	-
Derivativos - swap	Nível 2	-	3.787	-	3.867
Títulos e valores mobiliários - FIDC	Nível 3	69.086	26.104	69.086	26.104
Ativos ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	76.400	30.598	171.306	79.440
Contas a receber de clientes	N/A	162.775	195.175	238.412	282.050
Créditos com controladas	N/A	76.314	88.894	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	56.257	34.875	56.257	34.875
Outras contas a receber	N/A	22.929	20.423	24.688	24.423
		463.761	399.856	559.749	450.759
Passivos avaliados a valor justo por meio do resultado					
Derivativos - hedge accounting	Nível 2	360	36.203	360	36.203
Derivativos - swap	Nível 2	2.932	4.067	2.932	4.067
Derivativos - swap PPE	Nível 3	1.565	-	1.565	-
Passivos ao custo amortizado					
Fornecedores	N/A	304.066	265.457	409.987	375.775
Cessão de crédito	N/A	138.719	105.180	185.332	120.375
Contas a pagar de imobilizado	N/A	14.356	13.562	165.340	205.289
Empréstimos, financiamentos e debêntures	N/A	1.261.956	1.146.509	1.287.316	1.163.703
Dividendos a pagar	N/A	638	638	704	700
Obrigações de arrendamento	N/A	14.816	34.479	732.096	575.457
Débitos com controladas e pessoas ligadas	N/A	109.063	114.708	56.330	56.330
Impostos, taxas e contribuições	N/A	25.695	23.847	33.464	38.958
Obrigações sociais e trabalhistas	N/A	54.108	52.628	76.299	78.295
		1.928.274	1.797.278	2.951.725	2.655.152

Hierarquia de valor justo

O CPC 46 – Mensuração a valor justo - estabelece uma hierarquia de valor justo, com o objetivo de aumentar a consistência e comparabilidade nas mensurações e nas divulgações correspondentes. A hierarquia é dividida em 3 níveis, sendo classificadas de acordo com o tipo informação utilizada na mensuração, se o dado é observável ou não.

Dados observáveis são informações desenvolvidas utilizando-se dados de mercado, tais como informações disponíveis publicamente sobre eventos ou transações reais, e que refletem as premissas que participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia possui aplicações financeiras vinculadas a contratos de empréstimo e fianças com o Banco do Brasil, BTG, Banco Original, Banco Daycoval e XP no valor total de R\$ 56.257 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 34.875 em 31 de dezembro de 2024).

6. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações, majoritariamente em CDB bancários, remunerados com base na variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Ademais, possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem penalidades.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contas correntes	2.821	15.744	12.938	50.072
Moeda nacional	2.816	15.665	4.461	47.927
Moeda estrangeira	5	79	8.477	2.145
Aplicações financeiras	73.579	14.854	158.368	29.368
Moeda nacional	67.070	14.854	141.503	14.854
Moeda estrangeira	6.509	-	16.865	14.514
	76.400	30.598	171.306	79.440

7. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

		Controladora		Consolidado	
	Valor justo	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
<i>Ativos avaliados a valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes</i>					
Derivativos - <i>hedge accounting</i>	Nível 2	-	-	-	-
Derivativos - <i>swap</i>	Nível 2	-	3.787	-	3.867
Ativo circulante		-	3.787	-	3.867
<i>Passivos avaliados a valor justo por meio do resultado</i>					
Derivativos - <i>hedge accounting</i>	Nível 2	360	36.203	360	36.203
Derivativos - <i>swap</i>	Nível 2	2.932	4.067	2.932	4.067
Passivo circulante		3.292	40.270	3.292	40.270
Derivativos - valor justo <i>swap</i> PPE	Nível 3	18.651	-	18.651	-
Derivativos - custo <i>day one losses</i> PPE	Nível 3	(17.086)	-	(17.086)	-
Passivo não circulante		1.565	-	1.565	-
Passivo total		4.857	40.270	4.857	40.270

7.1. Non Deliverable Forward (NDF)

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui contratos em aberto de NDFs com valor *notional* total de US\$6.600 (US\$59.749 em 31 de dezembro de 2024), nas seguintes condições:

a. Operações a liquidar/realizar após 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, com efeito no ativo circulante e patrimônio líquido

Marcação a mercado em 31 de dezembro de 2025			
Vencimento	Cotação fixada (média ponderada dos contratos) R\$/US\$	Valor referência (<i>notional</i> - US\$)	Valor justo MTM
30/01/2026	5,5776	312	(13)
27/02/2026	5,6121	312	(13)
31/03/2026	5,6568	312	(13)
30/04/2026	5,6348	1.278	(125)
29/05/2026	5,7291	678	(31)
30/06/2026	5,7706	678	(31)
31/07/2026	5,8142	525	(24)
31/08/2026	5,8521	525	(25)
30/09/2026	5,8943	525	(23)
30/10/2026	5,9296	485	(21)
30/11/2026	5,9637	485	(21)
30/12/2026	5,9986	485	(20)
		<u>6.600</u>	<u>(360)</u>

Marcação a mercado em 31 de dezembro de 2024			
Vencimento	Cotação fixada (média ponderada dos contratos) R\$/US\$	Valor referência (<i>notional</i> - US\$)	Valor justo MTM
31/01/2025	5,6239	5.762	(3.388)
29/02/2025	5,6404	5.678	(3.390)
31/03/2025	5,6537	5.911	(3.613)
30/04/2025	5,7515	4.736	(2.573)
31/05/2025	5,7708	4.855	(2.723)
30/06/2025	5,7925	4.727	(2.723)
31/07/2025	5,8172	4.680	(2.775)
31/08/2025	5,8473	4.680	(2.832)
30/09/2025	5,8727	4.680	(2.914)
31/10/2025	5,8940	4.680	(3.009)
30/11/2025	5,9280	4.680	(3.089)
31/12/2025	5,9348	4.680	(3.174)
		<u>59.749</u>	<u>(36.203)</u>

b. Operações liquidadas/realizadas até 31 de dezembro de 2025, com efeito no resultado

Vencimento	Cotação fixada (média ponderada dos contratos) R\$/US\$	Valor referência (<i>notional</i> - US\$)	Resultado operacional	
			2025	2024
2024	5,2274	88.947	-	(31.770)
2025	5,7616	48.014	7.105	-

Tais contratos foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa e foram firmados para proteger a margem operacional no que tange às vendas em dólar, sendo registrados na metodologia de *hedge accounting*, conforme política de *hedge* da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a perda não realizada (valor justo subtraído pela marcação a mercado pela curva do dólar) é de R\$ 360 (R\$ 36.203 em 31 de dezembro de 2024), sem considerar efeito

do imposto de renda e contribuição social, registrado em outros resultados abrangentes conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos resultados abrangentes.

O ganho realizado em 2025, no montante de R\$ 7.105, foi registrado na rubrica de receita líquida (perda realizada de R\$ 31.770 no exercício de 2024) conforme metodologia de *hedge accounting* prevista na Política adotada pela Companhia.

7.2. Swaps

A Companhia celebrou operações em dólar americano nas modalidades de Pré-Pagamento de Exportação (PPE), Nota de Crédito à Exportação (NCE) e capital de giro, com cobertura parcial de operações de *Swap* visando proteger a Companhia de exposições futuras de oscilações cambiais e de taxa de juros. Possuem indexação de 97% a 103% do CDI.

		Controladora		Consolidado	
	Valor justo	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
<i>Ativos avaliados a valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes</i>					
Derivativos - <i>swap</i>	Nível 2	-	3.787	-	3.867
Ativo circulante		-	3.787	-	3.867
<i>Passivos avaliados a valor justo por meio do resultado</i>					
Derivativos - <i>swap</i>	Nível 2	2.932	4.067	2.932	4.067
Passivo circulante		2.932	4.067	2.932	4.067
Derivativos - valor justo <i>swap</i> PPE	Nível 3	18.651	-	18.651	-
Derivativos - custo <i>day one losses</i> PPE	Nível 3	(17.086)	-	(17.086)	-
Passivo não circulante		1.565	-	1.565	-

Swap PPE

A Companhia concluiu no 1º trimestre de 2025 a contratação de uma operação de financiamento do tipo Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”), junto ao Banco XP S.A., Cayman Branch, no valor total de US\$ 54.000, equivalente a R\$ 310.079 (mais detalhes vide nota explicativa 21). Simultaneamente, foi celebrado um contrato de *swap* para fechamento da operação, alterando o indexador original SOFR + 5,5% para CDI + 2,05% a.a. (juros e variação cambial sobre juros).

A Companhia mensurou o valor justo do *swap*, considerando no cálculo seu risco de crédito interno, resultando em R\$ 44.608 no reconhecimento inicial, registrado no passivo. A Companhia diferiu os efeitos do reconhecimento inicial do *swap* por meio do critério *day one loss*. Esse diferimento está sendo apropriado no resultado ao longo da vigência do contrato e está apresentado líquido do valor justo do *swap*.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber				
Mercado interno	105.699	105.936	152.188	150.181
Mercado externo	59.700	94.267	93.971	140.942
Total de contas a receber (Circulante)	165.399	200.203	246.159	291.123
Contas a receber				
Mercado interno	3.391	3.391	3.391	3.391
Total de contas a receber (Não circulante)	3.391	3.391	3.391	3.391
Impairment de contas a receber de clientes				
PCE (Ativo circulante)	(2.624)	(5.028)	(7.747)	(9.073)
PCE (Ativo não circulante)	(3.391)	(3.391)	(3.391)	(3.391)
Total de PCE	(6.015)	(8.419)	(11.138)	(12.464)
Total de contas a receber	168.790	203.594	249.550	294.514
Total de contas a receber líquido de PCE	162.775	195.175	238.412	282.050

a. Composição das contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora					
	31.12.2025	Perdas estimadas	Cobertura %	31.12.2024	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	144.603	(232)	0,2%	179.524	(252)	0,0%
Vencidos até 30 dias	12.246	(71)	1,0%	8.924	(56)	1,0%
Vencidos de 31 a 60 dias	3.354	(128)	4,0%	3.950	(170)	4,0%
Vencidos de 61 a 90 dias	1.600	(98)	6,0%	1.205	(100)	8,0%
Vencidos de 91 a 120 dias	1.271	(200)	16,0%	1.365	(322)	24,0%
Vencidos de 121 a 180 dias	870	(440)	51,0%	1.925	(818)	43,0%
Vencidos de 181 a 360 dias	4.846	(4.846)	100,0%	6.701	(6.701)	100,0%
	168.790	(6.015)		203.594	(8.419)	

	Consolidado					
	31.12.2025	Perdas estimadas	Cobertura %	31.12.2024	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	209.510	(262)	0,1%	248.690	(290)	0,0%
Vencidos até 30 dias	18.387	(132)	1,0%	20.154	(167)	1,0%
Vencidos de 31 a 60 dias	4.336	(179)	4,0%	7.297	(337)	5,0%
Vencidos de 61 a 90 dias	1.882	(126)	7,0%	2.781	(258)	9,0%
Vencidos de 91 a 120 dias	2.413	(485)	20,0%	2.595	(629)	24,0%
Vencidos de 121 a 180 dias	6.143	(3.075)	50,0%	4.142	(1.928)	47,0%
Vencidos de 181 a 360 dias	6.879	(6.879)	100,0%	8.855	(8.855)	100,0%
	249.550	(11.138)		294.514	(12.464)	

A Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A PCE é calculada por meio de uma política de escalonamento de realização da carteira, levando em consideração a análise de crédito, o histórico da recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento e as informações do mercado. Também é feita uma análise mensal sobre os saldos a vencer com base na carteira de clientes, além da análise da carteira de clientes a vencer pela

PBG S.A. e empresas controladas
Notas explicativas da administração
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2025	Perdas estimadas	Cobertura %	31.12.2024	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	144.603	(232)	0,2%	179.524	(252)	0,0%
Vencidos até 30 dias	12.246	(71)	1,0%	8.924	(56)	1,0%
Vencidos de 31 a 60 dias	3.354	(128)	4,0%	3.950	(170)	4,0%
Vencidos de 61 a 90 dias	1.600	(98)	6,0%	1.205	(100)	8,0%
Vencidos de 91 a 120 dias	1.271	(200)	16,0%	1.365	(322)	24,0%
Vencidos de 121 a 180 dias	870	(440)	51,0%	1.925	(818)	43,0%
Vencidos de 181 a 360 dias	4.846	(4.846)	100,0%	6.701	(6.701)	100,0%
	168.790	(6.015)		203.594	(8.419)	

Consolidado						
	31.12.2025	Perdas estimadas	Cobertura %	31.12.2024	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	209.510	(262)	0,1%	248.690	(290)	0,0%
Vencidos até 30 dias	18.387	(132)	1,0%	20.154	(167)	1,0%
Vencidos de 31 a 60 dias	4.336	(179)	4,0%	7.297	(337)	5,0%
Vencidos de 61 a 90 dias	1.882	(126)	7,0%	2.781	(258)	9,0%
Vencidos de 91 a 120 dias	2.413	(485)	20,0%	2.595	(629)	24,0%
Vencidos de 121 a 180 dias	6.143	(3.075)	50,0%	4.142	(1.928)	47,0%
Vencidos de 181 a 360 dias	6.879	(6.879)	100,0%	8.855	(8.855)	100,0%
	249.550	(11.138)		294.514	(12.464)	

A Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A PCE é calculada por meio de uma política de escalonamento de realização da carteira, levando em consideração a análise de crédito, o histórico da recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento e as informações do mercado. Também é feita uma análise mensal sobre os saldos a vencer com base na carteira de clientes, além da análise da carteira de clientes a vencer pela experiência de perda e alguns clientes pontuais. Essa metodologia tem sustentado as estimativas de perdas nesta carteira, atendendo aos conceitos das normas IFRS 9/CPC 48.

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

b. Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	(6.509)	(9.383)
Provisão (reversão) líquidas	(4.254)	(8.995)
Baixa por perda efetiva	2.344	5.914
Em 31 de dezembro de 2024	(8.419)	(12.464)
Provisão (reversão) líquidas	(1.284)	(4.496)
Baixa por perda efetiva	3.688	5.822
Em 31 de dezembro de 2025	(6.015)	(11.138)

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa de empréstimos e financiamentos.

No consolidado de 31 de dezembro de 2025, há títulos a receber dados em garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 86.114 (R\$ 90.584 em 31 de dezembro de 2024), e não há valores para garantir as operações de terceiros com os franqueados.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Produtos acabados	239.729	246.384	519.035	487.255
Produtos em processo	10.529	10.582	15.514	13.212
Matérias-primas e materiais de consumo	66.972	59.529	96.593	95.269
Importações em andamento	326	624	606	1.447
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(17.661)	(11.581)	(34.538)	(37.538)
	<u>299.895</u>	<u>305.538</u>	<u>597.210</u>	<u>559.645</u>

A Companhia e suas controladas constituem provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

10. Demais tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
ICMS (a)	2.293	303	32.981	14.641
PIS/COFINS (b)	5.727	4.709	7.746	9.395
IRRF	3.005	1.988	3.256	2.021
IPI	1.178	2.011	1.750	2.299
Reintegra (d)	1.604	1.939	1.604	1.939
Outros tributos a recuperar	109	162	293	248
Ativo circulante	<u>13.916</u>	<u>11.112</u>	<u>47.630</u>	<u>30.543</u>
ICMS-ST (c)	9.982	9.982	9.982	9.982
ICMS - DIFAL	-	2.749	-	2.749
PIS/COFINS (b)	-	-	68	1.149
ICMS (a)	3.186	2.944	3.249	3.003
Outros tributos a recuperar	11	-	11	-
Ativo não circulante	<u>13.179</u>	<u>15.675</u>	<u>13.310</u>	<u>16.883</u>

a. ICMS

O saldo é composto substancialmente por crédito de ICMS sobre o estoque, ICMS ST a restituir, ICMS DIFAL e crédito de ICMS de ativo imobilizado e extemporâneo.

b. PIS e COFINS

O saldo desta rubrica é composto pelos valores do PIS e da COFINS sobre o ativo imobilizado, créditos extemporâneos e créditos decorrentes das operações normais da Companhia e de controladas que serão integralmente compensados nas apurações seguintes.

c. ICMS-ST

Neste item estão registrados os valores de ICMS-ST incidentes sobre as operações de transferência de produtos entre os estabelecimentos da Companhia, no montante de R\$ 9.982 na Controladora, cujo valor é objeto de processo junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, visando sua total recuperação.

d. Reintegra

A Companhia recebeu o pagamento de precatório relativo ao reconhecimento de benefício Reintegra, com base nas vendas para ZFM e ALC, processo nº 5018339-37.2019.4.04.7200, tendo

apropriação no caixa o valor de R\$ 755, sendo R\$420 variação decorrente de atualização do crédito originalmente reconhecido.

11. Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e previdenciária e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original, atualizado pelos índices das instituições financeiras para depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Cíveis	92	92	467	467
Trabalhistas e previdenciários	884	1.213	884	1.213
Tributários	3.808	3.772	3.808	3.771
	<u>4.784</u>	<u>5.077</u>	<u>5.159</u>	<u>5.451</u>

12. Depósitos em garantia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldo de depósitos em garantia no montante de R\$ 16.568 (R\$ 16.076 em 31 de dezembro de 2024), composto principalmente pelos seguintes valores:

(a) Depósitos vinculados a embargos à execução fiscal movidos contra a União – Fazenda Nacional, com o objetivo de anular créditos tributários cuja exigibilidade, à época da inscrição em dívida ativa ou do ajuizamento da execução, estaria suspensa. A principal alegação da Companhia é que tais créditos tiveram sua exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional, especialmente em razão da adesão ao parcelamento previsto na Medida Provisória nº 470/2009, formalizado em 30/11/2009. Essa suspensão foi reconhecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional em 16/07/2010. O saldo relacionado a esses depósitos é de R\$ 7.231 em 31 de dezembro de 2025.

(b) Depósito judicial relativo à execução fiscal proposta para cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração de segurados, bem como contribuições destinadas ao financiamento de benefícios por incapacidade laborativa e a terceiros. O valor depositado é de R\$ 6.001 em 31 de dezembro de 2025.

(c) Em setembro de 2020, a Companhia firmou um “Termo de Entendimento e Quitação de Obrigações” com a Refinadora Catarinense S.A., visando à quitação de dívida no valor de R\$ 101.990. Pelo acordo, a Refinadora transferiu à Companhia R\$ 89.517, referentes a valores depositados em processos de execução fiscal ajuizados contra a PBG S.A. Esse montante foi registrado, em outubro de 2020, como depósito em garantia no ativo não circulante, sendo atualizado ao longo do tempo. Em 2022, com a autorização judicial para levantamento parcial dos valores, a Companhia apresentou seguros garantia nos autos das execuções fiscais nº 0001185-67.2007.8.24.0072 (arquivada em abril de 2024) e nº 0003437-66.2011.8.24.0072, o que resultou na redução do valor depositado para R\$ 2.210 em 31 de dezembro de 2025.

13. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda	1.432	3.343	5.913	4.666
Contribuição social	6	6	2.078	465
	<u>1.438</u>	<u>3.349</u>	<u>7.991</u>	<u>5.131</u>
	Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda	-	-	-	700
Contribuição social	-	-	-	739
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.439</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para a Controladora e o Consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Prejuízos fiscais constituídos	62.864	92.852	73.633	106.256
Provisões cíveis, trabalhistas, previd. e tributárias	5.830	6.606	6.178	6.971
Provisão para honorários de sucesso	9.611	6.465	9.766	6.626
Provisão para despesas	6.489	7.413	9.667	9.778
Provisão Difal	2.676	2.936	2.676	2.936
Provisão para comissões	4.365	4.240	4.365	4.203
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.931	2.045	2.351	2.274
Provisão para devedores duvidosos	2.045	2.863	3.530	3.760
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	1.688	1.295	1.688	1.295
Variações cambiais pelo regime de caixa	(4.823)	7.310	(5.929)	7.310
Arrendamento mercantil	323	982	1.872	1.935
Incentivos Fiscais - Income Tax	-	-	4.359	5.981
Outras diferenças temporárias ativas	21.163	2.943	17.223	3.363
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(32.243)	(31.609)	(32.243)	(31.609)
Realização da reserva de reavaliação	(14.223)	(14.853)	(14.223)	(14.851)
Ativo judicial - crédito prêmio IPI - Fase II	(20.902)	(10.953)	(20.902)	(10.953)
Portobello previdência	3.550	(4.646)	3.550	(4.646)
Operações de <i>hedge accounting</i>	122	12.309	122	12.309
Ativo judicial - crédito prêmio IPI - Fase I	(3.542)	(3.787)	(3.542)	(3.787)
Correção de crédito de célula rural	-	-	(6.387)	(6.387)
Outras diferenças temporárias passivas	-	(39)	(1)	(44)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo e passivo, líquidos	<u>46.924</u>	<u>84.372</u>	<u>57.753</u>	<u>102.720</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo não circulante	46.924	84.372	62.782	105.447
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo não circulante	-	-	(5.029)	(2.727)

A movimentação líquida, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, das contas de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	39.815	47.071
Prejuízos fiscais	16.647	18.621
Diferenças temporárias ativas	14.760	23.879
Diferenças temporárias passivas	(4.760)	(4.760)
Operações de <i>hedge accounting</i>	17.280	17.280
Reserva de reavaliação	630	630
Em 31 de dezembro de 2024	84.372	102.721
Prejuízos fiscais	(29.987)	(31.173)
Diferenças temporárias	4.097	(2.237)
Operações de <i>hedge accounting</i>	(12.188)	(12.188)
Reserva de reavaliação	630	630
Em 31 de dezembro de 2025	46.924	57.753

c. Imposto de renda e contribuição social (resultado) – conciliação da alíquota de imposto efetiva

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Resultado antes do imposto	(262.378)	(130.195)	(238.615)	(109.572)
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	89.209	44.365	81.129	37.255
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	(52.286)	(23.474)	-	-
Incentivos fiscais	(2.469)	-	(2.469)	-
Lei do bem	-	-	4.261	6.574
IR/CS sobre indêbitos tributários	-	3.374	331	3.374
IR/CS diferidos não constituídos – PBA e PBM	-	-	(60.765)	(56.477)
IR/CS diferidos não constituídos – PBG e CBC	(66.332)	-	(73.955)	-
Capitalização de juros	1.184	5.525	1.184	5.525
Outros	1.334	(1.633)	(2.523)	11.304
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	1.147	(16.644)	(30.454)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.360)	27.010	(30.049)	38.009
Despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	(29.360)	28.157	(52.807)	7.555
Alíquota efetiva	(11,2%)	21,6%	(22,1%)	6,9%

d. Prejuízos Fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Prejuízo fiscal - base	402.121	273.094	456.214	312.518
Prejuízo fiscal - não constituído	(217.227)	-	(239.646)	-
Prejuízo fiscal - constituído	184.894	273.094	216.568	312.518
IR/CS diferidos - líquido (34%)	62.864	92.852	73.633	106.256

Baseado em estudos e projeções de resultados para os períodos seguintes, foi realizada uma análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases

negativas de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2025, na Controladora e em suas controladas, onde estimamos o seguinte cronograma para recuperação destes ativos:

Período	Controladora	Consolidado
2027	4.632	4.632
2028	13.437	13.437
2029	17.165	17.165
2030	27.630	38.399
	<u>62.864</u>	<u>73.633</u>

A Companhia limitou a realização dos ativos de IRPJ e CSLL diferidos aos próximos 5 (cinco) anos, constituindo provisão para os valores cuja realização, de acordo com as projeções elaboradas pela Administração, ultrapasse o ano de 2030.

14. Ativos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Crédito-prêmio do IPI (a)				
Processo nº 93.0009716-4 (Fase III)	31.358	-	31.358	-
Processo nº 1987.0000.645-9 (Fase II)	30.119	32.216	30.119	32.216
Processo nº 1984.00.020114-0 (Fase I)	10.418	11.138	10.418	11.138
Crédito-prêmio do IPI - "Polo Ativo" - Parcela Compl. (b)	<u>75.106</u>	<u>75.106</u>	<u>75.106</u>	<u>75.106</u>
	<u>147.001</u>	<u>118.460</u>	<u>147.001</u>	<u>118.460</u>

a. Crédito-prêmio do IPI

A Companhia é parte ativa em processo judicial com o intuito de ter o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados “crédito-prêmio do IPI”, em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, sendo que o importe reconhecido em novembro de 2009 e atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 30.119 (R\$ 32.216 em 31 de dezembro de 2024). O feito aguardava o julgamento de recurso que discutia critérios de cálculo, o qual restou provido em parte para determinar a inclusão de valores referentes a operação drawback na liquidação. Atualmente, o processo aguarda o juízo de admissibilidade de Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União Federal em agosto de 2025.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do valor apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados.

A Companhia reconheceu, em 2015, o montante apurado pelo perito judicial, no valor de R\$ 4.983, e, como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e mantém em 31 de dezembro de 2025 o saldo de R\$ 10.418 (R\$ 11.138 em 31 de dezembro de 2024).

Embora o laudo pericial tenha sido homologado em 2015, a União Federal interpôs Agravo de Instrumento alegando excesso de execução e a aplicação de limitadores de alíquota, reconhecendo como incontroverso o valor de R\$ 2.875 (data-base 05/2014). O processo principal encontra-se suspenso aguardando o julgamento do referido recurso, o qual foi incluído em pauta no TRF da 1ª Região no último trimestre de 2025, mas retirado para nova designação de pauta de julgamento.

Em relação ao processo nº 93.0009716-4, referente ao período de 16 de julho de 1988 a 04 de outubro de 1990, a ação possui trânsito em julgado favorável à Companhia desde abril de 2012. O processo encontra-se em fase de liquidação pelo procedimento comum, com laudo pericial apresentado. Após decisões recentes em 2025 que validaram parte dos critérios de cálculo da exequente e rejeitaram os embargos de declaração das partes, a União Federal informou, em outubro de 2025, a interposição de Agravo de Instrumento perante o TRF da 1ª Região, onde atualmente aguarda julgamento. Os referidos valores encontram-se registrados pelos montantes considerados realizáveis pela Administração.

Há honorários de sucesso reconhecidos no passivo, relacionados as três fases do processo, no montante de R\$15.368. Desta forma, o valor líquido do ativo é de R\$ 56.528.

b. Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

O processo iniciou-se em 1984. Durante seu curso, chegou a tramitar perante o Supremo Tribunal Federal (STF), após, retornou à 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (vara original), para que fosse dado prosseguimento ao cumprimento de sentença.

A Companhia, diante da manifestação prestada pela Contadoria Judicial – anexada ao processo em março de 2020 – em que informa não possuir conhecimento técnico para apresentar manifestação acerca das impugnações apresentadas pela União Federal e, considerando que os valores apresentados pela Companhia foram devidamente homologados, reconheceu a parcela tida como complementar no valor de R\$ 66.056 (base agosto de 2015).

No primeiro trimestre de 2020, o valor de R\$ 75.107 foi reconhecido no ativo. Concomitantemente, no passivo, foram registrados os seguintes valores: i) R\$ 56.330 referentes aos valores a serem pagos à Refinadora Catarinense, ii) R\$ 1.737 referentes a PIS/COFINS, iii) R\$ 3.380 referentes a IRPJ/CSLL diferidos. Adicionalmente, foram provisionados honorários de sucesso, e o valor líquido que cabe à Companhia é R\$ 4.823. O passivo registrado em favor da Refinadora Catarinense é oriundo de acordo de compra de crédito-prêmio do IPI.

Em decisão de mérito, proferida em julho de 2022, acerca da impugnação ao cumprimento de sentença pela Fazenda Nacional, o juiz rejeitou os argumentos apresentados e, ainda, homologou os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial. Em face da referida decisão, a Fazenda Nacional apresentou Embargos de Declaração a qual restou rejeitado, mantendo-se incólume da decisão embargada.

Em 2023, em face das decisões que homologaram o cálculo, a Fazenda Nacional interpôs recurso ao TRF da 1ª Região que foi recebido sem a concessão de efeito suspensivo e aguarda julgamento. Os autos aguardam julgamento, sem movimentações relevantes nos exercícios de 2024 e 2025.

15. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
PBG FIDC clientes (a)	22.500	23.104	22.500	23.104
PBG FIDC fornecedores (b)	43.586	-	43.586	-
ENEL Green Power Ventos de Santa Esperança 21 S.A. (c)	3.000	3.000	3.000	3.000
	69.086	26.104	69.086	26.104

- a. **PBG Fundo De Investimento em Direitos Creditórios – cotas Mezanino (“FIDC Clientes”)**
Em junho de 2024, foram iniciadas as operações do PBG Fundo De Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada, cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado de natureza especial, com prazo de duração indeterminado, regido nos termos de seu Regulamento, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada, da Resolução CVM 175 e do Anexo Normativo II, da Resolução CVM 175.

A estrutura de patrimônio do FIDC PBG está assim representada:

	Quantidade de cotas	
	31.12.2025	31.12.2024
<u>Detentores de cotas</u>		
Instituições intermediárias participantes do consórcio de distribuição	124.500	124.500
Pessoas jurídicas ligadas ao emissor (PBG)	22.500	22.500
Fundos de investimento	3.000	3.000
	150.000	150.000

A Administração da Companhia concluiu que não há influência significativa decorrente da participação no Fundo com as Cotas Mezanino, que representam 15% do total.

A cessão dos direitos creditórios é realizada sem qualquer tipo de coobrigação da Companhia e de suas controladas e sem direito de regresso contra estas, de modo que não serão responsáveis solidárias com os respectivos devedores pelas obrigações decorrentes dos direitos creditórios adquiridos pelo cessionário. Dessa forma, os direitos creditórios adquiridos pelo cessionário são desconhecidos no momento da transação, uma vez que são transferidos substancialmente os riscos e benefícios dos títulos. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo das cotas pertencentes a Companhia representa R\$ 22.500, apresentada no ativo não circulante.

- b. **PBG Suppliers Fundo De Investimento em Direitos Creditórios – cotas Junior (“FIDC Fornecedores”)**

Em 10 de fevereiro de 2025, foi efetivado a criação do PBG Suppliers Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. O Fundo tem como objetivo a aquisição de direitos creditórios originados de operações comerciais realizadas entre a Companhia e seus fornecedores. Esta iniciativa visa melhorar a gestão de fluxo de caixa e fortalecer as relações comerciais com nossos parceiros estratégicos.

Foram emitidas 160.000 cotas divididas em duas classes distintas, sendo a Companhia detentora de 40.000 cotas, classificadas como cotas Junior. A Companhia integralizou o valor de R\$40.000, correspondente as suas 40.000 cotas. A Administração da Companhia concluiu que não há influência significativa decorrente da participação no Fundo com as Cotas Junior, que representam 25% do total.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo das cotas pertencentes a Companhia representa R\$ 43.586, apresentada no ativo não circulante.

c. ENEL Green Power Ventos de Santa Esperança 21 S.A.

Em 2023, por meio do contrato assinado entre a Enel Brasil e a Companhia, o Portobello Grupo se tornou sócio da Enel Brasil na usina eólica Ventos de Santa Esperança 21, que pertence ao Complexo eólico Morro do Chapéu Sul II, construído e operado pela Enel Green Power, braço de geração renovável da Enel. Com capacidade instalada de 353 MW, o Morro do Chapéu Sul II está localizado nos municípios de Morro do Chapéu e Cafarnaum, na Bahia, e possui ao todo 84 aerogeradores. A Companhia não possui controle ou influência significativa neste investimento.

16. Investimentos

a. Participação em controladas

A Companhia é controladora de seis empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica “Participação em controladas”.

	País de constituição	Participação direta	Participação Indireta	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2025								
Portobello America Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	1.349.029	841.618	507.411	349.681	(141.429)
Portobello America Manufacturing (a)	Estados Unidos	0,00%	100,00%	580.384	709.284	(128.900)	236.927	(32.363)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%	288.129	275.951	12.178	500.580	29.795
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	85.094	57.765	27.329	105.945	15.647
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,99%	0,00%	30.549	25.141	5.408	13.538	(8.563)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%	169.749	146.425	23.324	553.970	(21.257)
Em 31 de dezembro de 2024								
Portobello America Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	1.382.438	816.279	566.159	317.886	(166.108)
Portobello America Manufacturing (a)	Estados Unidos	0,00%	100,00%	847.502	954.921	(107.419)	171.126	(79.916)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%	253.039	191.357	61.682	424.003	51.487
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	83.794	41.459	42.335	106.960	27.899
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%	54.718	42.149	12.569	15.970	(22.326)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%	33.234	7.308	25.926	15.822	(11.292)

- (a) A Companhia tem participação indireta na Portobello America Manufacturing, a mesma é consolidada na Portobello America Inc., por esse motivo a movimentação da Portobello America Manufacturing não é apresentada abaixo.

PBG S.A. e empresas controladas
Notas explicativas da administração
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas são empresas de capital fechado, cuja movimentação, nos exercícios de 2025 e 2024, está apresentada abaixo:

	Participação	31.12.24	Variações cambiais	Ativo de reembolso	Capitalização de juros	AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	31.12.25
Investimentos									
Portobello America Inc. (b)	100,00%	565.511	(68.590)	-	-	158.908	(167.154)	-	488.675
PBTech Ltda.	99,94%	10.454	-	-	-	-	29.777	(28.060)	12.171
Portobello Shop S.A.	99,90%	15.578	-	-	-	-	15.632	(3.907)	27.303
Mineração Portobello Ltda.	99,99%	13.971	-	-	-	-	(8.565)	-	5.406
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	98,85%	44.483	-	-	-	-	(21.012)	-	23.471
Portobello S/A	100,00%	10	-	-	-	-	-	-	10
Capitalização de juros (a)		43.763	-	-	5.303	-	(2.459)	-	46.607
Total líquido do investimento em controladas		693.770	(68.590)	-	5.303	158.908	(153.781)	(31.967)	603.643
	Participação	31.12.23	Variações cambiais	Aumento de Capital	Capitalização de juros	AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	31.12.24
Investimentos									
Portobello America Inc.	100,00%	313.682	121.271	-	-	296.665	(166.107)	-	565.511
PBTech Ltda.	99,94%	61.630	-	-	-	-	44.548	(95.724)	10.454
Portobello Shop S.A.	99,90%	42.279	-	-	-	-	20.131	(46.832)	15.578
Mineração Portobello Ltda.	99,99%	12.569	-	(17.853)	-	-	19.255	-	13.971
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	98,85%	25.999	-	-	-	3.771	14.713	-	44.483
Portobello S/A	100,00%	10	-	-	-	-	-	-	10
Capitalização de juros (a)		27.514	-	-	18.095	-	(1.846)	-	43.763
Total líquido do investimento em controladas		483.683	121.271	(17.853)	18.095	300.436	(69.306)	(142.556)	693.770

(a) Os investimentos da Controladora apresentam a capitalização dos juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures, que são relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativo imobilizado de suas investidas nos Estados Unidos. No consolidado esses valores são capitalizados no imobilizado.

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Portobello America recebeu AFACs no montante de R\$ 158.908 (R\$ 296.665 em 2024), sendo R\$ 65.152 através de desembolso de caixa pela Controladora (R\$ 213.665 em 2024) e R\$ 93.756 referente a transferência de saldo de recebíveis, sem efeito caixa (R\$ 83.000 em 2024).

(i) Portobello Shop

A Portobello Shop S.A., foi fundada em outubro de 2002, iniciando suas atividades em setembro de 2003. A PBShop é a administradora do Sistema de Franquia Portobello Shop, a maior rede de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos do Brasil.

As franquias estão presentes apenas no território nacional e atuam em vendas consultivas, com personalizações, inovações e recursos tecnológicos para atender seus clientes. Atualmente a PBShop administra 131 (cento e trinta e uma) franquias em todo o Brasil (134 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) PBTech

A PBTech Comércio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda, foi fundada em agosto de 2003 tendo como atividade o comércio varejista de revestimentos cerâmicos, bem como de produtos para construção civil e prestação de serviços ligados à área de revestimentos cerâmicos. Atualmente a Empresa possui uma rede de 30 (trinta) lojas próprias no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 91.506 (R\$ 106.348 em 31 de dezembro de 2024). A PBTech possui histórico de lucros nos últimos anos, o capital circulante líquido negativo é decorrente principalmente dos adiantamentos realizados pelos clientes, que serão compensados com entregas de mercadorias.

(iii) Mineração Portobello

A Mineração Portobello Ltda, constituída em 14 de novembro de 1978, tem como principal atividade operacional a extração de argila e beneficiamento associado e comercialização da produção da extração para a Controladora. O material fornecido pela Mineração Portobello Ltda. é utilizado pela Controladora, como parte do *mix* de matérias primas para industrialização de produtos cerâmicos das marcas Portobello e Pointer. As minas de extração são divididas regionalmente em região Sul e Nordeste. As minas da região Sul fornecem matéria prima para a fábrica de Tijucas – SC, para os produtos da marca Portobello e as minas da Região Nordeste fornecem matéria prima para a fábrica de Alagoas, para os produtos da marca Pointer.

A Empresa possui sede na cidade de Tijucas/SC, mantendo filiais nos estados de Santa Catarina, Paraná, Sergipe e Alagoas.

(iv) Companhia Brasileira de Cerâmica

A Companhia Brasileira de Cerâmica S.A. é uma sociedade anônima fechada, com sede em Marechal Deodoro - Alagoas, e iniciou suas atividades em maio de 2014. A CBC atua na fabricação de produtos feitos a partir de porcelanato.

A CBC passou por reestruturação no primeiro semestre de 2024, tendo incorporado as operações de cinco centros de distribuições que antes faziam parte de sua Controladora, PBG S.A. Com esta operação de distribuição do varejo, é esperado que a CBC compense os prejuízos acumulados nos próximos anos.

(v) Portobello America

Portobello América é uma empresa controlada da PBG S.A., situada no estado do Tennessee – EUA, onde conta com 2 (dois) centros de distribuição por meio dos quais distribui os produtos Portobello no mercado norte-americano. Em julho de 2023 teve início a fase de testes na subsidiária Portobello América Manufacturing LLC e em outubro de 2023 iniciou a produção do seu portfólio de comercialização.

O novo parque fabril tem capacidade de produção anual de 3,6 milhões de m2 nesta primeira etapa e conta com área construída de 90 mil m2.

Com a entrada da produção da nova fábrica, o foco principal é a expansão no modelo de distribuição, que possui uma rentabilidade mais atrativa, desta forma, espera-se que o retorno do investimento ocorra nos próximos anos.

17. Imobilizado

a. Composição do ativo imobilizado

		Controladora			
		31.12.2025			31.12.2024
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	12.603	-	12.603	12.603
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	303.283	(126.340)	176.943	182.010
Máquinas e equipamentos	15%	844.789	(553.879)	290.910	306.886
Móveis e utensílios	10%	10.880	(10.057)	823	867
Computadores	20%	38.266	(34.089)	4.177	5.103
Outras imobilizações	20%	1.362	(838)	524	162
Imobilizações em andamento	-	20.983	-	20.983	23.426
		<u>1.232.166</u>	<u>(725.203)</u>	<u>506.963</u>	<u>531.057</u>
		Consolidado			
		31.12.2025			31.12.2024
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	13.486	-	13.486	13.486
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	362.163	(168.492)	193.671	202.734
Máquinas e equipamentos	15%	1.375.590	(604.032)	771.558	790.750
Móveis e utensílios	10%	23.832	(17.793)	6.039	8.089
Computadores	20%	48.454	(40.533)	7.921	11.486
Outras imobilizações	20%	1.844	(1.241)	603	373
Imobilizações em andamento	-	64.954	-	64.954	110.445
		<u>1.890.323</u>	<u>(832.091)</u>	<u>1.058.232</u>	<u>1.137.363</u>

b. Movimentação do ativo imobilizado

Controladora													
	31.12.23	Adição	Transferência	Depreciação	Baixa	Variação cambial	31.12.24	Adição	Transferência	Depreciação	Baixa	Variação cambial	31.12.25
Terrenos	12.603	-	-	-	-	-	12.603	-	-	-	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	192.941	831	995	(12.757)	-	-	182.010	17	8.627	(13.711)	-	-	176.943
Máquinas e equipamentos	310.713	1.021	31.204	(36.052)	-	-	306.886	965	18.338	(35.279)	-	-	290.910
Móveis e utensílios	1.018	-	77	(228)	-	-	867	-	144	(188)	-	-	823
Computadores	4.667	494	1.852	(1.904)	(6)	-	5.103	74	700	(1.700)	-	-	4.177
Outras imobilizações	203	-	-	(40)	-	-	163	34	379	(52)	-	-	524
Imobilizações em andamento	37.726	19.827	(34.128)	-	-	-	23.425	25.746	(28.188)	-	-	-	20.983
	559.871	22.173	-	(50.981)	(6)	-	531.057	26.836	-	(50.930)	-	-	506.963

Consolidado													
	31.12.23	Adição	Transferência	Depreciação	Baixa/Reclassificação (b)	Variação cambial	31.12.24	Adição	Transferência	Depreciação	Baixa	Variação cambial	31.12.25
Terrenos	13.486	-	-	-	-	-	13.486	-	-	-	-	-	13.486
Edificações e benfeitorias (a)	213.181	890	7.248	(18.457)	(127)	-	202.735	907	10.923	(20.883)	(11)	-	193.671
Máquinas e equipamentos	580.063	20.136	168.867	(57.784)	(1.414)	80.882	790.750	3.383	88.227	(62.409)	-	(48.393)	771.558
Móveis e utensílios	8.498	1.646	205	(2.380)	(1.126)	1.246	8.089	36	931	(2.420)	(3)	(594)	6.039
Computadores	8.985	597	5.078	(4.290)	(6)	1.122	11.486	74	1.218	(4.224)	-	(633)	7.921
Outras imobilizações	652	-	-	(278)	-	-	374	34	379	(184)	-	-	603
Imobilizações em andamento	233.017	62.670	(181.398)	-	(36.864)	33.018	110.443	65.433	(101.678)	-	-	(9.244)	64.954
	1.057.882	85.939	-	(83.189)	(39.537)	116.268	1.137.363	69.867	-	(90.120)	(14)	(58.864)	1.058.232

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve capitalização de custos de empréstimos no montante de R\$ 5.303 no consolidado (R\$ 18.095 em 31 de dezembro de 2024), considerando uma taxa média da carteira de empréstimos de 16,42% a.a. (13,60% em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Reclassificação de benfeitorias em Ativo de arrendamento e direito de uso em 2024, no montante de R\$ 36.864.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(44.020)	(44.099)	(72.614)	(63.607)
Vendas	(4.201)	(4.344)	(14.386)	(16.658)
Gerais e administrativas	(2.709)	(2.538)	(3.120)	(2.924)
	<u>(50.930)</u>	<u>(50.981)</u>	<u>(90.120)</u>	<u>(83.189)</u>

c. Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

18. Intangível

a. Composição do ativo intangível

	Taxa média anual de amortização	Controladora			
		31.12.2025			31.12.24
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Outros intangíveis	-	150	-	150	150
Softwares	20%	103.342	(69.790)	33.552	29.998
Direito de exploração de jazidas	9%	1.000	(1.000)	-	-
Gastos com desenvolvimento de produtos	20%	2.044	(817)	1.227	1.636
Softwares em desenvolvimento	-	3.727	-	3.727	6.860
		<u>110.263</u>	<u>(71.607)</u>	<u>38.656</u>	<u>38.644</u>
	Taxa média anual de amortização	Consolidado			
		31.12.25			31.12.24
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Outros intangíveis	-	401	-	401	432
Softwares	20%	209.985	(111.669)	98.316	78.934
Direito de exploração de jazidas	9%	4.074	(3.873)	201	218
Gastos com desenvolvimento de produtos	20%	5.547	(817)	4.730	5.283
Softwares em desenvolvimento	-	9.787	-	9.787	19.871
		<u>229.794</u>	<u>(116.359)</u>	<u>113.435</u>	<u>104.738</u>

PBG S.A. e empresas controladas
Notas explicativas da administração
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Movimentação do ativo intangível

	Controladora												
	31.12.23	Adição	Transferência	Amortização	Baixa	Variação cambial	31.12.24	Adição	Transferência	Amortização	Baixa	Variação cambial	31.12.25
Outros intangíveis	150	-	-	-	-	-	150	-	-	-	-	-	150
Softwares	31.118	498	8.073	(9.669)	(22)	-	29.998	7.521	7.429	(11.397)	-	-	33.551
Gastos com desenvolvimento de produtos	2.037	7	-	(408)	-	-	1.636	-	-	(409)	-	-	1.227
Softwares em desenvolvimento	7.740	7.193	(8.073)	-	-	-	6.860	4.297	(7.429)	-	-	-	3.728
	41.045	7.698	-	(10.077)	(22)	-	38.644	11.818	-	(11.806)	-	-	38.656
	Consolidado												
	31.12.23	Adição	Transferência	Amortização	Baixa	Variação cambial	31.12.24	Adição	Transferência	Amortização	Baixa	Variação cambial	31.12.25
Outros intangíveis	370	-	-	-	-	62	432	-	-	-	-	(31)	401
Softwares	61.532	5.636	31.242	(23.415)	(22)	3.960	78.933	25.687	23.675	(27.874)	-	(2.105)	98.316
Direito de exploração de jazidas	235	-	-	(17)	-	-	218	-	-	(17)	-	-	201
Gastos com desenvolvimento de produtos	4.243	3.756	(3.179)	(408)	-	872	5.284	4.986	-	(5.133)	-	(406)	4.731
Softwares em desenvolvimento	17.389	30.545	(28.063)	-	-	-	19.871	13.590	(23.675)	-	-	-	9.786
	83.769	39.937	-	(23.840)	(22)	4.894	104.738	44.263	-	(33.024)	-	(2.542)	113.435

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(116)	(77)	(4.804)	(3.684)
Vendas	(1.825)	(2.237)	(8.728)	(6.594)
Gerais e administrativas	(9.865)	(7.763)	(19.492)	(13.562)
	(11.806)	(10.077)	(33.024)	(23.840)

c. Valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível tem o seu valor recuperável analisado sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

19. Bens de direito de uso e obrigações de arrendamento

Os contratos caracterizados como arrendamentos, de acordo com IFRS 16/CPC 06 (R2), são registrados como bens de direito de uso (ativo de arrendamento, ativo não circulante), com a contrapartida na rubrica obrigações de arrendamento (passivo circulante e não circulante).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam o total de 73 contratos (72 em 2024), dos quais 57 referem-se a contratos de arrendamento mercantil, sem opção de compra, relacionados a imóveis utilizados em suas operações industriais, comerciais e logísticas. Os 16 contratos restantes referem-se a arrendamentos de veículos com opção de compra ao final do prazo contratual, caracterizando-se, na prática, como operações de financiamento.

Os arrendamentos mercantis sem opção de compra ao final do contrato, são compostos pelos aluguéis dos espaços utilizados pelas lojas próprias, centros de distribuição e do terreno para armazenamento, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos, bem como por máquinas tais como empilhadeiras e pás carregadeiras e a operação de *BtS* firmada pela Portobello America.

O valor do passivo de arrendamento representa o valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos descontados pela taxa implícita nos contratos ou, caso não disponível, o custo médio ponderado das operações de financiamento, referente ao mês vigente da adoção dos novos contratos de arrendamento. Os ativos de arrendamento mercantil estão detalhados a seguir e representam o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, menos incentivos, acrescido do custo de desmontagem e remoção, e seu valor residual no final do contrato, quando aplicável. Os prazos dos contratos de direito de uso variam entre 2 (dois) a 10 (dez) anos, e o contrato do *BTS* teve seu prazo alterado para 30 anos (galpão ocupado pela fábrica dos EUA) no segundo trimestre de 2025. O prazo de amortização do fundo de comércio é, em média, 10 anos.

Os contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco a sete anos com a opção de renovação após essa data.

PBG S.A. e empresas controladas
Notas explicativas da administração
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Composição e movimentação dos bens de direito de uso

	Controladora						Consolidado								
	Centro de Distribuição	Veículos	Máquinas	Edifícios	Intangível	Total	Centro de Distribuição	Lojas	Edifícios	Fundo de comércio	Veículos	Máquinas	Intangível	Terrenos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	6.801	2.268	25.851	2.376	-	37.296	6.801	28.259	397.315	101.307	2.267	25.851	-	875	562.675
Remensuração	7.477	-	-	-	-	7.477	7.477	2.249	37.202	-	-	-	-	49	46.977
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	110.387	-	-	656	-	-	111.043
Adição	-	773	2.858	-	3.525	7.156	-	12.016	1.954	17.036	773	9.508	3.525	-	44.812
Benfeitorias em arrendamentos (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	36.864	-	-	-	-	-	36.864
Depreciação	(5.377)	(1.415)	(13.289)	(594)	-	(20.675)	(5.377)	(11.414)	(31.568)	(13.145)	(1.415)	(13.408)	-	(97)	(76.424)
Em 31 de dezembro de 2024	8.901	1.626	15.420	1.782	3.525	31.254	8.901	31.110	552.154	105.198	1.625	22.607	3.525	827	725.947
Sem opção de compra	8.901	-	15.420	1.782	3.525	29.628	8.901	31.110	552.154	105.198	-	22.607	3.525	827	724.322
Com opção de compra	-	1.626	-	-	-	1.626	-	-	-	-	1.625	-	-	-	1.625
Remensuração (b)	-	-	127	109	-	236	297	2.473	180.315	-	-	127	-	-	183.212
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.053)	-	-	(751)	-	-	(57.804)
Adição	1.009	1.095	7.603	-	-	9.707	16.952	16.810	32.246	6.527	1.095	13.486	-	60	87.176
Reembolso recebido (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.465)	-	-	-	-	-	(38.465)
Rescisões e reclassificação contratuais (c)	(6.090)	(121)	-	-	-	(6.211)	(6.838)	-	-	-	(121)	-	-	-	(6.959)
Depreciação	(3.023)	(1.112)	(14.018)	(616)	(2.350)	(21.119)	(6.336)	(13.871)	(28.788)	(13.706)	(1.112)	(17.347)	(2.350)	(63)	(83.573)
Em 31 de dezembro de 2025	797	1.488	9.132	1.275	1.175	13.867	12.976	36.522	640.409	98.019	1.487	18.122	1.175	824	809.534
Sem opção de compra	797	-	9.132	1.275	1.175	12.379	12.976	36.522	640.409	98.019	-	15.341	1.175	824	805.266
Com opção de compra	-	1.488	-	-	-	1.488	-	-	-	-	1.487	2.781	-	-	4.268

(a) Reclassificação de benfeitorias em Ativo de arrendamento e direito de uso registradas inicialmente em ativo imobilizado no montante de R\$ 36.864.

(b) Em 23 de abril de 2025, a PBA renegociou termos e taxas de juros de seu contrato BTS e recebeu um reembolso do arrendador no valor aproximado de R\$ 38.465 pelas benfeitorias realizadas e pagas pela PBA. O novo aditivo também alterou a data de término do período não cancelável do contrato original, passando de abril de 2043 para março de 2055, aumentando o número de parcelas em 144 meses. O impacto dessa remensuração do contrato foi de R\$177.510, tendo como contrapartida as obrigações de arrendamento.

(c) No 3º trimestre de 2025, a Companhia e sua controlada CBC efetuaram aditivos contratuais para transferências de ativos de arrendamento entre as entidades. Essa reclassificação não teve impacto no Consolidado.

PBG S.A. e empresas controladas
Notas explicativas da administração
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Composição e movimentação das obrigações de arrendamento

	Controladora						Consolidado								
	Centro de Distribuição	Veículos	Máquinas	Edifícios	Intangível	Total	Centro de Distribuição	Lojas	Edifícios	Fundo de Comércio (a)	Veículos	Máquinas	Intangível	Terrenos	Total
31 de dezembro de 2023	8.056	2.401	27.396	2.447	-	40.300	8.055	29.977	375.731	-	2.401	27.395	-	996	444.555
Remensuração	7.477	-	-	-	-	7.477	7.477	2.249	37.202	-	-	-	-	49	46.977
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	99.328	-	-	539	-	-	99.867
Adições	-	773	2.858	-	3.525	7.156	-	12.016	1.954	17.036	773	9.508	3.525	-	44.812
Pagamentos	(6.569)	(1.784)	(15.919)	(788)	(185)	(25.245)	(6.569)	(14.263)	(40.107)	(17.036)	(1.784)	(17.108)	(185)	(148)	(97.200)
Juros apropriados no período	1.036	424	2.837	290	204	4.791	1.036	3.509	28.145	-	424	3.059	204	69	36.446
31 de dezembro de 2024	10.000	1.814	17.172	1.949	3.544	34.479	9.999	33.488	502.253	-	1.814	23.393	3.544	966	575.457
Sem opção de compra	10.000	-	17.172	1.949	3.544	32.665	9.999	33.488	502.253	-	-	23.393	3.544	966	573.643
Com opção de compra	-	1.814	-	-	-	1.814	-	-	-	-	1.814	-	-	-	1.814
Remensuração	-	-	127	109	-	236	297	2.473	180.315	-	-	127	-	-	183.212
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.597)	-	-	(662)	-	-	(53.259)
Adições	1.009	1.095	7.603	-	-	9.707	16.952	16.810	32.246	-	1.095	13.486	-	60	80.649
Rescisões e reclassificação contratuais (b)	(6.821)	(138)	-	-	-	(6.959)	(6.821)	-	-	-	(138)	-	-	-	(6.959)
Pagamentos	(3.785)	(752)	(16.763)	(814)	(3.089)	(25.203)	(7.591)	(17.428)	(37.964)	-	(752)	(18.241)	(3.089)	(112)	(85.177)
Juros apropriados no período	421	68	1.544	228	295	2.556	1.012	4.278	30.193	-	68	2.261	295	66	38.173
31 de dezembro de 2025	824	2.087	9.683	1.472	750	14.816	13.848	39.621	654.446	-	2.087	20.364	750	980	732.096
Sem opção de compra	-	-	9.683	1.472	750	11.905	13.848	39.621	654.446	-	-	17.644	750	980	727.289
Com opção de compra	-	2.087	-	-	-	2.087	-	-	-	-	2.087	2.720	-	-	4.807
Passivo circulante						9.767									46.759
Passivo não circulante						5.049									685.337

(a) Nos fluxos de caixa, o valor pago pelo fundo de comércio decorrente da aquisição de lojas de franqueados é apresentado nas atividades de investimento.

(b) No 3º trimestre de 2025, a Companhia e sua controlada CBC efetuaram aditivos contratuais para transferências de ativos de arrendamento entre as entidades. Essa reclassificação não teve impacto no Consolidado.

c. Cronograma de vencimentos das obrigações de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
2025		26.306		71.528
2026	9.767	5.381	46.759	33.582
2027	2.884	2.045	56.823	22.754
2028	2.165	747	46.837	17.715
2029	-	-	37.786	15.066
2030 a 2043	-	-	543.891	414.812
	14.816	34.479	732.096	575.457

d. Direito potencial do PIS e COFINS a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial do PIS e da COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento.

	Consolidado (empresas situadas no Brasil)	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa		
Contraprestação de arrendamento	196.061	107.148
PIS/COFINS potencial (9,25%)	18.136	9.936

e. Efeito da inflação

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos de contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal.

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Ativo de arrendamento - fluxo real		
Ativo de direito de uso	67.390	1.025.521
Depreciação	(53.523)	(215.987)
	13.867	809.534
Ativo de arrendamento - fluxo inflacionado		
Ativo de direito de uso	70.260	1.069.208
Depreciação	(55.803)	(225.188)
	14.457	844.020
Passivo de arrendamento - fluxo real		
Passivo de arrendamento	16.706	820.633
Juros sobre arrendamento	(1.890)	(88.537)
	14.816	732.096
Passivo de arrendamento - fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento	17.418	855.592
Juros sobre arrendamento	(1.971)	(92.309)
	15.447	763.283

f. Contratos por prazos e taxas de desconto

O Grupo estimou as taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro e estrangeiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A taxa de desconto do contrato do BtS (galpão ocupado pela fábrica dos EUA) é de 6,30% (5,35% em 31 de dezembro de 2024). As demais taxas de desconto dos arrendamentos do Grupo variam de 3,84% a 15,07%, sendo utilizada a taxa implícita nos contratos ou as taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxas % a.a.
2 anos	15,07%
3,3 anos (a)	3,84%
3 anos	12,35%
5 anos	6,26%
10 anos	9,99%
30 anos (a)	6,30%

(a) Imóveis localizados nos Estados Unidos, sendo a taxa de juros local.

20. Fornecedores, cessão de crédito e contas a pagar de imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores				
Mercado interno	291.814	227.523	358.837	298.715
Mercado externo	12.252	37.934	51.150	77.060
Passivo circulante	304.038	265.457	409.959	375.775
Passivo não circulante	28	-	28	-
Cessão de crédito com fornecedores (a)				
Mercado interno				
Risco sacado	18.798	105.180	19.529	120.375
FIDC Fornecedores	119.921	-	165.803	-
Passivo circulante	138.719	105.180	185.332	120.375
Contas a pagar de imobilizado (b)				
Mercado interno	8.508	9.739	76.210	32.590
Mercado externo	5.848	3.823	89.130	172.699
Passivo circulante	8.668	13.562	74.385	22.546
Passivo não circulante	5.688	-	90.955	182.743

a. Cessão de crédito com fornecedores

Nesta linha também estão inclusas as operações com o FIDC Fornecedores, o qual é descrito na nota explicativa de Títulos e Valores Mobiliários.

b. Contas a pagar de imobilizado

O Grupo apresenta títulos a pagar referente aos fornecedores de imobilizado e intangível. Na Controladora, os saldos referem-se substancialmente à aquisição de máquinas e equipamentos industriais, para a fábrica de Tijucas. No Consolidado, a maior parte refere-se à fábrica dos EUA.

c. Prazo médio de pagamentos (em dias)

O prazo médio de pagamentos dos fornecedores, contas a pagar de imobilizado e cessão de créditos com fornecedores, segue demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Fornecedores	133	108	129	101
Cessão de crédito com fornecedores	152	151	149	147
Contas a pagar de imobilizado	712	500	791	705

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Composição

	Moeda	Venci- mentos	Encargos		Controladora		Consolidado	
					31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante								
Banco do Nordeste S.A	R\$	mar-25	2,70%	a.a. ¹ +IPCA	-	12.262	-	12.262
NCE	R\$	dez-27	2,66%	a.a. ¹ +CDI	42.340	90.269	42.340	90.366
NCE	US\$	jun-29	99%	CDI	13.699	20.109	13.699	20.109
FINEP	R\$	jul-36	1,85%	a.a. ¹ +TJLP	31.444	26.236	31.444	26.236
Debêntures 4ª Emissão	R\$	out-26	3,02%	a.a. ¹ +CDI	-	80.216	-	80.216
Debêntures 5ª Emissão	R\$	dez-28	3,67%	a.a. ¹ +CDI	25.945	82.056	25.945	82.056
Debêntures 6ª Emissão	R\$	jun-30	4,65%	a.a. ¹ +CDI	659	-	659	-
Nota Comercial	R\$	dez-26	4,40%	a.a. ¹ +CDI	-	-	-	2.505
FINAME	R\$	out-32	3,46%	a.a. ¹ +SELIC	956	-	956	-
FINAME com swap	R\$	jul-27	2,85%	a.a. ¹ +CDI	5.709	-	5.709	-
BNDES	R\$	mar-25	1,80%	a.a. ¹ +SELIC	-	2.124	-	2.124
Capital de giro	R\$	mar-26	2,75%	a.a. ¹ +CDI	7.202	3.936	7.202	3.936
Capital de giro	US\$	ago-28	6,50%	a.a. ¹	-	-	599	-
Capital de giro	US\$	ago-28	1,85%	a.a. ¹ +CDI	15.679	-	15.679	-
Capital de giro com swap	US\$	mar-26	3,11%	a.a. ¹ +CDI	-	15.704	-	15.796
ACC	US\$	dez-26	7,62%	a.a. ¹	24.820	13.272	24.820	13.272
PPE	US\$	set-27	5,75%	a.a. ¹	14.249	419	14.249	419
PPE	US\$	mar-26	1,35%	a.a. ¹ +CDI	25.532	50.734	25.532	50.734
PPE com swap	US\$	nov-29	97,00%	CDI	10.284	5.983	10.284	5.983
PPE com swap	US\$	mar-30	2,05%	a.a. ¹ +CDI	153	-	153	-
Total do circulante					218.671	403.320	219.270	406.014
Total moeda nacional		R\$			114.255	297.099	114.255	299.701
Total moeda estrangeira		US\$			104.416	106.221	105.015	106.313
Não circulante								
Banco do Nordeste S.A	R\$	mar-25	2,70%	a.a. ¹ +IPCA	-	7.990	-	7.990
NCE	R\$	dez-27	2,66%	a.a. ¹ +CDI	57.905	162.771	57.905	162.674
NCE	US\$	jun-29	99,00%	CDI	33.475	23.402	33.475	23.402
FINEP	R\$	jul-36	1,85%	a.a. ¹ +TJLP	112.342	138.753	112.342	138.753
Debêntures 4ª Emissão	R\$	out-26	3,02%	a.a. ¹ +CDI	-	74.481	-	74.481
Debêntures 5ª Emissão	R\$	dez-28	3,67%	a.a. ¹ +CDI	162.316	242.656	162.316	242.656
Debêntures 6ª Emissão	R\$	jun-30	4,65%	a.a. ¹ +CDI	295.813	-	295.813	-
Nota Comercial	R\$	dez-26	4,40%	a.a. ¹ +CDI	-	-	-	2.500
FINAME	R\$	out-32	3,46%	a.a. ¹ +SELIC	34.528	-	34.528	-
FINAME com swap	R\$	jul-27	2,85%	a.a. ¹ +CDI	7.500	-	7.500	-
BNDES	R\$	mar-25	1,80%	a.a. ¹ +SELIC	-	651	-	651
Capital de giro	R\$	mar-26	2,75%	a.a. ¹ +CDI	-	975	-	975
Capital de giro	US\$	ago-28	6,50%	a.a. ¹	-	-	24.761	-
Capital de giro	US\$	ago-28	1,85%	a.a. ¹ +CDI	5.883	-	5.883	-
Capital de giro com swap	US\$	mar-26	3,11%	a.a. ¹ +CDI	-	3.910	-	16.007
ACC	US\$	dez-26	7,62%	a.a. ¹	-	2.212	-	2.212
PPE	US\$	set-27	5,75%	a.a. ¹	12.488	27.762	12.488	27.762
PPE	US\$	mar-26	1,35%	a.a. ¹ +CDI	-	12.586	-	12.586
PPE com swap	US\$	nov-29	97,00%	CDI	30.016	45.040	30.016	45.040
PPE com swap	US\$	mar-30	2,05%	a.a. ¹ +CDI	291.019	-	291.019	-
Total do não circulante					1.043.285	743.189	1.068.046	757.689
Total moeda nacional		R\$			670.404	628.277	670.404	630.680
Total moeda estrangeira		US\$			372.881	114.912	397.642	127.009
Total Geral			16,38%	a.a. ¹	1.261.956	1.146.509	1.287.316	1.163.703
Total moeda nacional		R\$			784.659	925.376	784.659	930.381
Total moeda estrangeira		US\$			477.297	221.133	502.657	233.322

¹ Taxa média ponderada (a.a. - ao ano)

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

VC - Variação Cambial

CDI - Certificado de depósito interbancário

PBG S.A. e empresas controladas
Notas explicativas da administração
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Detalhamento dos contratos

Instituição/ Modalidade	Entidade	Data do contrato	Vence em	Prazo (meses)	Carência (meses)	Amortização	Valor captado	Liberações (em R\$ mil)		Garantias/ Observação
								Valor	Data	
NCE	PBG S.A.	ago/21	ago/27	72	24	Semestral	R\$ 100.000	R\$ 100.000	ago/21	30% do saldo devedor contrato
	PBG S.A.	dez/22	dez/27	60	24	Semestral	R\$ 48.000	R\$ 48.000	dez/22	Recebíveis da Portobello S.A. de 10% do saldo devedor contrato
	PBG S.A.	dez/22	dez/27	60	24	Semestral	R\$ 40.000	R\$ 40.000	dez/22	Sem garantias
	PBG S.A.	fev/23	jun/29	76	12	Mensal	R\$ 50.000	R\$ 50.000	fev/23	10% do saldo devedor contrato
	PBG S.A.	jun/25	jun/29	48	1	Mensal	R\$ 18.751	R\$ 18.751	jun/25	10% do saldo devedor contrato
	PBG S.A.	dez/24	set/27	33	14	Trimestral	R\$ 37.500	R\$ 37.500	dez/24	10% do saldo devedor contrato
PPE	PBG S.A.	fev/24	fev/26	24	14	Semestral	R\$ 70.000	R\$ 70.000	fev/24	Aval Portobello Shop
	PBG S.A.	mar/24	mar/26	24	6	Trimestral	R\$ 70.000	R\$ 70.000	mar/24	Standby Letter of Credit
	PBG S.A.	dez/25	mar/26	3	3	Final	R\$ 14.000	R\$ 14.000	dez/25	Standby Letter of Credit
	PBG S.A.	mar/25	mar/30	60	23	Trimestral	R\$ 310.079	R\$ 310.079	mar/25	Garantia fidejussória e Aplicação
	PBG S.A.	set/24	set/27	36	18	Semestral	R\$ 24.797	R\$ 24.797	set/24	Standby Letter of Credit
ACC	PBG S.A.	nov/22	nov/27	60	24	Semestral	R\$ 43.000	R\$ 43.000	nov/22	Sem garantias
	PBG S.A.	dez/24	fev/26	14	3	Trimestral	R\$ 15.466	R\$ 15.466	dez/24	Sem garantias
	PBG S.A.	dez/25	dez/26	12	12	Final	R\$ 10.000	R\$ 10.000	dez/25	Recebíveis da Portobello Shop de 100% e 20% de aplicação do saldo devedor contrato
Finep	PBG S.A.	dez/19	set/29	117	32	Mensal	R\$ 66.771	R\$ 25.008	dez/19	Fiança / Seguro garantia
								R\$ 33.000	mar/20	
								R\$ 8.763	ago/21	
	PBG S.A.	jul/24	jul/36	144	23	Mensal	R\$ 37.835	R\$ 37.835	jul/24	
	PBG S.A.	nov/20	nov/30	120	36	Mensal	R\$ 98.487	R\$ 34.214	dez/21	
Capital de Giro								R\$ 64.274	nov/20	
	PBG S.A.	set/25	jun/27	21	3	Trimestral	R\$ 20.000	R\$ 20.000	set/25	Recebíveis da Portobello S.A. de 50% do saldo devedor contrato e Aval Portobello Shop
	PBM	ago/25	ago/28	36	17	Semestral	R\$ 24.622	R\$ 24.622	ago/25	Standby Letter of Credit
	PBG S.A.	out/25	jan/26	3	3	Final	R\$ 6.961	R\$ 6.961	out/25	Sem garantias
Debêntures (5ª emissão/1ª série)	PBG S.A.	dez/23	dez/28	60	12	Semestral	R\$ 367.000	R\$ 367.000	dez/23	Emissão aprovada em 8/12/2023 pelo Conselho de Administração. Recursos destinados ao resgate da 1ª emissão de Notas Comerciais. Garantia real e garantia adicional fidejussória. Possui <i>covenants</i> que foram atingidos.
Debêntures (6ª emissão/1ª série)	PBG S.A.	jun/25	jun/30	60	24	Semestral	R\$ 300.000	R\$ 300.000	jun/25	Emissão aprovada em 13/06/2025 pelo Conselho de Administração. Recursos destinados ao resgate antecipado da 4ª Emissão de Debêntures e Amortização Parcial Debêntures 5ª Emissão parcelas vencidas nos anos de 2025 e 2026 e parcelas vencidas nos anos de 2025 e 2026 , junto ao Banco do Brasil S.A das Nota de Crédito à Exportação nº 312.501.233, nº 312.501.313” e nº 312.501.419. Garantia real e garantia adicional fidejussória. Possui <i>covenants</i> que foram atingidos.
Finame	PBG S.A.	jun/25	jun/27	24	13	Semestral	R\$ 12.857	R\$ 12.857	jun/25	Aval Portobello Shop
	PBG S.A.	out/25	out/32	84	24	Mensal	R\$ 35.000	R\$ 35.000	out/25	Fiança e garantia fidejussória

Debêntures

(i) 5ª (quinta) emissão

Em AGE realizada no dia 8 de dezembro de 2023, foi aprovada pela Companhia a realização, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais foram objeto de oferta pública com distribuição restrita.

Emissão	5ª
Agente Fiduciário	PENTÁGONO S.A.
Código ISIN	BRPTBLDBS075
Banco Liquidante	Banco Bradesco S/A
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S/A
Data de Emissão	20/12/2023
Data de Vencimento	20/12/2028
Rating de Emissão	Sim
Remuneração	CDI + 3,65% a.a. (252 d.u.)
Negociação	CETIP
Número de Séries	1
Volume da Emissão (R\$)	367.000.000,00
Quantidade total de Debêntures	367.000
Valor Nominal Unitário (R\$)	1.000,00
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA < 3,50 vezes
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 20/06/2024.

(ii) 6ª (sexta) emissão

Em AGE realizada no dia 13 de junho de 2025, foi aprovada pela Companhia a realização, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em Série Única, as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

Emissão	6ª
Agente Fiduciário	PENTÁGONO S.A.
Código ISIN	BRPTBLDBS083
Banco Liquidante	Banco Bradesco S/A
Coordenador Líder	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Data de Emissão	26/06/2025
Data de Vencimento	26/06/2030
Rating de Emissão	Sim
Remuneração	CDI + 4,65% a.a. (252 d.u.)
Negociação	CETIP
Número de Séries	1
Volume da Emissão (R\$)	300.000.000,00
Quantidade Total de Debêntures	300.000
Valor Nominal Unitário (R\$)	1.000,00
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA < 3,50 vezes
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 28/06/2027

Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”)

A Companhia concluiu no 1º trimestre de 2025 a contratação de uma operação de financiamento do tipo Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”), junto ao Banco XP S.A., Cayman Branch, no valor total de US\$ 54 milhões (cinquenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalente a R\$ 310.079.

A operação teve como destinação a melhora da liquidez e o perfil da dívida da Companhia, tendo como principais condições o prazo de 5 (cinco) anos; Carência para amortização: 2 (dois) anos;

Garantias: Alienação fiduciária do imóvel da fábrica localizado em Tijucas/SC, aval da Portobello America e *pledge* de recebíveis relacionados às exportações realizadas vinculadas ao PPE, depositados e/ou a serem depositados em conta bancária no exterior.

Covenants e garantias

Em garantia dos demais empréstimos, foram concedidas aplicações financeiras vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora e da controlada Portobello Shop.

Para as debêntures (5ª e 6ª emissão) e PPE da XP, a Companhia possui cláusulas financeiras (*covenants*), sendo uma delas o índice obtido através da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA consolidados, que não poderá ser superior a 3,50x, com medições trimestrais.

Adicionalmente, referente ao PPE da XP, a Companhia deve manter o EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior que 1,5x em 2025, 2,0x em 2026 e 2027 e 2,5x em 2028, além de liquidez corrente maior ou igual a 1,0x de 2026 em diante. Todas as cláusulas de *covenants* destas operações foram cumpridas para o período findo em 31 de dezembro de 2025.

Com base nas projeções financeiras preparadas pela Administração, existe risco de descumprimento de determinados *covenants* ao longo dos próximos 12 meses. A Administração está em tratativas com as instituições financeiras para eventual renegociação ou obtenção de *waiver*, caso necessário.

c. Cronograma de pagamentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
2025	-	405.961	-	408.559
2026	218.671	353.667	219.270	368.263
2027	386.005	196.469	398.086	196.469
2028	312.412	118.555	325.092	118.555
2029	223.258	35.303	223.258	35.303
2030	88.079	15.814	88.079	15.814
2031 a 2036	33.531	20.739	33.531	20.739
	1.261.956	1.146.509	1.287.316	1.163.703

d. Movimentação

	Controladora	Consolidado
	1.340.941	1.340.941
Em 31 de dezembro de 2023		
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Captação de empréstimos e debêntures	287.834	304.834
Pagamento de principal	(518.480)	(518.480)
Pagamento de juros	(172.085)	(172.085)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		
Variações cambiais	53.618	53.714
Juros e custos de transação apropriados	154.681	154.779
Em 31 de dezembro de 2024	1.146.509	1.163.703
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Captação de empréstimos e debêntures	742.598	767.220
Reconhecimento de custos de transação	(13.228)	(13.228)
Pagamento de principal	(588.038)	(603.414)
Pagamento de juros	(166.243)	(167.291)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		
Variações cambiais	(36.230)	(37.801)
Juros e custos de transação apropriados	176.588	178.127
Em 31 de dezembro de 2025	1.261.956	1.287.316

22. Parcelamento de obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, os parcelamentos de obrigações tributárias são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante				
Prodec (a)	10.467	10.426	10.468	10.426
INSS (b)	13.452	128	20.075	128
Outros parcelamentos	-	389	-	389
Federais (c)	6.133	-	15.952	-
ICMS (d)	12.844	-	12.844	-
ICMS - Difal	2.500	-	2.500	-
	<u>45.396</u>	<u>10.943</u>	<u>61.839</u>	<u>10.943</u>
Passivo não circulante				
Prodec	28.619	36.992	28.618	36.992
INSS (b)	46.067	-	68.463	-
Outros parcelamentos	-	1.011	-	1.011
Federais (c)	21.839	-	61.836	-
ICMS - Difal	2.649	-	2.649	-
	<u>99.174</u>	<u>38.003</u>	<u>161.566</u>	<u>38.003</u>

- (a) O Programa Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) consiste em um regime especial obtido em junho de 2019, com valor diferido de 70% do imposto gerado no mês. A atualização é feita à taxa de 0% a 3% a.a.+ UFIR. Os contratos vigentes foram firmados entre 2020 e 2025. Os vencimentos das parcelas em aberto possuem data de 2025 e 2029, tendo sido ajustados ao valor presente pela taxa SELIC.
- (b) Em 2025, a Companhia e suas controladas realizaram parcelamentos de INSS Patronal, para pagamento em 60 parcelas e correção pela taxa Selic.
- (c) Em 2025, a Companhia e suas controladas realizaram parcelamentos de tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL), para pagamento em 60 meses e correção pela taxa Selic.
- (d) Em 2025, a Controladora realizou parcelamentos de ICMS, para pagamento em 12 meses e correção pela taxa Selic.

23. Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os impostos, taxas e contribuições registrados no passivo circulante estavam classificados conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ICMS	18.631	15.801	20.602	24.426
IRRF	6.744	6.707	9.084	10.333
PIS/COFINS	71	908	2.943	3.230
Outros impostos, taxas e contribuições	249	431	835	969
	<u>25.695</u>	<u>23.847</u>	<u>33.464</u>	<u>38.958</u>

24. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as outras contas a pagar estão dispostas da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante				
Comissões	14.295	13.064	14.295	13.064
Fornecedores consignados	4.513	3.566	4.513	3.566
Provisão para despesas	75	10.368	13.322	27.258
Provisão para garantias	1.476	1.099	2.120	969
Provisão de fretes	707	801	707	801
Outras contas a pagar	2.140	518	53	241
	<u>23.206</u>	<u>29.416</u>	<u>35.010</u>	<u>45.899</u>
Não circulante				
Incentivos de Longo prazo	4.965	3.809	4.965	3.809
Subvenção governamental	-	-	7.807	12.496
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	903	1.190
	<u>4.965</u>	<u>3.809</u>	<u>13.675</u>	<u>17.495</u>

Subvenção governamental

Em 26 de julho de 2019, o Grupo, através das controladas PBA e PBM, celebrou acordo com o Departamento do Tennessee para Desenvolvimento Econômico e Comunitário e o Conselho de Desenvolvimento Industrial da Cidade de Cookeville, Tennessee, a fim de receber a concessão de uma subvenção baseada no programa de incentivo do Estado para promover o crescimento do emprego a longo prazo, fornecendo assistência financeira aos candidatos elegíveis para induzir e ajudar empresas a realocar, expandir ou construir projetos no Tennessee. Como consideração para a concessão, e como parte do projeto, a empresa criará, preencherá e manterá 220 (duzentos e vinte) novos empregos entre julho de 2019 e julho de 2028 (término).

O requisito de desempenho requer a porcentagem, na data de término, igual ou superior a 80%. O não cumprimento dos requisitos de desempenho na data final resultará no reembolso ao Estado da totalidade ou de parte do montante concedido.

O Grupo registrou a transação como receita diferida, uma vez que os requisitos de desempenho não foram cumpridos entre 31 de dezembro de 2019 e 2022, no valor de R\$ 15.480 (US\$ 2.967).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado como receita diferida foi de R\$ 7.807 (R\$12.496 em 31 de dezembro de 2024), tendo sido iniciada a apropriação após o início das operações da fábrica.

25. Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciárias e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

As provisões para contingências são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos do Grupo que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Cíveis	12.887	11.832	33.689	29.852
Trabalhistas	3.537	3.000	3.860	3.292
Previdenciários	674	4.550	674	4.550
Tributárias	28.318	19.062	28.774	19.937
	45.416	38.444	66.997	57.631

PBG S.A. e empresas controladas
Notas explicativas da administração
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo das provisões para contingências pode ser assim apresentada:

	Controladora					Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenciárias	Tributárias	Total	Cíveis	Trabalhistas	Previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2023	13.885	4.748	4.550	20.045	43.228	50.179	5.132	4.550	20.110	79.971
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	(2.053)	(1.748)	-	(983)	(4.784)	(20.327)	(1.840)	-	(173)	(22.340)
Provisões adicionais	1.080	934	-	2.792	4.806	1.345	1.060	-	3.276	5.681
Reversões por não utilização	(2.819)	(952)	-	(3.136)	(6.907)	(8.817)	(1.134)	-	(3.136)	(13.087)
Atualização (reversão) monetária	892	104	-	53	1.049	(11.561)	145	-	379	(11.037)
Reversões por realização	(1.206)	(1.834)	-	(692)	(3.732)	(1.294)	(1.911)	-	(692)	(3.897)
Em 31 de dezembro de 2024	11.832	3.000	4.550	19.062	38.444	29.852	3.292	4.550	19.937	57.631
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	4.444	2.701	(3.876)	11.423	14.692	14.402	3.071	(3.876)	11.918	25.515
Provisões adicionais	5.056	2.769	-	11.670	19.495	13.087	3.185	-	12.167	28.439
Reversões por não utilização	(1.135)	(465)	(3.876)	(260)	(5.736)	(2.743)	(540)	(3.876)	(260)	(7.419)
Atualização (reversão) monetária	523	397	-	13	933	4.058	426	-	11	4.495
Reversões por realização	(3.389)	(2.164)	-	(2.167)	(7.720)	(10.565)	(2.503)	-	(3.081)	(16.149)
Em 31 de dezembro de 2025	12.887	3.537	674	28.318	45.416	33.689	3.860	674	28.774	66.997

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas (polo passivo) em 292 ações cíveis (245 ações em 31 de dezembro de 2024), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis, dos quais 64 ações possuem provisão correlata (47 ações em 31 de dezembro de 2024).

O saldo dos valores provisionados é composto por ações indenizatórias propostas por consumidores finais, e construtoras clientes do Grupo, em que reclamam de produtos adquiridos, além das ações civis públicas ajuizadas pela Advocacia Geral da União (AGU) em face da Mineração Portobello (controlada) em que objetiva o ressarcimento pela suposta extração ilegal de minérios, e ações relacionadas à rede de Franquias Portobello Shop. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais.

a. Ação Civil Pública nº 5014615-66.2012.4.04.7201

A União propôs Ação Civil Pública em face da Empresa Mineração Portobello, em que busca o de reparação de danos por extração de caulim entre os anos de 2004 e 2010, para além das quantidades autorizadas. Após trâmite regular, os autos ascenderam ao Supremo Tribunal Federal, o qual aplicou o Tema nº 999, por meio de decisão monocrática de Ministro, publicada em 19.03.2025, que depois foi confirmada pela 1ª Turma do STF através de Acórdão publicado em 16.05.2025.

Ante o trânsito em Julgado, a União Federal ingressou com cumprimento de sentença, muito embora as decisões proferidas anteriormente orientavam-se no sentido de que a apuração do valor demandava liquidação de sentença. Nesse contexto, a Companhia contratou profissional para estimar os valores devidos, chegando ao montante de R\$4.690, o qual foi apresentado em garantia. A Companhia está discutindo o valor cobrado indevidamente pela União Federal. O Ministério Público Federal manifestou-se de forma favorável a impugnação da empresa. O juízo responsável determinou a realização de prova pericial contábil.

b. Ação Civil Pública nº 5003588-47.2012.4.04.7214

A União propôs Ação Civil Pública em face da Empresa Mineração Portobello, em que busca o pagamento de indenização por danos materiais decorrentes de suposta extração ilegal de material, referente ao período de 2002 a 2010. Em sentença, os pedidos foram parcialmente providos para condenar a Mineração ao pagamento de indenização, a ser apurada em liquidação de sentença, observada a prescrição quinquenal. Interpostos recursos de apelação pelas Partes, sendo o da Mineração Portobello desprovido e o da União parcialmente provido para majorar o valor do minério extraído. Os recursos especiais das Partes foram desprovidos. Apresentados recursos extraordinários que também foram desprovidos. Pela União, restou interposto Agravo Interno, o qual foi provido por decisão unânime da turma do Supremo Tribunal Federal para reconhecer a imprescritibilidade da indenização. Contra esta decisão, a Mineração interpôs o recurso de Embargos de Divergência que, por decisão monocrática, restou inadmitido. A Mineração apresentou Agravo Regimental contra esta decisão.

Considerando os desdobramentos processuais, o Grupo negociou um acordo junto à Advocacia Geral da União em 2024 no montante de R\$ 15.313 e promoveu a reversão da diferença com o valor anteriormente provisionado de R\$ 22.793. Com base no acordo firmado, a Mineração iniciou, em junho de 2025, os pagamentos mensais de 60 parcelas. Em 31 de dezembro de 2025, o valor atualizado da provisão é de R\$ 17.799 (R\$ 16.995 em 31 de dezembro de 2024).

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas figuram como reclamadas em 239 reclamações trabalhistas (227 reclamações em 31 de dezembro de 2024), movidas por ex-funcionários da companhia e

funcionários de terceiros prestadores de serviços. As ações, em suma, referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho e doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais.

Previdenciárias

As Execuções Fiscais que versam sobre cartões de premiação corporativo provisionadas foram, respectivamente: i) extinta em razão da conversão dos depósitos em favor da União; e, ii) suspensa, em razão da garantia aceita pela União, deixando de existir risco econômico para a Companhia em ambas. A Companhia mantém provisionado o valor de R\$ 674 (R\$ 4.550 em 31 de dezembro de 2025), referente a Execuções que ainda depende de decisão judicial.

Tributárias

Em 15 de março de 2021, a Companhia foi intimada acerca da lavratura do Auto de Infração para o lançamento do crédito tributário no valor de R\$ 6.421, que originou o processo administrativo nº 10340.720236/2021-00, relativamente ao período de 2017 a 2018, pelo não recolhimento de contribuição previdenciária incidente sobre a) pagamentos de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) realizados a segurados contribuintes individuais; b) pagamentos de verba nominada pela empresa, de “Bônus Assiduidade”, realizados a segurados empregados; e, c) contribuição destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não confessada na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), incidente sobre o pagamento realizado a segurados empregados. A Companhia apresentou impugnação contra os lançamentos e aguarda julgamento pela Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Para o referido auto de infração, a Companhia constituiu provisão de R\$ 620, sendo o restante considerado como probabilidade de perda remota. O saldo atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.427.

Na rubrica de provisões tributárias, a Companhia e suas controladas apresentam saldo consolidado de R\$ 28.774 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 19.937 em 31 de dezembro de 2024), referente à provisão para honorários de sucesso, substancialmente sobre ativos tributários.

26. Ações de perda possível

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

O Grupo, com base nos seus assessores jurídicos, estima as demais contingências possíveis nos montantes dos passivos contingentes a seguir apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Cíveis	52.702	17.172	113.702	24.188
Trabalhistas	33.624	20.864	33.971	20.937
Previdenciários	10.433	10.985	10.433	10.985
Tributárias	149.429	88.317	179.722	88.517
	<u>246.188</u>	<u>137.338</u>	<u>337.828</u>	<u>144.627</u>

Cíveis

Na Controladora, o montante de R\$ 52.702 divide-se em 57 processos, dentre os principais as partes contrárias são construtoras que reclamam problemas com produtos Portobello.

No consolidado, soma-se ao montante da Controladora principalmente o valor de R\$ 48.755, referente a dois processos da Mineração Portobello cuja parte contrária é a Advocacia Geral da União, os quais encontram-se aguardando julgamento de recurso, bem como uma ação judicial contra a unidade franqueadora, Portobello Shop, promovida por ex-franqueado no valor de R\$ 10.717.

Trabalhistas

No consolidado, o montante aproximado de R\$ 8.009 refere-se a 46 causas trabalhistas, com valores pulverizados.

O montante de maior relevância refere-se à execução fiscal nº 5012943-40.2023.4.04.7200, que versa sobre o adicional de RAT pela exposição de empregados aos agentes nocivos “ruído” e “sílica”. A execução foi garantida integralmente pela Companhia mediante o seguro garantia para fins de interposição de embargos à execução, nos quais foi obtida liminar para atribuição de efeito suspensivo e expedição de certidão positiva com efeitos de negativa. O valor classificado como possível é de R\$ 16.173.

a. Ação Civil Pública nº 0237400-08.2008.5.12.0040

No 3º trimestre de 2025 ocorreu alteração no prognóstico de perda referente a ACP, referente às discussões sobre controle de jornada de colaboradores. Diante da evolução processual recente publicada em 24 de setembro de 2025, notadamente em face decisão monocrática de Ministro integrante da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, proferida em sede de Agravo de Instrumento, mantendo decisão exarada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em favor do Ministério Público do Trabalho, os quais alteraram a percepção quanto ao risco da demanda. A Companhia protocolou Agravo Interno da data de 1º de outubro de 2025. O valor classificado como possível é de R\$ 9.789.

Previdenciárias

Parte significativa dos valores refere-se ao processo nº 11516.721.813/2019.61 sobre contribuição patronal da aposentadoria especial por insalubridade, cuja parte contrária é a Receita Federal do Brasil, que intimou a Companhia em 2019, no valor possível de R\$ 10.433.

A Companhia apresentou impugnação requerendo a improcedência da autuação fiscal, a qual foi julgada improcedente. Da decisão a Companhia apresentou recurso voluntário, o qual aguarda julgamento no CARF desde 12/2020.

Após julgamento desfavorável pelo CARF, interpusemos recurso especial em 27/11/2025, o qual aguarda julgamento.

Tributárias

O montante na Controladora e Consolidado refere-se a processos judiciais e administrativos para a cobrança de tributos.

Os montantes mais relevantes referem-se às execuções fiscais nº 5043288-86.2023.4.04.7200, no valor de R\$ 25.374, e nº 5000338-70.2021.4.04.7220, no valor de R\$58.207, que foram ajuizadas para cobrança de débitos de CSLL e IRPJ, respectivamente, relativos aos anos de 2009 a 2013, em razão da suposta dedução/exclusão de valores indedutíveis da base de cálculo dos tributos,

por ocasião dos registros contábeis relativos aos débitos incluídos no parcelamento da MP nº 470/2009, vinculados a compensações tributárias em que foram utilizados créditos-prêmio de IPI (próprios e adquiridos de terceiros) oriundos de ações judiciais denominadas “PRÉ-90 PÓLO ATIVO”, “PRÉ-90 FASE II” e “PÓS-90 SIMAB”. Adiciona-se o valor de R\$ 30.483 referente a Execução Fiscal ajuizada pelo Estado de Santa Catarina visando a cobranças decorrentes de Processos Administrativos referentes a suposto crédito indevido de ICMS.

No consolidado, adiciona-se o montante de R\$ 28.415 referente a discussão da base de cálculo da CFEM da controlada Mineração. Débitos em discussão em sede de embargos.

27. Patrimônio líquido

27.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, a Companhia apresenta um capital social e integralizado no valor total de R\$ 250.000, representado por 140.986.886 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025 havia 44.833.830 ações em circulação, equivalente a 31,54% do total de ações emitidas (45.482.369 em 31 de dezembro de 2024, equivalente a 32,26% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por Controladores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, Administradores e ações em tesouraria.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 05 de julho de 2024, aprovou por unanimidade a criação de um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Programa de recompra de Ações"). O Programa de recompra de ações foi encerrado em 04 de janeiro de 2026 e nenhuma aquisição foi realizada no período de vigência.

Durante o exercício não houve movimentação na quantidade total de ações.

27.2. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da reserva legal soma o valor de R\$50.000, atingindo 20% do valor do capital social integralizado, conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reserva de lucros a distribuir apresenta saldo de R\$ 35.633 e tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada e destinada na Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de reserva de Incentivos Fiscais soma o valor de R\$ 123.899. No exercício de 2025, a Companhia não constituiu reservas de incentivos fiscais.

27.3. Ajustes de avaliação patrimonial

Controladora e Consolidado	Ajustes de avaliação patrimonial				
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes		Total
			Ganho (perda) atuarial	Hedge Accounting	
31 de dezembro de 2023	30.049	(84.036)	(11.513)	9.649	(55.851)
Realização da reserva de reavaliação	(1.219)	-	-	-	(1.219)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	121.271	-	-	121.271
Perda atuarial	-	-	(788)	-	(788)
IR/CS diferidos sobre perda atuarial	-	-	268	-	268
Operações de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	(50.823)	(50.823)
IR/CS diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	-	-	-	17.280	17.280
31 de dezembro de 2024	28.830	37.235	(12.033)	(23.894)	30.138
Realização da reserva de reavaliação	(1.219)	-	-	-	(1.219)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	(68.590)	-	-	(68.590)
Perda atuarial	-	-	(12.054)	-	(12.054)
IR/CS diferidos sobre perda atuarial	-	-	4.098	-	4.098
Operações de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	35.844	35.844
IR/CS diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	-	-	-	(12.188)	(12.188)
31 de dezembro de 2025	27.611	(31.355)	(19.989)	(238)	(23.971)

a. *Custo atribuído*

Em 2010, quando da adoção inicial das normas IFRS 1/CPC 37, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Tal reavaliação incluiu terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, que vem sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas e registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b. *Ajustes acumulados de conversão*

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos), oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior, estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de ajustes de conversão foi negativo de R\$ 68.590 (R\$ 121.271 positivos em 31 de dezembro de 2024).

c. *Outros resultados abrangentes*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo decorre de variação positiva do valor justo do *hedge accounting* de R\$ 35.844 (variação negativa de R\$ 50.823 em 31 de dezembro de 2024), devido à marcação a mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge accounting* ainda não realizados, com efeito redutor de R\$ 12.188 (R\$ 17.280 em 31 de dezembro de 2024) de imposto de renda e contribuição social diferidos.

28. Benefícios a empregados

A Companhia, desde 1997, patrocina plano de benefícios previdenciários intitulado Portobello Prev, administrado pelo Bradesco. Com a aprovação da alteração regulamentar em 2024, a parcela do plano de benefícios que tem características de benefício definido, realizou o saldamento do benefício mínimo, sendo os valores devidos à participantes ativos e autopatrocinados transformados em saldos de contas. Desta forma, a provisão que existia para o benefício mínimo foi revertida para o saldo de contas, remanescendo apenas as rendas vitalícias como obrigação pós-emprego. Em 31 de dezembro de 2025 haviam 36 participantes assistidos (37 em 31 de dezembro 2024) no plano com características de benefício definido.

Controladora e Consolidado

Valor justo dos ativos do plano		Obrigação de benefício definido	
Em 31 de dezembro de 2023	117.192	Em 31 de dezembro de 2023	(95.617)
Benefícios pagos no ano	(3.774)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	(848)
Contribuições participante vertidas no ano	1.822	Juros sobre obrigação atuarial	(9.557)
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.998	Benefícios pagos no ano	3.774
Rendimentos esperados dos ativos no ano	11.587	Obrigações - ganho ou (perda)	3.133
(Perdas) ganhos financeiros	(3.921)	Efeito de combinação e alteração do plano (*)	64.924
Efeito de combinação e alteração do plano (*)	(64.923)		
Em 31 de dezembro de 2024	59.981	Em 31 de dezembro de 2024	(34.191)
Benefícios pagos no ano	(5.086)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-
Contribuições participante vertidas no ano	-	Juros sobre obrigação atuarial	(4.131)
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	-	Benefícios pagos no ano	5.086
Rendimentos esperados dos ativos no ano	6.588	Obrigações - ganho ou (perda)	(6.361)
(Perdas) ganhos financeiros	(8.149)		
Em 31 de dezembro de 2025	53.334	Em 31 de dezembro de 2025	(39.597)

(*) Alteração no Regulamento do Plano - Com aprovação da alteração Regulamentar, o Plano de Benefícios PORTOBELLO PREV realizou o “saldamento” do Benefício Mínimo, sendo os valores devidos a Participantes Ativos e Autopatrocinados transformados em Saldo de Contas.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Valor justo dos ativos do plano	53.334	59.981
Valor presente das obrigações financiadas	(39.597)	(34.191)
Ativo atuarial líquido	13.737	25.790
	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Ganho (perda) nas obrigações atuariais	(5.407)	3.133
Ganho (perda) nos ativos do plano	(6.647)	(3.921)
Ganho (perda) atuarial	(12.054)	(788)

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referentes ao resultado da gestão dos ativos, são:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Custo do serviço corrente (com juros)	-	973
Juros sobre as obrigações atuariais	(4.131)	(9.556)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	6.588	11.587
Custo dos Juros sobre o Superávit Irrecuperável	(1.159)	-
Ajuste no reconhecimento	(1.298)	-
Reconhecido no resultado	-	3.004

A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Taxa anual de juros	11,15% a.a nominal	11,38% a.a. nominal (inflação + 7,45%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	11,15% a.a nominal	11,38% a.a. nominal (inflação + 7,45 %a.a. real)
Inflação de longo prazo	3,50%	3,66%
Projeção de crescimento salarial	3,50 % a.a. nominal (0,00% a.a. real)	3,66 % a.a. nominal (0,00% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000

29. Receita líquida de venda de produtos e prestação de serviços

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, é demonstrada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas	2.104.309	2.224.337	3.309.779	3.205.766
Resultado com operação de <i>hedge accounting</i>	7.105	(31.770)	7.105	(31.770)
Deduções da receita bruta	(421.729)	(495.063)	(710.736)	(766.190)
Impostos sobre vendas	(377.515)	(415.163)	(632.033)	(650.476)
Devoluções e abatimentos	(44.214)	(79.900)	(78.703)	(115.714)
Receita líquida de vendas	1.689.685	1.697.504	2.606.148	2.407.806

A natureza operacional e a receita líquida são demonstradas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda produtos próprios	1.530.277	1.599.856	2.299.683	2.233.660
Revenda produtos de terceiros	159.408	97.648	200.520	97.648
<i>Royalties</i>	-	-	105.945	76.498
Receita operacional líquida	1.689.685	1.697.504	2.606.148	2.407.806

A Companhia e suas controladas não possuem clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de vendas.

30. Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas são demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<i>Custo e despesas</i>				
Custos	(1.265.812)	(1.262.829)	(1.674.284)	(1.542.434)
Com Vendas	(252.593)	(284.610)	(688.432)	(661.703)
Gerais e Administrativas	(55.862)	(64.971)	(136.060)	(140.112)
	<u>(1.574.267)</u>	<u>(1.612.410)</u>	<u>(2.498.776)</u>	<u>(2.344.249)</u>
<i>Abertura por natureza</i>				
Custos diretos	(746.487)	(722.397)	(991.522)	(858.933)
Remuneração e encargos	(381.717)	(381.990)	(666.053)	(638.318)
Serviços de terceiros	(84.395)	(76.299)	(121.449)	(108.745)
Gastos gerais de produção	(53.131)	(49.231)	(59.829)	(60.938)
Depreciação e amortização	(83.855)	(81.733)	(206.717)	(183.453)
Comissões sobre vendas	(53.124)	(60.309)	(83.005)	(91.227)
Marketing e publicidade	(31.201)	(29.715)	(61.145)	(52.773)
Transporte nas vendas	(6.483)	(25.576)	(88.907)	(87.513)
Despesas com aluguéis	(9.671)	(10.226)	(26.275)	(14.906)
Viagens e estadias	(8.308)	(11.264)	(20.505)	(29.891)
Custo com ociosidade	(2.386)	(4.772)	(9.161)	(10.413)
Outros	(25.026)	(18.984)	(39.491)	(36.120)
Despesas corporativas (a)	48.768	41.589	-	-
Variações nos estoques	(137.251)	(181.503)	(124.717)	(171.019)
Total	<u>(1.574.267)</u>	<u>(1.612.410)</u>	<u>(2.498.776)</u>	<u>(2.344.249)</u>

(a) A partir de 2024 as despesas corporativas pagas pela controladora, referentes a serviços compartilhados entre as empresas do grupo, passaram a ser rateadas com controladas.

31. Outras receitas e despesas operacionais

Os montantes de outras receitas e despesas operacionais líquidas são demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<i>Outras receitas operacionais</i>				
Créditos tributários (a)	26.654	21.425	28.971	27.866
Cessão de direito sobre a folha de pagamento	-	8.000	-	8.000
Receita de ajuste a valor presente (b)	10.801	-	10.801	-
Rendimento líquido do plano atuarial	-	5.003	-	5.003
Venda de ativo imobilizado	683	-	754	-
Outras receitas	3.798	14.600	9.302	24.437
Acordo judicial (c)	-	-	-	20.187
Acordos comerciais	4.260	3.200	4.266	3.200
	<u>46.196</u>	<u>52.228</u>	<u>54.094</u>	<u>88.693</u>
<i>Outras despesas operacionais</i>				
Tributos sobre outras receitas	(845)	(2.276)	(927)	(2.757)
Incentivo de longo prazo (ILP)	(2.025)	1.034	(2.137)	1.090
Reversão/provisão de contingências, líquidas	(6.728)	(1.406)	(18.431)	(1.878)
Provisão de perdas em estoques (d)	(22.068)	-	(22.068)	-
Outras despesas	(2.663)	(8.930)	(4.707)	(13.678)
Total	<u>(34.329)</u>	<u>(11.578)</u>	<u>(48.270)</u>	<u>(17.223)</u>

(a) A Companhia recuperou créditos tributários de PIS, COFINS, ICMS, IPI e outras contribuições, do período prescricional, em decorrência de projeto de revisão de suas escriturações.

(b) A Companhia reconheceu no 1º trimestre de 2025 efeitos do ajuste a valor presente do PRODEC.

(c) Refere-se à reversão de provisão em virtude de acordo judicial entre a Mineração Portobello e a Advocacia Geral da União, referente à Ação Civil Pública nº 5003588-47.2012.4.04.7214, conforme detalhado na nota explicativa nº 25.

(d) A Companhia registrou, em janeiro de 2025, provisão para perdas com estoques no montante de R\$22.068, decorrentes de alagamentos que atingiram a Fábrica.

32. Resultado financeiro

Os resultados financeiros são demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros	22.458	11.234	28.072	17.220
Atualização de ativos	4.484	3.999	4.591	4.040
Ganhos com operações de derivativos	1.388	777	1.388	777
Outras receitas financeiras	101	450	114	597
Total	28.431	16.460	34.165	22.634
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, debêntures e outros	(191.455)	(139.690)	(197.178)	(139.858)
Encargos financeiros com arrendamentos	(2.803)	(4.605)	(47.135)	(41.276)
Despesas com FIDC	(26.139)	(9.888)	(29.160)	(10.471)
Encargos financeiros com tributos	(15.110)	(3.887)	(30.578)	(4.555)
Atualização de provisões para contingências	(925)	(1.005)	(4.409)	(2.782)
Comissões, taxas e serviços bancários	(23.034)	(13.612)	(47.799)	(29.538)
Perdas com operações de derivativos	(22.878)	(1.190)	(25.712)	(1.110)
Outras despesas financeiras	(2.702)	(701)	(16.240)	(5.931)
Total	(287.086)	(174.578)	(398.211)	(235.521)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	(7.718)	12.342	(19.105)	12.210
Empréstimos e financiamentos	28.088	(38.947)	29.714	(38.947)
Total	20.370	(26.605)	10.609	(26.737)
Total líquido	(238.285)	(184.723)	(353.437)	(239.624)

33. Resultado por ação

a. Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação para 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(291.738)	(102.038)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	140.987	140.987
Prejuízo básico por ação	(2,06925)	(0,72374)

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

34. Informações por segmento

A Administração definiu os segmentos divulgáveis, de acordo com o CPC 22, em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo. Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária e apresentada ao Conselho de Administração, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

Os segmentos operacionais compreendem as operações de comercialização de todos os canais em que atua e são subdivididos de acordo com a natureza.

De acordo com a definição da Administração, atualmente o Portobello Grupo está estruturado em quatro Unidades de Negócios, denominadas Portobello, Portobello Shop, Pointer e Portobello America (PBA e PBM).

A Portobello detém a operação industrial dos produtos marca Portobello em Tijucas e atende os mercados “B2B” (*business-to-business service*), revenda multimarca, construtoras, grandes projetos, exportação e demais negócios do grupo. A Portobello Shop atua como franqueadora do Grupo, desenvolvendo o varejo da marca através da rede de lojas próprias e franquias. A Pointer detém a operação industrial dos produtos marca Pointer em Alagoas, com atuação regional no mercado do nordeste, norte e exportação. A Portobello America representa a marca nos Estados Unidos, principal mercado na estratégia de internacionalização do Grupo.

As receitas geradas pelas unidades de negócio são oriundas, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil no Brasil e mercado Internacional.

A Administração do Grupo Portobello avalia o desempenho dos segmentos operacionais divulgáveis, Mercado Interno e Mercado Externo, com base na mensuração do resultado do EBITDA e avalia as Unidades de Negócio de acordo com a rentabilidade da margem bruta. Visando o contínuo aprimoramento de suas divulgações, o Grupo decidiu por incluir algumas informações adicionais na divulgação. As informações por segmento de negócio, são as seguintes:

a. Informações por segmentos divulgáveis entre mercado interno e externo

O lucro bruto e a margem bruta para cada um dos segmentos divulgáveis são apresentados a seguir:

	2025			
	Consolidado	Eliminações	Mercado Interno	Mercado Externo
Operações continuadas				
Receita Líquida	2.606.148	(130.527)	2.061.630	675.045
Custo dos produtos vendidos	(1.674.284)	130.527	(1.287.206)	(517.605)
Lucro operacional bruto	931.864	-	774.424	157.440
% Margem Bruta	35,8%	-	37,6%	23,3%
	2024			
	Consolidado	Eliminações	Mercado Interno	Mercado Externo
Operações continuadas				
Receita Líquida	2.407.806	(148.728)	2.020.516	536.018
Custo dos produtos vendidos	(1.542.434)	148.728	(1.245.919)	(445.243)
Lucro operacional bruto	865.372	-	774.597	90.775
% Margem Bruta	35,9%	-	38,3%	16,9%

b. Informações por unidades de negócio

O lucro operacional bruto e as margens brutas, por unidade de negócio são apresentadas a seguir:

	2025					
	Total	Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	2.606.148	(130.528)	1.057.107	258.201	1.042.274	379.094
Custo dos produtos vendidos	(1.674.284)	125.843	(642.063)	(233.107)	(583.848)	(341.109)
Lucro operacional bruto	931.864	(4.685)	415.044	25.094	458.426	37.985
Margem Bruta	35,8%	-	39,3%	9,7%	44,0%	10,0%
	2024					
	Total	Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	2.407.806	(137.319)	1.002.446	248.189	996.410	298.080
Custo dos produtos vendidos	(1.542.434)	103.235	(611.051)	(218.607)	(514.381)	(301.630)
Lucro operacional bruto	865.372	(34.084)	391.395	29.582	482.029	(3.550)
Margem Bruta	36%	-	39%	12%	48%	(1%)

As informações referentes aos ativos e passivos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações analisadas pela Administração que, por sua vez, toma decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos e passivos consolidados.

35. Itens que não afetam caixa

Em 2025, a Companhia realizou AFAC com a investida Portobello America conforme demonstrado na nota explicativa nº16, dos quais R\$ 93.756 foram por meio de compensação de valores a receber registrados contra a controlada, não afetando o fluxo de caixa de investimentos da Controladora. Adicionalmente, houve capitalização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 5.303 (R\$ 18.085 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), no ativo imobilizado, relacionados a construção ou produção de ativo imobilizado das controladas nos Estados Unidos, PBA e PBM, cujo montante não afetou o caixa das atividades de investimento.

Em 2025, as adições sem efeito caixa nos ativos e obrigações de arrendamento representaram R\$ 9.943 na controladora e R\$ 235.337 no consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aumento de capital por meio de AFAC	93.756	83.000	-	-
Capitalização de juros	5.303	18.085	5.303	18.085
Contas a pagar de imobilizado	14.356	13.562	168.504	205.289
Adições e remensurações ao ativo de direito de uso e passivo de arrendamento	9.943	7.156	270.388	27.776

36. Empresas ligadas e partes relacionadas

As operações entre as empresas do Portobello Grupo envolvem a Controladora e suas Controladas, bem como as pessoas ligadas aos controladores e administradores do Grupo. As operações, referem-se às transações comerciais de compra e venda de produtos acabados, produtos em elaboração e matérias primas, dividendos, processos tributários, locação de imóveis e contratação de serviços de operações logísticas, softwares, infraestrutura e *marketplace*. Abaixo, apresentamos os valores contábeis referente às operações abordadas acima:

Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	Controladora	
		31.12.25	31.12.24
Controladas			
Transações comerciais			
Créditos com controladas	PBShop	3.250	2.975
Créditos com controladas	PBA	64.466	65.677
Créditos com controladas	CBC	7.072	11.545
Créditos com controladas	PBTech	1.526	8.697
Débito com controladas e pessoas ligadas	CBC	(3.089)	(6.203)
Débito com controladas e pessoas ligadas	Mineração	(3.424)	(4.688)
Débito com controladas e pessoas ligadas	PBTech	(3.533)	(1.242)
Débito com controladas e pessoas ligadas	PBShop	(432)	-
Débito com controladas e pessoas ligadas	PBA	(9.761)	(9.787)
Ativos líquidos dos passivos com controladas		<u>56.075</u>	<u>66.974</u>
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Débitos com controladas e pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A. (a)	(56.330)	(56.330)
Débitos com controladas e pessoas ligadas	Mineração	(24.676)	(30.511)
Débitos com controladas e pessoas ligadas	PBTech	(2.036)	(16)
Débitos com controladas e pessoas ligadas	PBShop	-	(149)
Débitos com controladas e pessoas ligadas	CBC	(5.782)	(5.782)
Contas a pagar	Gomes Part. Societárias Ltda. (a)	(13)	(87)
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		<u>(88.837)</u>	<u>(92.875)</u>

(a) Entidades nas quais há acionistas do grupo controlador em posição de controle.

A Controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos.

Natureza - Resultado	Empresa	Controladora	
		2025	2024
Receitas			
Controladas			
Venda de produtos	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	838	54.657
Venda de produtos	Cia Brasileira de Cerâmica	304.604	264.644
Venda de produtos	Portobello America, Inc.	78.029	85.944
Compra insumos	Mineração Portobello Ltda.	(13.538)	(16.633)
Prestação de serviços	Cia Brasileira de Cerâmica	(5.993)	(5.865)
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Venda de produtos	Gomes Part. Societárias Ltda.	1	-
Venda de produtos	Primavera Administração de Bens e Part. Ltda.	95	97
Venda de produtos	Fiori Empreendimentos Imobiliários Ltda.	44	96
Venda de produtos	Hurbana Empreendimentos Imobiliários S.A.	2.857	46
Venda de produtos	Instituto Pedra Branca	5	-
Venda de produtos	Jardim Tijucas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	13	-
Venda de produtos	NU01 Incorporação SPE Ltda	99	-
Compras para consumo	Primavera Garden Center Ltda	2	-
Prestação de serviços	Gomes Part. Societárias Ltda.	(777)	(787)
Prestação de serviços	Daniel Gomes Vieira Eireli – EPP	(70)	-
Prestação de serviços	Pedra Branca Administração de Locação de Imóveis Ltda	(420)	-
Prestação de serviços	Multilog Sul Armazéns S/A	(17)	(4)
Prestação de serviços	AB Parking	(108)	(114)
Prestação de serviços	Radio Clube Tijucas Ltda.	(80)	(111)
		<u>365.584</u>	<u>381.970</u>

36.1. Remuneração de pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas à pessoal chave da Administração, que compreendem os membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, registradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração fixa				
Salários	5.948	4.722	7.362	7.982
Honorários	7.891	6.239	7.891	6.239
Remuneração variável	1.343	936	1.343	1.382
Plano de previdência	631	916	666	1.142
Benefícios por desligamento	476	798	476	798
Outros	1.705	1.076	1.934	1.558
	<u>17.994</u>	<u>14.687</u>	<u>19.672</u>	<u>19.101</u>

37. Alterações em normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A nova norma introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto da nova norma, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

38. Eventos subsequentes

Sale and leaseback do complexo industrial em Marechal Deodoro

Em março de 2026, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel e Locação Atípica (*sale and leaseback*) com um Fundo de Investimento Imobiliário. A operação consiste na alienação de um imóvel industrial da Companhia localizado em Marechal Deodoro/AL, onde situa-se a operação da unidade Pointer, com área total de terreno de 1.000.002,00 m², pelo valor de R\$ 102.500. O recebimento deste montante ocorrerá de forma parcelada e está condicionado ao atingimento de marcos contratuais. A Companhia manterá a posse direta e a operação integral de sua unidade fabril por meio do referido contrato de locação, com prazo de vigência de 15 anos. O aluguel mensal pactuado é de R\$ 1.225, sujeito a reajuste anual pelo IPCA. Cabe destacar que o referido Fundo conta como acionistas empresas detidas por acionistas controladores da Companhia, configurando uma transação com partes relacionadas.

Contratação de financiamento junto ao BNDES

Em fevereiro de 2026, a PBG S.A. firmou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$159.384 (equivalente a US\$ 30.600), destinado à exportação. O passivo será atualizado pela variação cambial do dólar (PTAX) e remunerado à taxa de juros fixa de 4,8319% ao ano. A amortização do principal ocorrerá em parcela única em 15 de janeiro de 2033 e a operação é garantida por carta de fiança bancária.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31.12.2025; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer de auditoria da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31.12.2025.

Composição da Diretoria

John Suzuki – Diretor Presidente

Caio Gonçalves de Moraes – Diretor Vice-Presidente de finanças e de Relações com Investidores

Romael Soso - Diretor Vice-Presidente de Varejo e Inovação

Florianópolis, 30 de março de 2026.

John Suzuki

Caio Gonçalves de Moraes

Romael Soso

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da PBG S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Florianópolis, 25 de março de 2026.

Jorge Muller

Cláudio Ávila da Silva

Geraldo L. M. Filho